

Mariana Pinto da Rocha Jorge Ferreira

MOSTEIRO CISTERCIENSE DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO
CONTRIBUTOS PARA A SUA CONSERVAÇÃO E A SUA VALORIZAÇÃO

Orientador: Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e
Paisagístico apresentada à Universidade de Évora

Évora, Novembro de 2010

Agradeço ao Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge o apoio dado ao longo destes anos, o ânimo com que orientou a minha investigação, o rigor da revisão, a profundidade dos conselhos... A amizade que construímos é, para mim, um dos valiosos frutos deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas e amigos, em especial à Sónia, à Teresa, à Ana Margarida, ao Tiago, à Rita e ao Jorge a partilha e a motivação.

Agradeço ao Francisco, aos meus pais e aos meus irmãos a presença, o apoio e o entusiasmo que sempre me transmitiram.

Agradeço à Mila, à Tia Madalena e ao Alberto todas as lembranças e todas as explicações.

E agradeço, finalmente, a todos os que, de alguma maneira, contribuíram para a realização deste trabalho.

À minha família

ÍNDICE

RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	7
ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO	11
DESCRIÇÃO DO CONJUNTO EDIFICADO	14
Situação e sítio	14
▪ Situação	14
▪ Sítio	18
Planta e alçados	22
▪ Planta	22
<i>Igreja</i>	22
<i>Lugares regulares</i>	24
<i>Torre</i>	28
▪ Alçados interiores	29
<i>Igreja</i>	29
<i>Lugares regulares</i>	30
<i>Torre</i>	33
▪ Alçados exteriores	34
<i>Igreja</i>	34
<i>Lugares regulares</i>	35
<i>Torre</i>	37
HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO	39
Início e sequência dos trabalhos	39

Influências formais e mestres construtores	45
Intervenções recentes	51
MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO	54
Materiais de construção	55
▪ Pedra	55
▪ Madeira	56
▪ Cerâmicos	58
▪ Argamassas	58
▪ Outros	58
Caracterização construtiva	59
▪ Paredes	59
▪ Vãos	61
▪ Pavimentos	62
▪ Escadas	63
▪ Coberturas	64
▪ Outros	66
BASES PARA A CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CONJUNTO EDIFICADO	67
Estado de conservação	67
▪ Paredes	69
<i>Igreja</i>	69
<i>Lugares regulares</i>	71
<i>Torre</i>	74
▪ Vãos	75
<i>Igreja</i>	75

<i>Lugares regulares</i>	75
<i>Torre</i>	76
▪ Pavimentos	76
<i>Igreja</i>	76
<i>Lugares regulares</i>	76
<i>Torre</i>	77
▪ Escadas	77
<i>Igreja</i>	77
<i>Lugares regulares</i>	77
<i>Torre</i>	78
▪ Coberturas	78
<i>Igreja</i>	78
<i>Lugares regulares</i>	80
<i>Torre</i>	81
▪ Outros	81
Enquadramento teórico, legal e prático da conservação do conjunto edificado	82
Sugestões para a conservação e valorização	89
▪ Notas sobre a conservação do conjunto edificado	92
Paredes.....	92
Vãos.....	94
Pavimentos.....	96
Escadas.....	98
Coberturas.....	98
Outros.....	100

▪ Notas sobre a valorização do conjunto edificado	102
<i>Igreja</i>	104
<i>Lugares regulares</i>	104
<i>Torre</i>	106
BIBLIOGRAFIA	111
ANEXOS FOTOGRÁFICOS	119
Índice de Fotografias	119
Fotografias	126
▪ Situação e Sítio	126
▪ Conjunto Edificado	130
<i>Igreja</i>	133
<i>Lugares regulares</i>	143
<i>Torre</i>	156
▪ Fotografias antigas – histórico	160
ANEXOS GRÁFICOS	162
Índice de Gráficos	162

RESUMO

No âmbito da recuperação do património arquitectónico, propomo-nos desenvolver um trabalho de investigação sobre um conjunto edificado de reconhecido valor, o mosteiro de Maceira Dão, procurando contribuir para um conhecimento mais profundo do edifício, para a sua conservação, para a sua valorização e, ainda, para uma reflexão abrangente sobre o património edificado.

Neste sentido, estruturámos a investigação nas partes que considerámos fundamentais ao nosso domínio de especialização:

- a descrição do conjunto edificado, que abrange a caracterização da situação e do sítio e da planta e dos alçados;
- a história da construção, que integra a cronologia da obra, as influências formais da construção, os mestres construtores e as intervenções recentes no edifício;
- os materiais e técnicas de construção;
- e as bases para uma proposta de intervenção, que compreendem a avaliação do estado de conservação e as sugestões para a conservação e a valorização do conjunto edificado.

ABSTRACT

Cistercian monastery of Santa Maria de Maceira Dão

Contributions for its conservation and its valorization

In the sphere of historic building's recuperation, our goal is to develop a research work on a recognized value building, Maceira Dão monastery, aimed as a contribution to a deeper knowledge of our subject, its conservation and its valorization and, also, as a comprehensive reflection on architectural heritage.

In this sense, our research was organized according to the parts considered fundamental to our area of expertise:

- the building's description, covering the characterization of its situation and site, its plan and façades;
- the history of construction, integrating the construction's chronology, the formal influences, the master-constructors and the recent interventions;
- the building materials and construction techniques;
- and the basis for an intervention proposal, including the conservation status evaluation and the suggestions for the conservation and valorization of the monument.

INTRODUÇÃO

*Maceira Dão est un monastère définitivement mort, une désolation.*¹

Seguindo as palavras de Maur Cocheril, diremos, em rigor, que o convento de Maceira Dão definitivamente morreu mas o mosteiro não². O edifício já não é, hoje em dia, uma casa monástica e tem uma utilização pouco dignificante, se considerarmos a sua natureza, a razão pela qual e para a qual ele foi construído. Mas, apesar de já não acolher as várias actividades da dura jornada cisterciense³, se caminarmos pelo silêncio dos seus espaços, as suas memórias estão todas lá – o mosteiro ainda vive.

Conhecemos Maceira Dão desde a nossa infância e a natural curiosidade em saber mais sobre o edifício levou-nos a descobrir o mundo de Cister e a ter um interesse cada vez maior sobre essa Ordem, em geral, e sobre Maceira Dão, em particular. Nesse sentido, a escolha de Maceira Dão como objecto de estudo e tema do nosso trabalho foi óbvia e podemos quase dizer que ele foi o pretexto para a realização da dissertação.

Provavelmente por conhecermos o mosteiro há tanto tempo não temos, sobre ele, a noção do «efeito surpresa» de o vermos pela primeira vez, de ficarmos deslumbrados

¹ Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1978, p. 124.

² Entendemos aqui o «convento» na sua acepção de comunidade religiosa, distinta daquela a que normalmente nos referimos relativa ao edifício religioso das Ordens Mendicantes. Assim, a comunidade de Maceira Dão teve, efectivamente, o seu fim aquando da extinção das Ordens Religiosas em Portugal mas o edifício continua a existir.

³ Para se ter uma ideia muito sumária do que é a jornada cisterciense e da organização do espaço monástico veja-se Virgolino Ferreira Jorge, “Organização Espaço-Funcional da Abadia Cisterciense Medieval. Alcobaça como Modelo de Análise”, *As Beiras e a presença de Cister. Espaço, Património Edificado, Espiritualidade*, Actas do I Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, 30 de Abril e 1 de Maio 2005, Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, São Cristóvão de Lafões, 2006, pp. 71-86.

com a sua igreja, de nos sentirmos acolhidos no seu claustro, de nos perdermos nos seus esconderijos e de nos indignarmos com o seu estado de conservação. Sentimos essas reacções nos olhos de quem nunca antes o viu mas, para nós, o mosteiro sempre foi assim. Em certo momento tomamos consciência que ele não vai ficar assim para sempre e parece só haver duas alternativas: o mosteiro cai e, finalmente, morre ou, com o recurso à sua conservação e à sua valorização, o mosteiro envelhece, naturalmente, mas continua a viver. A persecução desta última é a razão de ser do nosso trabalho.

O objecto de estudo, pela sua singularidade, pelas suas características, pelo seu reconhecido valor e pelo seu estado de conservação, justifica a dissertação que nos propomos realizar, no âmbito da recuperação do património arquitectónico, e que é assumida como um contributo para o seu conhecimento e, esperamos, para o seu futuro. Assim, o nosso objectivo é delinear as bases de uma proposta de conservação e de valorização para o mosteiro cisterciense de Santa Maria de Maceira Dão, sustentadas numa análise detalhada do conjunto edificado subsistente e nos princípios fundamentais que norteiam as intervenções em património arquitectónico.

Procurámos estruturar este trabalho de forma a integrar os aspectos considerados essenciais ao nosso domínio de especialização, organizando as principais vertentes de estudo – arquitectura, história, materiais e técnicas de construção e recuperação do património – em partes distintas, autónomas entre si mas concorrendo para um mesmo propósito.

Assim, começaremos por abordar o estado actual da investigação já desenvolvida sobre este mosteiro, no sentido de confirmarmos a pertinência do nosso trabalho.

Seguidamente faremos a descrição do conjunto edificado do ponto de vista da arquitectura, seguindo um modelo de análise fundamentado, que permita enunciar e desenvolver os aspectos considerados necessários. Iniciaremos esta parte do trabalho com uma aproximação à situação e ao sítio, contextualizando a implantação do edifício e referenciando-o a uma determinada envolvente. Depois caracterizá-lo-emos ao nível da planta e alçados, descrevendo e registando, no âmbito da arquitectura, os espaços constituintes do mosteiro e a forma como se interligam. Esta fase da investigação compreende, naturalmente, a recolha e tratamento dos elementos disponíveis e desenvolvidos por outras entidades, quer gráficos, quer bibliográficos, relativos à

caracterização arquitectónica do edifício, mas incide, principalmente, sobre a nossa observação e análise, feitas no local e baseadas no modelo anteriormente enunciado.

Entrando na história da construção, abordaremos as origens do mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão e a sua situação no contexto da Ordem de Cister. Procuraremos, aqui, determinar a cronologia das diversas campanhas de obras que o edifício sofreu, integrando-as em acontecimentos específicos que marcaram a história do nosso país e da própria Ordem. Depois, debruçar-nos-emos sobre as influências formais de Maceira Dão e sobre os mestres construtores que aí trabalharam. E, finalmente, registaremos as intervenções e alterações promovidas no mosteiro já depois da sua extinção enquanto casa monástica. Esta parte fundamentar-se-á, especialmente, na recolha e tratamento da informação disponível em referências bibliográficas e dos testemunhos existentes sobre as últimas intervenções levadas a cabo no mosteiro, procurando sintetizar-se o conhecimento existente sobre os aspectos relevantes à história da construção, relacionando-os com a nossa própria leitura do edifício.

Procederemos, então, à caracterização dos diferentes materiais de construção que encontramos no mosteiro e faremos a descrição dos principais sistemas construtivos identificados. Esta fase da investigação é realizada, sobretudo, através da observação e análise do objecto de estudo, complementada com a informação recolhida relativamente aos materiais e sistemas de construção.

Concluído o estudo do edifício nos diversos aspectos acima mencionados introduziremos, então, a última parte da nossa investigação que se prende, afinal, com o nosso maior objectivo: o do exercício da conservação e da valorização do património arquitectónico. Faremos, primeiramente, uma avaliação sumária do estado de conservação do mosteiro, aprofundando determinadas áreas ou materiais que se mostrem especialmente relevantes no conjunto edificado ou cujo estado de conservação se mostre particularmente agravado. Indicaremos, depois, as bases da nossa proposta, apresentando primeiro o respectivo enquadramento geral e fundamentação teórica e enunciando, depois, os objectivos e a metodologia que orientam as sugestões para a conservação e a valorização, assumidas como o resultado do trabalho desenvolvido e como reflexão sobre o património edificado e o seu futuro. Esta parte baseia-se, também, na observação e análise do objecto de estudo e, especialmente, na nossa

apreciação sobre a recuperação do património, devidamente fundamentada pelos instrumentos em vigor.

Entendemos como principais obstáculos à realização deste trabalho a escassa documentação e informação disponível sobre as origens e o desenvolvimento do mosteiro⁴ e o estado de conservação em que se encontra o edifício, impossibilitando o acesso a várias zonas e a sua correcta observação e análise.

Resta-nos dizer que, no cumprimento dos objectivos a que nos propomos, esperamos que o nosso trabalho contribua, efectivamente, para que o mosteiro de Maceira Dão continue a sua vida.

⁴ Após a extinção das Ordens Religiosas, uma parte da biblioteca e dos documentos do Cartório do mosteiro foi transferida para o Seminário de Viseu e perdeu-se no incêndio que aí ocorreu em 1841. Outra parte terá desaparecido ou anda dispersa pelas mãos de particulares. Cf. Alexandre Alves, *O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão*, Câmara Municipal de Mangualde, Mangualde, 1992, p. 100.

ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO

A reconhecida importância que a Ordem de Cister adquiriu em Portugal e o papel fundamental que desempenhou no desenvolvimento do nosso país justificam o interesse crescente no aprofundar do seu conhecimento, demonstrado em diversos domínios de investigação, nomeadamente da História, da Arquitectura e, também, da Conservação do Património Arquitectónico e Paisagístico.

No que concerne ao conhecimento geral da Ordem, devemos destacar os contributos de Artur Nobre de Gusmão e de Maur Cocheril, que constituem, ainda hoje, as principais referências sobre a matéria. Mais recentemente, pelo desenvolvimento e pela inovação expressas nas áreas da História e da Arquitectura dos cistercienses em Portugal, assumem especial relevância os estudos de Maria Alegria Fernandes Marques, Saul António Gomes e Virgolino Ferreira Jorge, entre outros.

Do vasto património edificado, legado da Ordem de Cister no nosso país, os mosteiros que assumiram um papel mais importante no contexto da Ordem – Santa Maria de Alcobaça e São João de Tarouca – continuam a ser, naturalmente, os mais estudados. No entanto, salientamos que diversos autores se têm já debruçado sobre outros mosteiros, contribuindo com referências monográficas importantes.

No que concerne ao nosso objecto de estudo, existem algumas referências bibliográficas relevantes que podemos indicar. O essencial relativamente ao enquadramento histórico de Santa Maria de Maceira Dão foi descrito por Artur Nobre de Gusmão na década de 50 do século passado⁵. Maur Cocheril, por sua vez, na década de 70 desse mesmo século⁶, abordou também esse enquadramento mas introduz alguns aspectos ligados à caracterização arquitectónica do edifício. Para além das curtas passagens sobre o mosteiro retiradas das obras mais generalistas, merecem menção particular os trabalhos

⁵ Artur Nobre de Gusmão, *A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal: ensaio de arqueologia da Idade Média*, Lisboa, 1956, pp. 157-163.

⁶ Maur Cocheril, *ob. cit.*, pp. 121-124.

monográficos de Alexandre Alves⁷ e de Ana Paula Nabais dos Santos e Victor Manuel Correia Leite da Silva⁸ sobre o mosteiro, com abordagens, respectivamente, ao nível da História e da Arquitectura:

Alexandre Alves desenvolve e aprofunda as questões ligadas à origem e ao desenvolvimento do mosteiro, publicando diversos documentos relativos à história do edifício e da comunidade monástica e outros aspectos de interesse para o conhecimento geral de Maceira Dão.

Ana Paula Nabais dos Santos e Victor Manuel Correia Leite da Silva caracterizam o edifício em termos arquitectónicos, abordando os aspectos ligados ao lugar, ao desenvolvimento funcional do edifício, à sua composição arquitectónica e caracterização construtiva, para além de o enquadrarem historicamente.

A ausência de documentação, as poucas fontes disponíveis e o relativo isolamento em que o mosteiro se encontra, contribuem seguramente para o fraco conhecimento que hoje se tem deste monumento. Ainda assim, podemos mencionar que o mosteiro tem sido objecto do interesse de muitos investigadores, existindo alguns trabalhos académicos dispersos sobre ele, nomeadamente nas Universidades de Coimbra e do Porto.

Podemos também referir que o mosteiro consta do Inventário do Património Arquitectónico (IPA PT021806070021)⁹, com última actualização no ano de 2006, da responsabilidade da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, actualmente integrada no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IP. Por essa entidade foi elaborada, naquele ano, a respectiva Carta de Risco. A ficha de inventário, de conteúdo acessível ao público, contém informação detalhada relativa à descrição do

⁷ Alexandre Alves, *ob. cit.*

⁸ Ana Paula Nabais dos Santos e Victor Manuel Correia Leite da Silva, *Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão*, Trabalho de Seminário de Pré-profissionalização, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1994 (policopiado).

⁹ *Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão*, recolhido em http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx, 2 de Dezembro de 2009.

mosteiro e à sua cronologia e levantamento fotográfico bastante completo. A Carta de Risco não está acessível ao público.

Deste modo, entendemos que o mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão carece de um estudo abrangente e aprofundado ao nível histórico-arquitectónico e constatamos que, apesar de estar inventariado e classificado pelas entidades competentes, não existem quaisquer elementos de referência no que diz respeito à sua conservação e valorização. Mostra-se, deste modo, essencial e oportuna a realização de um trabalho de investigação integrado neste domínio de especialização.

DESCRIÇÃO DO CONJUNTO EDIFICADO

Situação e sítio

▪ Situação

É sabido que a implantação dos edifícios religiosos, nomeadamente das Ordens Regulares, obedece a preceitos específicos. A sua análise permite-nos, muitas vezes, reconhecer a Ordem a que está associado determinado edifício e identificar os aspectos particulares que condicionaram a sua implantação. Se nalguns casos o entendimento comum dos propósitos de uma Ordem se traduz em formas e/ou linguagens de continuidade reconhecíveis, no caso da Ordem de Cister e, particularmente, quando falamos sobre a implantação dos seus mosteiros, ela é literalmente regulada pelos estatutos da Ordem¹⁰.

Ao mesmo tempo, o *Ora et Labora* que conhecemos dos beneditinos associado ao trabalho intelectual, é, em Cister, recuperado no seu sentido original de trabalho manual e é expresso nos documentos primitivos da Ordem e nos próprios testemunhos de S. Bernardo como elemento primordial na aplicação e no entendimento da Regra Beneditina¹¹. Deste modo, a importância do mosteiro, entendida como área de influência e de transformação da zona / região de implantação, não reside somente no

¹⁰ Ver *Cister: os documentos primitivos*, tradução, introdução e comentários de Aires Augusto Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999, e *Regra de S. Bento*, Edições “Ora et Labora”, Santo Tirso: Mosteiro Beneditino de Singeverga, 1992.

¹¹ Ver José Ignacio de la Torre Rodríguez, “A visão cisterciense do trabalho”, *Cister no Vale do Douro*, Afrontamento e Grupo de Estudos de História e Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, Porto, 1998, pp. 136-137.

edifício monástico e na sua envolvente mais próxima mas na teia de relações que se gera em torno da actividade agrícola¹².

Por isso, a aproximação a qualquer mosteiro cisterciense, provoca um sentimento ímpar, de harmonia conseguida entre o local que condiciona e o princípio que regula. A paisagem, trabalhada durante séculos, mesmo que em estado profundamente alterado, reflecte um modo de estar e uma vivência particulares.

O mosteiro deverá estar suficientemente isolado para permitir o necessário recolhimento espiritual dos monges mas, ao mesmo tempo, ter na sua proximidade todos os apoios considerados necessários à auto-suficiência da comunidade. Para prover às necessidades dos monges, alguns factores determinantes na escolha do local de implantação do mosteiro são: a presença da água; a existência de condições para a prática agrícola; e os recursos de madeira, pedra e outros materiais nas proximidades¹³.

Frei Claude de Bronseval no seu relato da visitação do abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, a Maceira Dão, em Dezembro de 1532, refere-nos que o mosteiro tinha *um bom abade e quinze monges que levavam uma vida mais eremítica que monástica, neste*

¹² *Idem*, pp. 142-143. Neste sentido, podemos falar em três grandes grupos de propriedades associadas ao mosteiro: o couto monástico, área primitiva de implantação do mosteiro, onde são evidentes a presença e as transformações realizadas pelos monges; as granjas, áreas de exploração agrícola, exteriores ao couto monástico, que, por vezes, assumiam dimensão e importância considerável; e as terras aforadas, áreas de exploração específica, localizadas, por vezes, a enorme distância do mosteiro. O couto corresponde a uma área de jurisdição particular, fora da jurisdição régia, definida ou delimitada a partir de uma doação inicial, outorgada pelo rei ou por um grande senhor.

¹³ Ver Geraldine Carville, *The occupation of celtic sites in Ireland by the canons regular of St. Augustine and the cisterciens*, Cistercian Publications, Michigan, 1982. Ver também Maria Alegria Fernandes Marques, “Os sítios de Cister nas Beiras”, *As Beiras e a presença de Cister. Espaço, Património Edificado, Espiritualidade*, Actas do I Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, 30 de Abril e 1 de Maio 2005, Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, São Cristóvão de Lafões, 2006, pp. 11-30.

*deserto, e erravam à sua vontade pois o mosteiro não tinha outra clausura que esta solidão*¹⁴.

Por outro lado, Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo diz-nos o seguinte sobre Maceira Dão: *não eram brenhas quando se fundou o Mosteiro mas antes de um grande número de compras e doações se vê que Maceira era uma vila, ou lugar com muitas herdades cultivadas, rotas e mui povoadas, com casas, vinhas, soutos, hortas, moinhos e tudo o mais que se acha, onde a agricultura se pratica com fervor e arte; de que tudo se convence o pouco fundamento dos que afirmam tantas brenhas neste lugar*¹⁵.

Apesar de reconhecermos alguma legitimidade no testemunho de Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo e de considerarmos que, de entre as várias propriedades que viriam a formar o couto de Maceira Dão, deveriam existir, certamente, algumas já cultivadas e que, eventualmente, tinham construções¹⁶, a realidade é que, ainda hoje, o mosteiro se encontra numa situação ímpar de recolhimento, protegido pelos horizontes limitados do vale onde se encontra.

Frei Hilário das Chagas, monge de Alcobaça, na sua memória de 1575, faz o registo da visitação mandada efectuar pelo Rei D. Manuel I, em 1498, e diz, sobre o mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: *este mosteiro está situado no concelho de Azurara [...] contra o nascente e serra que vai a redor do rio Dão [...]. Este mosteiro é muito fresco. Tem muita fruta de espinho, i.e., laranjas, limões, cidras. Tem muitas frutas de todas as maneiras. Tem muito azeite, pão, vinho, pescado do rio Dão. Tem ao redor uma mata muito fresca, de toda a maneira de madeira, principalmente muito castanho. Tem muita caça de monte e muita criação de gado miúdo, i.e., cabras, ovelhas. Tem muita água*

¹⁴ Claude de Bronseval, *Peregrinatio Hispanica: Voyage de Dom Edme de Salieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531 – 1533)*, vol. II, 1ª Edição, Presses Universitaires de France, Paris, 1970, p. 513, tradução livre.

¹⁵ Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Provas e Apontamentos para a História de Portugal*, 20-I-19, citado por Alexandre Alves, *ob. cit.*, p. 47.

¹⁶ O próprio edifício monástico apresenta uma área a que ainda hoje se chama torre e que adiante de descreverá, que, pela sua morfotipologia específica, poderá ser considerada uma pré-existência de arquitectura civil / militar, da qual se tirou proveito quando da instalação do mosteiro neste local e que subsiste mais ou menos bem conservada até aos nossos dias.

*numa horta. Tem duas fontes e outra que vem ao mosteiro por canos e entra na sacristia e na cozinha*¹⁷.

Por estas breves descrições e pelo que verificamos actualmente relativamente à implantação do mosteiro de Maceira Dão, todas as premissas enunciadas se encontram reunidas na localização do edifício monástico, justificando plenamente a escolha da sua implantação e, deste modo, podemos afirmar que a localização de Maceira Dão corresponde à desejável situação de implantação dos mosteiros cistercienses¹⁸.

O mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão encontra-se, actualmente, integrado numa propriedade agrícola a que se chama localmente Quinta do Convento e que tem, na sua totalidade, cerca de 180 hectares. Os limites da propriedade coincidem, em parte, com os limites do primitivo couto, existindo, nas suas extremas, alguns elementos de demarcação do domínio monástico. Dentro desses limites existem, também, vários testemunhos das intervenções realizadas pelos monges na propriedade, nomeadamente:

- a modelação dos terrenos, com diferentes culturas organizadas em socalcos;
- diversos elementos ligados à hidráulica, que, como é sabido, é um dos campos onde é plenamente reconhecido o conhecimento aplicado, desenvolvido e difundido pelas Ordens Regulares e, em particular, pela Ordem de Cister¹⁹. Dentro destes elementos podemos destacar a fonte da Clausura que denota um maior cuidado na sua composição e que terá sido o principal ponto de abastecimento de água do mosteiro;

¹⁷ Citado por Maria Alegria Fernandes Marques, “Os sítios...”, *ob. cit.*, pp. 25-26, tradução livre.

¹⁸ Ver também Maria Alegria Fernandes Marques, “Os sítios...”, *ob. cit.*, p. 21. Estamos, neste caso, a falar de mosteiros cistercienses masculinos já que a implantação de mosteiros cistercienses femininos obedeceu, na generalidade dos casos portugueses, a critérios distintos. Ver a este propósito Virgolino Ferreira Jorge, “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal. Notas sobre a Tipologia dos Sítios e das Igrejas”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, nº 94, 2º Tomo, Lisboa, 2000-2002, pp. 5-16.

¹⁹ Ver, como referência, *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*, Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna, 15-17 Novembro 1993, Convento da Arrábida, Fundação Oriente, Lisboa, 1996.

- e várias construções de apoio ao mosteiro e às suas actividades como, por exemplo, a capela de Nossa Senhora da Cabeça²⁰, o pombal e a eira, o lagar da Regada, a casa da quinta da Granja e os moinhos da Silveira.

Contrariamente ao que aconteceu noutros conjuntos monásticos, talvez por se ter mantido como edifício principal dessa grande propriedade agrícola, já depois da sua extinção como casa monástica, o mosteiro de Maceira Dão não deu origem a um aglomerado populacional. A propriedade mantém-se semelhante ao que era enquanto couto monástico e, pelo contrário, alguns lugares vizinhos, aldeias, que faziam parte da sua jurisdição e que, eventualmente, têm a sua origem em lugares ou granjas que pertenciam a Maceira Dão, como Vila Garcia e Fagilde²¹, mostram, actualmente, um considerável crescimento. Vila Garcia desenvolve-se na encosta nascente do vale onde se localiza o conjunto edificado do mosteiro e é hoje perfeitamente visível para quem está junto do mosteiro. É o aglomerado que mais interfere com o isolamento do mosteiro, quer pela sua proximidade, quer pela sua crescente dimensão.

- **Sítio**

O mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão localiza-se no distrito de Viseu, sensivelmente a 5 km para oeste da cidade de Mangualde, sede de concelho – Antigo

²⁰ A capela de Nossa Senhora da Cabeça é uma construção do século XVIII, de linguagem rococó e apresenta planta de nave centralizada, octogonal e capela rectangular. Tem uma romaria importante que se realiza na Quinta-Feira da Ascensão e que traz ao local centenas de romeiros. Ver Alexandre Alves, *ob. cit.*, p. 47, nota 3.

²¹ Alexandre Alves, *ob. cit.*, pp. 39 – 41. Vila Garcia pertencia ao couto do mosteiro enquanto que Fagilde pertencia ao couto da Granja, também jurisdição de Maceira Dão. Sobre as granjas de Maceira Dão e restantes propriedades veja-se esta mesma obra e, também, Maria do Céu Simões Tereno, “Arquitectura das Granjas Cistercienses – notas de investigação preliminar”, *As Beiras e a presença de Cister. Espaço, Património Edificado, Espiritualidade*, Actas do I Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, São Cristóvão de Lafões, 2006, pp. 48-49.

Concelho de Azurara da Beira²² – e pertence à freguesia de Fornos de Maceira Dão. As suas coordenadas geográficas são 40°36'58''N e 7°49'38''W e encontra-se a uma altitude de cerca de 300m²³.

O acesso ao mosteiro faz-se, actualmente, pela auto-estrada A25, entre Mangualde e Viseu tomando a direcção de Fagilde pela estrada nacional EN16, seguindo até Vila Garcia e, passando esta aldeia, descendo pela encosta até avistar o mosteiro, ou, então, pela estrada nacional N234, entre Nelas e Mangualde tomando a direcção de S. Cosmado pela estrada nacional EN16, seguindo até Vila Garcia e depois, novamente, passando esta aldeia e descendo pela encosta até avistar o Mosteiro.

O edifício monástico está implantado em situação de pequeno declive, num vale protegido a norte pela Serra de Fagilde e situa-se na margem direita da chamada ribeira dos Frades²⁴, que desagua no rio Dão a cerca de 1,5km a jusante do mosteiro. Insere-se, assim, na área da bacia hidrográfica do rio Dão e no vasto planalto da Beira Alta.

Em termos genéricos, o mosteiro está integrado na unidade geotectónica denominada Maciço Hespérico (Maciço Antigo), na zona paleogeográfica Centro-Ibérica. O Maciço Hespérico é caracterizado por: *Terrenos antigos, antemesozóicos, constituídos, essencialmente, por rochas metamórficas variadas, rochas sedimentares e metassedimentares, bem como rochas ígneas, sobretudo graníticas. Este conjunto forma a parte ocidental do Maciço Hespérico que abrange mais de metade do país*²⁵.

De acordo com a informação recolhida por Valentim da Silva, especificamente sobre o Concelho de Mangualde, temos as seguintes referências: *Na parte central do concelho [de Mangualde] já o aspecto orográfico deste maciço de montanhas começa a esbater-*

²² Ver a título de referência Valentim da Silva, *Concelho de Mangualde – Antigo Concelho de Azurara da Beira*, Câmara Municipal de Mangualde, Mangualde, 1978.

²³ Elementos de referenciação geográfica obtidos pelo programa Google Earth em 5 de Novembro de 2009 – Google Earth 4.0.2722; Jan 5 2007; Renderer-OpenGL; Server-kh.google.com.

²⁴ A ribeira dos Frades também é conhecida por regato das Freiras. Ver Alexandre Alves, *ob. cit.*, p. 14 e Maur Cocheril, *ob. cit.*, p. 121.

²⁵ Cf. Luís Aires-Barros, *As Rochas dos Monumentos Portugueses. Tipologias e Patologias*, vol. I, IPPAR, Lisboa, 2001, pp. 67-73;

se quase reduzido aos afloramentos de outros montes para dar lugar às terras de vegetação fértil, como são as da freguesia de Mangualde e as que se estendem pelas outras freguesias limítrofes, notadamente as de Fornos do Dão, Espinho e de Alcafache.

Apenas, como dispersas, algumas pequenas montanhas de fracos relevos, se notam ainda de relativa extensão, junto de Santo António dos Cabaços, Tabosa, Roda e ao sul as pedreiras de Cubos, sem falar já, a caminho do Dão, da alta serra de Fagilde.

Pode-se pois afirmar que é granítica toda a área do concelho cujas formas actuais são consequência da acção erosiva da sua rede hidrográfica. [...]

Em Tabosa os granitos são francamente porfiróides, com a biotite predominante e com os minerais acessórios, zircão e magnetite. [...]

São dignas de nota as rochas granitóides de Cubos, e da Roda. [...] A segunda, de grão finíssimo presta-se a trabalhos delicados, fornecendo belo material de cantaria²⁶.

No que respeita ao clima existe a seguinte informação sobre o Concelho de Mangualde: *O clima de Mangualde caracteriza-se por apresentar uma temperatura média anual de 13°C, com temperaturas médias mensais compreendidas entre os 6,6°C (Janeiro) e os 20,5°C (Julho), ou seja, uma amplitude térmica anual de aproximadamente 14°C. A precipitação total anual é de 1.345,8mm, ocorrendo nos meses de Inverno precipitações superiores a 175mm, enquanto que os meses de Julho e Agosto são os únicos secos do ano. A evaporação é de 1.016,2mm/ano, o que é inferior à precipitação total anual, por apresentar no Inverno uma elevada pluviosidade, e temperaturas baixas, e no Verão fraca humidade e temperaturas elevadas. O clima da região apresenta Invernos relativamente frios mas pouco prolongados e Verões quentes e secos. A amplitude térmica e a temperatura média anual são moderadas. As chuvas são bastante irregulares e concentram-se nos meses de Novembro a Março, existindo igualmente um outro período seco e estival, coincidente com os meses quentes do ano, Julho e Agosto.*

²⁶ Cf. Valentim da Silva, *ob. cit.*, pp. 154-155. As aldeias de Tabosa, Roda e o lugar de Santo António dos Cabaços situam-se entre o mosteiro e a cidade de Mangualde e a sua referência é importante já que pode ser daí a pedra usada na construção do mosteiro.

O total anual de precipitação é elevado. Trata-se, pois, de um clima temperado de feição continental muito atenuada. O vento é normalmente do quadrante Oeste²⁷.

²⁷ *Biblioteca de Mangualde, Mangualde – O Concelho em factos e números*, recolhido em www.bib-mangualde.rcts.pt, 18 de Fevereiro de 2003 (este sítio está, actualmente, desactivado).

Planta e alçados

O edificado subsistente do mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão ainda hoje se apresenta como um todo e, apesar de se encontrar em avançado estado de degradação e de ostentar algumas falhas relevantes, é possível reconhecer as suas características essenciais.

Podemos identificar, no conjunto, três partes fundamentais do edifício que correspondem, simultaneamente, a diferentes funções da orgânica do mosteiro e a três grandes fases de construção: a *igreja*, os *lugares regulares* e a *torre*. A ligação entre estas três partes é feita por espaços de transição que consideramos bem definidos e que associaremos, em termos de caracterização, aos *lugares regulares*.

Para um melhor entendimento desta caracterização e atendendo ao facto de o edifício estar implantado num terreno em declive, consideraremos o desenvolvimento do edifício em três grandes níveis de pavimento:

- o do piso térreo, com acesso pelas zonas de cota mais baixa do terreno;
- o do primeiro piso, com acesso pelas zonas de cota mais alta do terreno e, também, por escadarias exteriores;
- e o do segundo piso, com acesso por escadarias interiores e exteriores.

A caracterização do edificado não segue uma ordem cronológica relativamente à sua construção mas é realizada, primeiro, em função de uma leitura funcional do edifício e, depois, seguindo o sentido de norte para sul e de nascente para poente.

▪ Planta

Igreja

A igreja está orientada a nascente e desenvolve-se num único piso, confinando a sul com a restante construção. Pelo seu traçado, podemos perceber que obedece a regras de

desenho pré-definidas. É composta pela cabeceira e pela nave e apresenta uma simetria perfeita definida pelo seu eixo de orientação.

A cabeceira tem planta rectangular com o interior em polígono irregular oitavado – rectângulo com os cantos chanfrados – e a sua parede nascente apresenta uma sobreessura onde se integra um pequeno espaço rectangular que corresponde ao espaço ocupado pelo altar-mor. A nave tem planta elíptica. A intersecção entre estes dois espaços é feita por um vão de ligação, que se desenvolve na aresta poente do polígono oitavado que define o interior da cabeceira. A norte desta intersecção localiza-se a escada de caracol de acesso ao púlpito que forma, pelo exterior, uma saliência circular.

No extremo noroeste da igreja encontra-se adossada a torre sineira, de planta rectangular, que tem, no interior, a escada de acesso directo ao sino que se desenvolve em seis níveis.

O acesso principal à igreja, pelo exterior, é feito por um portal na tangente a poente da elipse da nave.

Na parede norte da cabeceira existe um vão secundário de acesso ao exterior e, na parede sul, o simétrico de acesso a um espaço específico dos lugares regulares, que se encontra parcialmente entaipado. Na espessura destes vãos são lançadas as escadas de acesso ao tardoz do altar-mor.

Na parede norte da nave encontramos três vãos: o vão de acesso à torre sineira; um vão de acesso secundário ao exterior, que se encontra completamente entaipado; e o vão de acesso ao púlpito, que se encontra parcialmente entaipado. Na parede sul deste espaço existem três vãos, em simetria com os da parede norte, que dão acesso aos lugares regulares. Dois deles estão entaipados, um parcialmente e o outro completamente. Podemos referir, ainda, que, nas espessuras das paredes norte e sul, se encontram, também em simetria, os espaços correspondentes aos altares laterais.

Actualmente, o pavimento da igreja desenvolve-se em dois níveis diferentes, vencidos por dois degraus localizados na intersecção da nave com a cabeceira²⁸. No entanto, a análise dos níveis de soleira que encontramos na igreja dá-nos a indicação de que o pavimento se desenvolveria, pelo menos, em três níveis diferentes. Podemos auferir que existia uma diferença entre a nave e a cabeceira, à semelhança da que existe actualmente, e que, pela evidência dos arranques de pedra junto das paredes laterais da capela, a chegada ao altar-mor era, também, precedida por uma diferença de nível.

Lugares regulares

Os lugares regulares localizam-se a sul da igreja e a noroeste / poente da torre, acompanhando os vários níveis de cota do terreno de implantação. Desenvolvem-se num piso parcial, ao nível do piso térreo, e em dois pisos superiores.

Podemos identificar, no desenvolvimento espacial dos lugares regulares, três zonas distintas que, apesar de fazerem parte de uma mesma unidade, apresentam características singulares que consideramos dever ser enunciadas particularmente, para uma melhor leitura do conjunto. Estas três zonas são:

- os *espaços de transição*, que, no nosso entender, correspondem às zonas charneira entre as três partes fundamentais que compõem o edifício e que são naturalmente geradas pelas diversas fases de obra, localizados a nascente do conjunto edificado, entre a igreja, a torre e os restantes espaços que pertencem aos lugares regulares;
- a *envolvente do claustro*, zona central do edifício que inclui os espaços imediatamente confinantes ao claustro, organizados por alas;
- e o *exterior da portaria*, que inclui os volumes avançados que rematam o edifício a poente.

²⁸ Estes dois degraus foram colocados pelos actuais proprietários em 1999, aquando de uma limpeza geral realizada na igreja.

Seguindo a leitura funcional do edifício, que enunciámos anteriormente, começaremos por descrever os *espaços de transição* onde julgamos estar localizada a sacristia²⁹. Depois, entraremos na *envolvente do claustro*, onde a descrição dos espaços seguirá a orientação dos pontos cardeais, começando pela ala nascente, onde se localiza a sala do Capítulo. E, finalmente, abordaremos o *exterior da portaria*.

Os *espaços de transição* localizam-se no extremo nordeste dos lugares regulares, confinando a norte com a igreja e a sul com a torre. Desenvolvem-se, apenas, nos dois pisos superiores dos lugares regulares e têm acesso ao exterior, a nascente e a sul.

No primeiro piso, existem quatro divisões:

- uma primeira divisão ampla, rectangular, situada imediatamente a sul do presbitério, que pensamos ter funcionado como sacristia já depois da construção da igreja setecentista. Esta divisão apresenta um acesso à igreja, a norte, parcialmente entaipado e um acesso ao exterior, a nascente;
- uma segunda divisão de planta composta, irregular, formada por dois espaços singulares, situada a sul da igreja e a poente da primeira divisão descrita. Esta divisão faz o acesso entre a igreja, o claustro e outras divisões dos *espaços de transição*;
- uma terceira divisão rectangular, em forma de corredor, localizada a sul dos *espaços de transição* e a norte da torre, com acesso apenas pelo exterior, a nascente;
- e uma quarta divisão rectangular que se encontra a sul das duas primeiras e que pensamos, também, ter funcionado como sacristia, à época da primitiva igreja. Esta divisão tem um acesso ao exterior, a sul, e um acesso actualmente entaipado ao espaço confinante a norte.

O segundo piso tem acesso, pelo exterior, por uma escadaria que confina a poente com a cabeceira da igreja e que dá acesso a um pequeno alpendre.

²⁹ A seguir à igreja, a sacristia e a sala do Capítulo são consideradas as áreas de maior importância da actividade monástica.

Neste piso existem apenas duas divisões:

- uma primeira divisão ampla, rectangular, situada a sul do presbitério, semelhante à do primeiro piso, com acesso ao exterior, a nascente, pelo alpendre;
- e uma segunda divisão, a sul da primeira, com planta composta por dois espaços rectangulares. Esta divisão tem acesso ao exterior, a nascente, pelo alpendre e dá acesso ao segundo piso da torre.

A *envolvente do claustro* desenvolve-se nos três pisos atrás enunciados. Apresenta planta rectangular e todos os espaços se organizam em redor do claustro, em alas, excepto os do piso parcial que adiante descreveremos. Confina a nordeste com os *espaços de transição* e a poente com o *exterior da portaria*.

O piso parcial, ao nível do piso térreo, desenvolve-se sob a ala sul do claustro, ocupando apenas uma parte da sua projecção horizontal. Apresenta quatro divisões rectangulares às quais se acede directamente pelo exterior, ao nível do caminho que separa o mosteiro da ribeira.

No primeiro piso encontramos o claustro, de planta rectangular, com cinco tramos de lado, sendo os tramos paralelos ao eixo nascente-poente ligeiramente maiores que os paralelos ao eixo norte-sul. Em todo o seu perímetro desenvolvem-se as alas construídas e, no seu interior, existem cinco floreiras com laranjeiras. Este piso tem acesso directo ao exterior pela ala nascente e pela ala poente.

Na ala nascente, com acesso pelo corredor do claustro, localizam-se as escadas de acesso ao segundo piso, que apresentam planta quadrangular e estão divididas em quatro lanços. A sul destas, está a sala do Capítulo e, a seguir, o parlatório. Ambas as divisões apresentam planta rectangular, embora com distintas dimensões e orientações. Para além de terem acesso pelo corredor do claustro, têm ligação entre si. No parlatório encontra-se, também, o acesso ao exterior do edifício.

Na intersecção da ala nascente com a ala sul encontramos um espaço quadrangular com acesso pelo parlatório.

Na ala sul encontramos três divisões rectangulares, todas com ligação entre si. A primeira divisão e a terceira têm, além disso, acesso pelo corredor do claustro. As duas

primeiras divisões ocupam a quase totalidade da ala sul e a terceira divisão corresponde, em termos de dimensões, à continuidade do corredor poente do claustro. Este espaço, tipo copa, dá também acesso à cozinha.

A cozinha localiza-se na intersecção da ala sul com a ala poente e apresenta planta irregular, composta por vários pequenos espaços rectangulares que incluem a área de ligação à copa, a chaminé e a área de ligação ao refeitório. A cozinha dá acesso, a poente, a um espaço do *exterior da portaria*.

Na ala poente encontramos, actualmente, um único espaço rectangular, que corresponde ao refeitório e à portaria³⁰. Este espaço apresenta dois acessos pelo claustro e tem ligação com o pátio da portaria.

Na intersecção da ala poente com a ala norte há um espaço rectangular ao qual se acede pela ala norte. Tem, ainda, um acesso entaipado a um espaço do *exterior da portaria* e outro à ala poente, nas mesmas condições.

Na ala norte do claustro encontra-se uma divisão rectangular com acesso directo pelo claustro, que pensamos ter funcionado, eventualmente, como celeiro.

Ao nível do segundo piso do claustro, existe uma galeria-corredor por onde se acede a diversas divisões. Essa galeria-corredor não se encerra no perímetro do claustro, sendo prolongados os corredores para sul e para poente.

Em todas as alas e respectivas intersecções encontramos celas rectangulares de dimensões semelhantes. Na ala sul, devido ao desabamento de uma parte da fachada, o extremo nascente não se encontra definido, acontecendo o mesmo na ala poente, sobre o refeitório. Na intersecção da ala poente com a ala norte, encontramos uma divisão que dá acesso a um espaço do *exterior da portaria* e, na ala norte, existe um espaço singular cuja função primitiva desconhecemos, que corresponde à área de duas celas, sem qualquer divisória visível e mantendo os dois vãos de acesso ao corredor.

³⁰ O refeitório e a portaria estariam separados por uma parede que ruiu junto com a cobertura desta ala e o pavimento do piso superior, em meados do século XX.

Confinando com a ala poente da *envolvente do claustro*, encontramos os espaços do *exterior da portaria*³¹. Estes espaços desenvolvem-se nos dois pisos superiores dos lugares regulares e não estão perfeitamente alinhados com as alas norte e sul do claustro mas, de certa forma, prolongam-nas. Definem, entre si e através de um muro de delimitação, um vazio que constitui o pátio da portaria.

No primeiro piso, encontramos uma divisão em cada extremo, ambas com acesso directo à portaria e aos espaços confinantes da ala poente da *envolvente do claustro*. Entre elas situa-se o pátio da portaria, delimitado a nascente pela ala poente da *envolvente do claustro* e a poente pelo referido muro.

No segundo piso, na divisão a norte, localizam-se o que pensamos serem as instalações do abade do mosteiro e, na divisão a sul, encontramos um espaço compartimentado em três pequenas divisões³².

Torre

A torre apresenta planta rectangular e desenvolve-se, actualmente, em três pisos independentes entre si. Confina a norte e parcialmente a poente com o restante edificado.

O piso térreo tem acesso directo pelo exterior através de dois vãos localizados na parede sul e apresenta duas divisões de dimensões similares com ligação entre si.

O primeiro piso tem, também, acesso directo pelo exterior, através de uma escadaria adossada à parede poente que nos conduz a um vão, localizado nessa parede. Este piso apresenta duas divisões rectangulares, semelhantes às que encontramos no piso térreo, com ligação entre si.

³¹ Estes espaços pertencem a uma fase de construção posterior à das alas do claustro. Esta afirmação justifica-se pela análise das juntas do aparelho de pedra das diversas paredes, que não coincidem entre si, e, também, pela observação das paredes que limitam estes espaços. A parede poente da *envolvente do claustro* apresenta uma alvenaria de pedra aparelhada cuidada e preparada para estar à vista, distinta da que encontramos nos restantes interiores, que está preparada para ter um revestimento. Esta alvenaria cuidada é visível no interior dos espaços que rematam o edifício a poente.

³² Este espaço funcionou, na segunda metade do século XX, como habitação de um rendeiro.

O terceiro piso tem acesso pela parede norte, através de um espaço interior dos lugares regulares, e apresenta uma só divisão.

- **Alçados interiores**

Igreja

As diferenças de desenvolvimento em planta, que distinguem os dois espaços que compõem a igreja, são reforçadas pelos volumes distintos que estes encerram.

A capela apresenta o tecto em abóbada de falsas lunetas apoiada sobre os paramentos e sobre mísulas pontuais, enquanto, na nave, o tecto é em cúpula que repousa sobre uma cornija contínua.

Os dois espaços apresentam vãos em dois níveis de altura e intersectam-se num arco triunfal. Ao nível do pavimento, encontram-se unicamente vãos de porta, que dão acesso ao exterior e a outros espaços, e a um nível mais elevado encontram-se apenas vãos de janela, para iluminação e ventilação da igreja.

Os vãos ao nível do pavimento apresentam, entre si, distintas dimensões e distintos elementos decorativos, com trabalho em cantaria, mas mantendo sempre a relação de simetria ditada pelo eixo da igreja. O portal principal apresenta-se recto, pelo interior, e é marcado apenas por uma moldura simples de pedra. O vão de acesso ao exterior, na cabeceira, e o vão de acesso à torre sineira, na nave, e respectivos simétricos são coroados por um frontão triangular. O vão de acesso ao exterior, na nave, e respectivo simétrico são encimados por um frontão em arco abatido e o vão de acesso ao púlpito, bem como o seu simétrico, são rectos e apresentam, apenas, uma moldura simples de pedra. Os vãos que correspondem aos altares laterais são em arco de volta perfeita e apresentam, também, moldura em pedra.

Ao nível superior podemos referir que a cabeceira tem, a norte e a sul, dois vãos de janela de arco abatido, sendo que os de sul comunicam com um espaço específico dos lugares regulares e estão completamente entaipados. A nascente, este espaço tem dois

pequenos vãos rectos, sem moldura, para iluminação das escadas de acesso à parte tardoz do altar-mor e que estão parcialmente entaipados.

Na nave podemos encontrar, sobre o portal principal, um vão recto com moldura simples de pedra e sobre os altares laterais, a norte e a sul, dois vãos rectos, também, com moldura simples de pedra. O vão que constitui o púlpito e o seu simétrico a sul têm dimensões francamente mais reduzidas mas são, como os restantes vãos de janela da cabeceira, rectos com moldura simples de pedra.

Lugares regulares

Nos *espaços de transição*, as paredes interiores estão repletas de vãos entaipados e de marcas de intervenções. Pela sua essência, estas zonas charneira reflectem, nesse sentido, as diversas campanhas de obras que decorreram no mosteiro.

No ângulo mais a poente deste conjunto de *espaços de transição*, a parede que confina a sul com o claustro, apresenta alvenaria de pedra aparelhada, contínua e siglada, com vestígios de revestimento, e tem dois vãos que são relevantes: o primeiro é um vão de porta recto, com moldura almofadada em pedra, que foi aberto sobre o remanescente de um portal medieval, e o segundo é um vão de janela recto, que se encontra completamente entaipado. Na parede poente, que confina com o topo da ala norte da *envolvente do claustro*, podemos observar o mesmo tipo de alvenaria de pedra aparelhada, contínua e siglada, que apresenta um embasamento visível do interior do celeiro. Nesta parede existe uma fresta que se encontra a meio dos dois pisos da *envolvente do claustro*³³.

Merece referência o vão de acesso ao claustro, que apresenta uma gramática formal distinta dos restantes e que se assemelha à da própria igreja.

³³ Para quem observa o interior do espaço limitado por estas paredes, a alvenaria não parece ter sido alterada e as juntas são todas contínuas, sendo visíveis inúmeras marcas de canteiro. Assim, estamos em crer que este canto corresponde ao canto sudoeste da primitiva igreja medieval. Podemos afirmar, pela cota de desenvolvimento do portal e da fresta, que a primitiva igreja medieval se desenvolveria, pelo menos, 90 cm abaixo da cota actual do pavimento naquela zona. Neste caso, a realização de escavações arqueológicas poderá fornecer novos e relevantes elementos.

Ainda neste piso podemos referir que, na divisão que se encontra a sul da cabeceira, a parede poente apresenta uma alvenaria muito irregular, com vãos entaipados sobre vãos já existentes. Na parede nascente está adossado um lava-mãos com painel frontal em pedra e elementos decorativos. Na divisão mais a sul, entre a torre e a ala nascente do claustro, existe também um lava-mãos, localizado na parede sul, com tratamento decorativo em pedra³⁴. Na pequena divisão em corredor, a norte da torre, encontram-se diversos vãos em arco de ogiva, medievais, actualmente entaipados.

Os tectos deste piso apresentam-se com a estrutura de madeira e o pavimento do piso superior à vista.

Ao nível do segundo piso, destacamos apenas que continuam a ser expressivas as inúmeras marcas de intervenção e vãos entaipados sobre vãos existentes, visíveis nos paramentos.

Neste piso, os tectos apresentam-se com a estrutura da cobertura, o ripado e o revestimento em telha à vista.

Na *envolvente do claustro* e ao nível do primeiro piso, os tramos do claustro são pontuados por pilares almofadados onde apoiam cinco arcadas de volta perfeita.

Neste piso, as paredes do corredor apresentam, ainda, vestígios dos revestimentos em reboco e do lambril de azulejo em composição de azul e branco.

Na ala nascente merecem referência: o vão de acesso à escada para o segundo piso, em arco de volta perfeita; o vão da sala do Capítulo, que se distingue dos demais pela sua dimensão e pelo tratamento decorativo³⁵; e o vão de acesso ao parlatório, em arco de volta perfeita. Na ala sul existem dois vãos rectos. Na ala poente, antecedendo a entrada para o refeitório, encontramos o respectivo lava-mãos, com moldura em pedra; existem,

³⁴ Conforme referimos anteriormente, estes dois espaços que apresentam lava-mãos são os que pensamos terem funcionado, em alturas diferentes, como sacristia.

³⁵ Este vão parece ter sido reaproveitado de outro local. Vejam-se os pináculos que rematam a parte de cima do vão, que se encontram já na espessura do pavimento do segundo piso.

nesta ala, um vão recto, de acesso ao refeitório, e um vão em arco de volta perfeita, de acesso à portaria. Na ala norte existe um vão recto³⁶ e duas pequenas frestas horizontais.

Ainda neste piso, merecem referência a escadaria de acesso ao segundo piso, cuja guarda foi retirada, e os alçados interiores da sala do Capítulo, também eles apresentando restos de lambril de azulejo em composição de azul e branco e reboco e com dois vãos altos abertos a nascente. Nas zonas rebocadas dos paramentos desta sala, distinguem-se manchas definidas de humidade e sujidade que correspondem à posição e dimensão dos quadros anteriormente existentes nesta sala e que hoje se encontram desaparecidos. Não encontramos vestígios, nas paredes, dos apoios dos bancos corridos que, por vezes, existem neste tipo de espaço. O refeitório apresenta, também, vestígios do lambril de azulejo azul e branco e aqui são perfeitamente visíveis os apoios de banco corrido.

Os tectos do primeiro piso, quando existem, apresentam-se com a estrutura e o revestimento do piso superior à vista, com excepção para o parlatório que apresenta um forro de madeira.

No segundo piso, o paramento do claustro é limitado, inferiormente, por uma cornija e abrem-se na galeria, para o interior do claustro, três vãos de sacada rectos em cada ala. O remate do beirado apresenta um friso simples e ainda existem algumas gárgulas de escoamento das águas pluviais, trabalhadas em pedra.

Uma última referência para a galeria-corredor do segundo piso que apresenta o mesmo tipo de revestimentos do corredor inferior e é pontuada pelo ritmo dos vãos interiores e exteriores, rectos com moldura de pedra.

O tecto da galeria-corredor, nos troços em que ainda existe, é abobadado, em madeira, e as intersecções e remates dos corredores tinham florões de madeira, entretanto desaparecidos³⁷. Nas celas, os tectos são em masseira, quadrangular ou oitavada, sendo, ainda, visíveis os vestígios de alguns.

³⁶ Este vão recto da ala norte e o vão recto da ala poente apresentam, na metade inferior das ombreiras da moldura de pedra, um alargamento de forma circular, que parece feito para se passar uma pipa de vinho deitada.

³⁷ São visíveis, nestes remates, os negativos deixados por estes florões.

No *exterior da portaria*, os alçados interiores apresentam alvenaria ordinária de pedra com revestimento em reboco mas merece referência a parede que confina com a *envolvente do claustro*, que se apresenta, em toda a sua extensão, em alvenaria de pedra aparelhada. No interior dos espaços cobertos encontramos vãos de porta rectos em ambos os pisos, dando acesso à ala poente da *envolvente do claustro*. No pátio da portaria abre-se, ao nível do primeiro piso um vão de porta recto, que dá acesso à portaria, e três vãos de janela, correspondentes ao espaço do refeitório, que são, também, rectos mas com sotamento expressivo. Ao nível do segundo piso encontramos, aqui, um vão de sacada e três vãos de janela rectos.

Relativamente aos tectos, apresentam-se com estrutura e revestimento superior à vista, destacando-se as instalações do abade onde ainda é visível o tecto em masseira.

Torre

Ao nível do piso térreo da torre, a ligação entre as duas divisões existentes é feita por um vão de porta em arco de volta perfeita e os paramentos apresentam-se em alvenaria seca de pedra aparelhada, sem particularidades a referir. São visíveis os cachorros em pedra que suportam a estrutura de pavimento do piso superior e a própria estrutura em barrotes de madeira com o reguado do pavimento por cima. Ambas as divisões têm vãos de porta de acesso ao exterior.

No primeiro piso, a ligação entre espaços é concretizada através de um vão de porta em arco de volta perfeita, idêntico ao que existe no piso térreo. Cada uma destas divisões tem um vão de janela recto no paramento sul. Os paramentos também se apresentam em alvenaria de pedra aparelhada, neste caso com vestígios de reboco, e, nas paredes poente e norte, são visíveis vãos de arco quebrado, entaipados. Também neste piso são visíveis, à semelhança do que acontece no piso térreo, os cachorros que suportam a estrutura de pavimento do piso acima e a própria estrutura.

No segundo piso os paramentos apresentam vestígios de reboco sobre a alvenaria de pedra e, na parede norte, para além do vão de acesso em arco quebrado, é também visível um vão entaipado, em arco de volta perfeita. Existem, na parede sul, dois vãos

de janela em arco abatido e um vão de janela recto e, na parede poente, um vão de arco abatido. Ainda na parede poente é visível o remanescente do que parece sido uma lareira. À semelhança do que acontece nos dois pisos já descritos, também aqui são visíveis cachorros nos paramentos mas, neste caso, em sequência incompleta, derivada das transformações que ocorreram na parte superior dos respectivos paramentos e na cobertura. O tecto apresenta-se com a estrutura em barotes de madeira, o ripado e a telha à vista, com a pendente própria da cobertura.

▪ Alçados exteriores

Igreja

Os alçados exteriores da igreja contrastam, pela sua austeridade, com o que se verifica no interior.

Os volumes são rematados por um friso simples e apenas na torre sineira e no alçado poente se nota mais cuidado ao nível da composição e dos pormenores decorativos.

A cobertura, em telha, é independente para cada um dos espaços da igreja, já que os volumes que esses espaços encerram se desenvolvem em alturas diferentes. A cobertura da cabeceira é de três águas, pendendo para norte, sul e nascente e a cobertura da nave é cónica³⁸.

No alçado poente encontramos o portal principal, recto, com moldura em pedra, coroadado com um brasão de armas reais. Sobre o portal, existe uma ampla janela recta, com moldura simples e ainda com o gradeamento original de ferro. De cada lado da janela e sobre ela existem três nichos³⁹ que evidenciam um trabalho mais cuidado ao

³⁸ O actual telhado da igreja foi mandado colocar pelo pai dos actuais proprietários. Na altura da compra do mosteiro, em 1965, a nave e a cabeceira da igreja não tinham telhado, sendo visível o extradorso da cúpula e da abóbada.

³⁹ De acordo com Alexandre Alves, *ob. cit.*, p. 19, nota 9, os nichos laterais destinavam-se às imagens de S. Bento e S. Bernardo e o nicho superior à imagem de Nossa Senhora da Assunção, orago do mosteiro.

nível dos aspectos decorativos, integrando nas molduras alguns pormenores enriquecedores⁴⁰. Os vãos do alçado norte não apresentam molduras definidas e o alçado nascente é praticamente cego, apenas marcado pelos dois pequenos vãos de iluminação das escadas de acesso ao tardo do altar-mor e pela escada, parcialmente adossada, de acesso ao segundo piso da torre e dos lugares regulares.

Lugares regulares

Os *espaços de transição*, apresentam alçados exteriores a sul e nascente, delimitados por outras partes do edifício.

A nascente é visível o alpendre que protege os diversos vãos deste alçado. No primeiro piso, apresenta dois largos pilares de pedra ao centro e paredes nos extremos laterais. No segundo piso, o alpendre tem uma estrutura ligeira de betão armado com guardas em perfil de aço. Em cada um dos pisos existem dois vãos de porta e um vão de janela rectos, não alinhados entre si.

A cobertura é, nesta zona nascente, de duas águas pendendo para nascente e para poente.

O alçado sul apresenta, ao nível do primeiro piso, um vão de porta a que se acede por uma escadaria adossada a outra existente na torre e um vão de janela, rectos. Ao nível do segundo piso, encontramos um vão de sacada com linguagem semelhante à que encontramos nos vãos exteriores da *envolvente do claustro*. Também não existe qualquer tipo de alinhamento vertical entre os vãos destes dois pisos.

Na zona sul a cobertura é, também, de duas águas, com pendente para norte e para sul e o remate do beirado, a sul, é feito por uma cornija.

A zona poente dos *espaços de transição*, precisamente no espaço que liga a igreja ao claustro, não tem, actualmente, cobertura.

⁴⁰ Veja-se a descrição de Ana Paula Nabais dos Santos e Victor Manuel Correia Leite da Silva, *ob. cit.*, pp. 81-86.

Na *envolvente do claustro*, o alçado nascente apresenta o paramento em alvenaria de pedra aparelhada e nele se encontra adossada a escadaria que dá acesso ao primeiro piso. Ao nível deste piso existem diversos vãos: dois vãos altos, sotados, que fenestram a sala do Capítulo, o vão de porta pelo qual se acede ao parlatório e um outro vão de janela, recto, localizado à esquerda da porta, com desenho e posição tardios. Ao nível do segundo piso, existem quatro vãos de janela. Na ligação entre este alçado e o alçado sul dos *espaços de transição*, merece referência um vão de canto que ilumina a escadaria interior de acesso ao segundo piso.

A cobertura da ala nascente apresenta duas águas, pendendo para nascente e para poente, e o beirado, no alçado nascente, é rematado por uma cornija contínua.

O alçado sul da *envolvente do claustro* é o que se encontra mais alterado. O desabamento de parte da fachada e sua posterior reconstrução resultaram numa quebra da unidade dos paramentos, quer ao nível do aparelho de pedra quer ao nível do ritmo e tipo de fenestrações. Por outro lado, o decaimento verificado nas pedras, ao nível do piso térreo, levou a que o exterior de todo esse piso fosse barrado com argamassa de cimento, formando uma espécie de embasamento do conjunto edificado, onde se localizam os vãos de acesso ao piso térreo. Para além disso, foi construído um anexo e respectivo acesso exterior, em meados do século XX, quando parte do mosteiro funcionava como habitação. Estes elementos são os mais dissonantes de todo o conjunto. No entanto, são ainda visíveis, na fachada primitiva, os vãos originais, rectos, com três tipologias distintas. As esquinas são marcadas por pilastras pontuadas com pináculos.

A cobertura da ala sul apresenta três águas, com pendente a norte, a sul e, parcialmente, a poente, acompanhando a linha de quebra na transição para o volume sul do *exterior da portaria*. O remate do beirado é feito por uma cornija, interrompida na zona em que a fachada ruiu.

A ala poente encontra-se, actualmente, sem cobertura mas apresenta, ainda, o remate do beirado em cornija contínua.

No alçado norte existem, ao nível do primeiro piso, vãos rectos, com sotamento, tipo frestas horizontais. As alterações introduzidas no interior da ala norte, já no séc. XX, originaram, também, a abertura de mais dois vãos, ao nível deste piso, não integrados na

composição do alçado. No segundo piso apresentam-se, alinhados com os primeiros, vãos rectos semelhantes aos que encontramos nos restantes alçados. O canto noroeste é rematado por pilastra e pontuado por um pináculo.

A cobertura da ala norte é de três águas, com pendente para norte, para sul e, parcialmente, para poente, e o beirado é rematado numa cornija simples.

O alçado poente do *exterior da portaria* apresenta uma composição singular, enriquecida pelo jogo de volumes conseguido entre a ala poente do claustro, o muro do pátio da portaria e os dois volumes adossados a norte e a sul. O muro do pátio da portaria apresenta, a eixo, um vão distinto dos restantes, de maior dimensão, com a moldura almofadada em cantaria trabalhada, complementado por duas colunas adossadas. As esquinas são rematadas por pilastras e pontuadas por pináculos, alguns dos quais se encontram datados.

As coberturas surgem no prolongamento das coberturas das alas norte e sul do claustro e são de três águas com pendente a norte, a sul e tacaniça a poente. Os beirados são rematados por uma cornija contínua.

Torre

O alçado nascente da torre é completamente cego. Na alvenaria de pedra são visíveis as irregularidades que comprovam a ocorrência de distintas campanhas de obras.

O alçado sul apresenta, ao nível do piso térreo, dois vãos de porta: um em arco de volta perfeita e outro recto. No primeiro piso existem dois vãos de janela rectos e, no segundo piso, existem três vãos de janela: dois em arco abatido e um recto. Os vãos deste alçado estão mais ou menos alinhados entre si, piso a piso, com excepção do vão recto do segundo piso, que não tem correspondentes nos restantes pisos.

No alçado poente, encontra-se adossada a escadaria de acesso ao primeiro piso e, ao nível deste, existe um vão de porta recto. Ao nível do segundo piso existe um vão de janela em arco de volta perfeita, desalinhado com o anterior.

Uma análise breve da composição dos alçados, do tipo de vãos e sua relação permite afirmar que os alçados são o resultado de diversas intervenções. Devemos, ainda, referir que, apenas ao nível do segundo piso, é possível fazer a leitura dos quatro cunhais da torre. No piso térreo, o canto noroeste da torre está soterrado e não é visível e, no primeiro piso, não existe cunhal definido: o paramento poente prolonga-se pelos lugares regulares e são, aqui, visíveis dois vãos de arco quebrado entaipados.

A cobertura da torre apresenta uma única água com pendente para sul.

HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO

Início e sequência dos trabalhos

A notícia sobre a origem do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Maceira Dão é, como a de tantas outras que conhecemos no nosso país, plena de dados inconclusivos e, por vezes, até forjados⁴¹. Frei Bernardo de Brito, por exemplo, na sua *Crónica de Cister*⁴² acrescentou à história deste mosteiro, como o fez para outros desta Ordem, alguns factos e episódios cuja veracidade suscita enormes dúvidas.

É tida como certa a existência de uma primitiva comunidade regular, fundada por D. Soeiro Teodoniz, instalada perto da igreja de Santa Maria de Moimenta. Esta fundação teria tido na sua origem uma doação de D. Afonso Henriques, datada de 1154, que se referia a cinco casais em Travanca. Existe, relativamente a esta primeira fundação, uma carta de couto de D. Afonso Henriques, de 1161, que não é aceite por todos os investigadores. No entanto, neste contexto e independentemente da sua autenticidade, outros documentos distintos comprovam a existência da comunidade⁴³.

D. Soeiro adquire nesse espaço de tempo alguns terrenos em Maceira Dão e, a determinada altura, transfere para aí o seu mosteiro. Em 1173, é dada, por D. Afonso Henriques, a carta de couto de Maceira Dão e, em 1188, a comunidade aparece referenciada à Ordem de Cister, sob filiação de Alcobaça. Até esta data e pelos factos conhecidos, não é possível determinar com segurança se a primitiva comunidade seria beneditina ou cisterciense, conforme a invocação de Santa Maria faz acreditar. O mencionado vínculo a Alcobaça aparece sob a forma de renúncia que tanto pode ser entendida como renúncia à Ordem Beneditina ou como renúncia ao primitivo mosteiro

⁴¹ Ver sobre este assunto Miguel de Oliveira, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1951; Maur Cocheril, *ob. cit.*, pp. 121-122; Artur Nobre de Gusmão, *A expansão...*, *ob. cit.*, pp. 157-163; e Alexandre Alves, *ob. cit.*.

⁴² Ver Alexandre Alves, *ob. cit.*, pp. 21-24.

⁴³ *Idem*, pp. 27-33.

de Santa Maria de Moimenta. O mosteiro de Maceira Dão é referenciado pela primeira vez nas actas dos capítulos gerais de Cister em 1195⁴⁴.

O curto espaço de tempo em que foi feita a transição do primitivo mosteiro para Maceira Dão e o facto de o couto de Maceira Dão ser formado por terrenos provenientes de distintas compras e doações permite admitir a hipótese de existir, no local de implantação do mosteiro, uma estrutura pré-existente, a chamada torre, da qual se tirou partido e que foi, com o passar dos tempos, incorporada na orgânica funcional do mosteiro. As referências que existem relativamente a esta parte do mosteiro são sempre associadas à primitiva fundação medieval e, apesar de se encontrar bastante alterada, quer ao nível dos paramentos exteriores, quer ao nível do interior, podemos, pelas suas características, integrá-la numa tipologia que corresponde à das torres – exemplos de arquitectura civil / militar bastante desenvolvidos no período medieval⁴⁵. Apesar de termos outros exemplos, em mosteiros cistercienses, onde existem tipologias civis junto do edifício monástico⁴⁶, parece-nos difícil aceitar a construção tardia de uma casa-torre integrada num mosteiro com a reduzida dimensão de Maceira Dão.

Para além disso, existia, já nessa altura, um modelo concreto de desenvolvimento funcional dos mosteiros cistercienses⁴⁷ e sabendo nós que, à data da visitação do abade de Claraal, D. Edme de Saulieu, em Dezembro de 1532, o mosteiro não tinha sequer

⁴⁴ Cf. *Idem*. Ver, também, Maria Alegria Fernandes Marques, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Lisboa, 1998, pp. 45-46, sobre se a primitiva comunidade seria ou não beneditina.

⁴⁵ Ver José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, IPPAR, Lisboa, 2002.

⁴⁶ De acordo com José Custódio Vieira da Silva, *ob. cit.*, pp. 95-97, em Santa Maria de Almoester e em Santa Maria de Salzedas existiam casas construídas pelos patronos ou fundadores, reservadas ao seu acolhimento. Não conhecemos, relativamente a Maceira Dão, nenhuma indicação semelhante ou doação que justifique a construção de uma torre senhorial.

⁴⁷ Ver na bibliografia em geral e em particular nos trabalhos de Anselme Dimier as referências à planta-tipo dos mosteiros cistercienses, conhecida como «planta bernardina». Ver também, Virgolino Ferreira Jorge, “Organização Espaço-Funcional...”, *ob. cit.*, pp. 71-86.

*refeitório, nem cozinha regular*⁴⁸, mais longínqua nos parece a hipótese de que esta torre tenha sido construída já depois da instalação do mosteiro. Assim, consideramos que a torre de Maceira Dão é uma pré-existência que foi incorporada no edifício monástico e que, como tal, sofreu também diversas alterações.

No resto do edifício monástico, são escassos os vestígios da construção medieval. Conforme referimos anteriormente, existe, nos *espaços de transição*, o remanescente de um portal medieval integrado numa esquina de paredes em alvenaria de pedra siglada, que julgamos poder corresponder à esquina sudoeste da igreja medieval. Desta igreja temos também a referência, na memória de 1575, de Frei Hilário das Chagas que nos diz que *a igreja em si é pequena, de cantaria lavrada, a capela-mor é abobadada e o corpo da igreja é de caibro, ripa. Obra já antiga*⁴⁹.

Do período medieval, encontramos várias pedras sigladas, dispersas, seguramente aproveitadas da construção primitiva para as construções mais tardias e podemos observar, numa fenda das escadas interiores, uma coluna em cantaria lavrada que foi também aproveitada no enchimento de uma parede tardia.

Tratando-se de uma comunidade pequena, isolada e reconhecidamente pobre, Maceira Dão terá tido uma existência tranquila, e, segundo Dom Maur Cocheril, sem ter estado sequer sujeita à cobiça de abades comendatários⁵⁰. Alexandre Alves, no entanto, refere que houve pelo menos um abade comendatário em Maceira Dão – D. Francisco Diogo da Fonseca, bispo titular de Titópolis – que terá estado à frente deste mosteiro no primeiro quartel do século XVI⁵¹. Deste prelado existe, ainda, a lápide funerária que se encontra em exposição no claustro do mosteiro.

Já em 1560, como reflexo dessa pobreza reconhecida e também das profundas alterações que se vinham manifestando no seio da Ordem em Portugal, foram integradas

⁴⁸ *É um mosteiro bem provido de rendas mas pequeno e mal construído. [...] Não encontrámos refeitório nem cozinha regular. Reinava a maior pobreza.* Cf. Claude de Bronseval, *ob. cit.*, p. 513, tradução livre.

⁴⁹ Cf. Maria Alegria Fernandes Marques, “Os sítios...”, *ob. cit.*, p. 26 (tradução livre) e Artur Nobre de Gusmão, *A expansão...*, *ob. cit.*, p. 361.

⁵⁰ Cf. Maur Cocheril, *ob. cit.*, p. 122.

⁵¹ Cf. Alexandre Alves, *ob. cit.*, pp. 123-125.

nas rendas de Maceira Dão, as rendas do então extinto mosteiro de São João de Vale Madeiro⁵².

A transição da Idade Média para a Época Moderna foi acompanhada pela crescente decadência da Ordem de Cister em Portugal⁵³. Numa altura em que a própria Igreja sofre conturbações e o Concílio de Trento, em 1532, vem trazer novas perspectivas para essa Instituição, os mosteiros cistercienses portugueses acusavam não só um relaxamento relativamente ao cumprimento da Regra mas também uma degradação geral ao nível dos próprios edifícios⁵⁴.

Em função disto e seguindo o exemplo do que se passava no estrangeiro, nomeadamente na vizinha Espanha, foi criada entre 1564 e 1570, pela mão do Cardeal Infante D. Henrique, a Congregação Autónoma de Alcobaça que teve como primeira grande consequência a ruptura com a casa-mãe da Ordem. O estabelecimento da Congregação dos Cistercienses de Portugal veio trazer um novo vigor à existência das comunidades monásticas e, no fundo, tentar inverter a situação geral que se vinha sentindo. Nessa linha foram efectuadas grandes reformas, entre as quais a extinção dos mosteiros considerados inviáveis, dos quais o Mosteiro de São João de Vale Madeiro, atrás mencionado, é um exemplo, e foram também promovidas obras importantes de beneficiação dos mosteiros existentes, para além de terem sido fundadas novas casas monásticas⁵⁵.

No caso de Maceira Dão, e conforme aconteceu noutros mosteiros cistercienses, os lugares regulares do edifício monástico foram completamente reconstruídas a partir do início do século XVII, mantendo-se a torre medieval e a primitiva igreja. Para além disso, temos registo de que, na segunda metade do mesmo século, a igreja foi

⁵² Cf. *Idem*, pp. 57-58.

⁵³ Sobre a chamada crise da Baixa Idade Média, suas consequências na Ordem de Cister e a importância das visitas nesse contexto, ver Saul António Gomes, *Visitações a Mosteiros Cistercienses*, IPPAR, Lisboa, 1998.

⁵⁴ Ver Artur Nobre de Gusmão, *A expansão...*, ob. cit., pp. 197-235 e Maria Alegria Fernandes Marques, *Estudos...*, ob. cit., pp. 325-326.

⁵⁵ *Idem, ibidem*.

apetrechada com novos paramentos e alfaias⁵⁶. Já em meados do século XVIII, são encomendadas as obras para uma nova igreja.

O final do século XVIII é marcado, também, por fortes mudanças na situação política do país e, particularmente, pelo impacto destas na Igreja e, sobretudo, nas Ordens Religiosas. A política absolutista do marquês de Pombal teve consequências dramáticas neste contexto que se traduziram de diversas formas, incluindo na expulsão dos Jesuítas e na extinção de diversos mosteiros. A Ordem de Cister também sofreu por força desta política e em 1775 foi ordenada a extinção de dez casas monásticas cistercienses, incluindo a de Maceira Dão. A morte de D. José I e a subsequente queda do marquês de Pombal possibilitaram a restauração desses mosteiros, concretizada entre 1777 e 1778. Nesta altura houve nova tentativa de reorganização da Ordem em Portugal⁵⁷.

Esta instabilidade poderá estar na origem das pequenas «incongruências» que verificamos na obra da igreja, nomeadamente ao nível dos acabamentos e remates no exterior, que contrastam com o que se passa no interior, dando a ideia de que a obra poderá ter ficado inacabada. Admitimos que o próprio pavimento da igreja, hoje em simples terra batida, poderá nunca ter sido devidamente concluído⁵⁸.

⁵⁶ Cf. Alexandre Alves, *ob. cit.*, pp. 62-64.

⁵⁷ Cf. José Marques, “Os Mosteiros Cistercienses nos Finais do Século XVIII”, *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, 17-20 Outubro 1991, Ourense – Oseira, vol. I, Monasterio de Oseira, Ourense, 1992, pp. 649-676.

⁵⁸ A igreja apresenta, actualmente, o pavimento em terra batida sendo apenas visíveis os devidos remates de pedra junto dos altares laterais na nave e lajeado de granito nas espessuras dos vãos, nomeadamente na entrada principal, no acesso ao claustro, etc., sem vestígios de qualquer tipo de revestimento de pavimento no resto do espaço. Alexandre Alves refere que o pavimento terá sido todo em lajeado de granito, integralmente vandalizado e destruído após a extinção das ordens religiosas, durante as buscas pelos tesouros dos monges que se diziam ali escondidos. Cf. Alexandre Alves, *ob. cit.*, p. 17. No entanto, considerando a igreja uma «obra inacabada», entendemos ser mais plausível que o revestimento de pavimento nunca tenha efectivamente existido.

Em 1779, é assinada a escritura de adjudicação da obra do retábulo e da tribuna da capela da igreja de Maceira Dão, que aquando da extinção das Ordens Religiosas ainda se encontravam por acabar⁵⁹.

No final desse século, Frei Manuel de Figueiredo faz a seguinte descrição do mosteiro: *O mosteiro é antigo, mas tem uma igreja nova e o necessário para a decente manutenção dos monges e dos criados. Tem 17 celas... Antes da proibição geral de receber noviços, tinha de 12 a 14 monges. Presentemente não há mais de 10*⁶⁰.

⁵⁹ Cf. *Idem.*, pp. 67-71 e p. 75, nota 26.

⁶⁰ Manuel de Figueiredo, *Notícia dos Mosteiros da Congregaçam*, Ms. 1493, Biblioteca Nacional de Lisboa, citado por Alexandre Alves, *ob. cit.*, p. 135.

Influências formais e mestres construtores

O conjunto monástico de Santa Maria de Maceira Dão apresenta três fases de obra distintas, respectivamente do período medieval, do período seiscentista e do período setecentista. Estas três fases correspondem, conforme já referido anteriormente, às três partes distintas que caracterizam o edifício – *torre, lugares regulares e igreja* – reflectindo plenamente a época de construção em que são realizadas. As diferenças assumem-se nitidamente ao nível do desenvolvimento espacial, dos sistemas construtivos utilizados e da linguagem decorativa⁶¹.

Do período medieval não se conhecem influências formais específicas ou mestres-de-obras. Temos apenas, como referência dos canteiros que trabalharam na obra, as diversas siglas que encontramos nos blocos marcados, reutilizados e dispersos em várias partes do edifício.

A *torre* apresenta tipologia comum de arquitectura civil / militar da época, com algumas particularidades que não deixam de se encontrar noutros exemplos deste género. Podemos mencionar o acesso directo ao piso térreo, que não é usual em torres senhoriais, mas que tem paralelo noutras torres do período medieval⁶². Este acesso não invalida o acesso aos andares superiores realizado por escada de madeira exterior, eventualmente amovível e que em Maceira Dão também existiu, e a ligação interior entre pisos⁶³. Existem outros exemplos de torres senhoriais medievais em relativa

⁶¹ Não entraremos em detalhe na caracterização estilística do edifício optando antes por centrar a nossa abordagem na sua caracterização espacial.

⁶² Ver Ana Maria da Costa Oliveira, *Duas Torres Senhoriais do Vale do Sousa*, Fundação A Lord, Lordelo, 2006. Estas duas torres apresentam, também, a situação singular de acesso pelo piso térreo.

⁶³ Veja-se o registo fotográfico de Artur Nobre de Gusmão, *Os mosteiros de Cister na Época Moderna*, 1957, p. 8, onde é perfeitamente evidente, no alçado nascente da torre, uma porta ao nível do primeiro piso. Este alçado é, actualmente, cego mas são visíveis as marcas de entaipamento deste vão. Outro aspecto que importa referir é o da comunicação entre pisos: os testemunhos de habitantes locais confirmam que o interior da torre apresentava, até aos anos 70 do século XX, uma disposição distinta da

proximidade de Maceira Dão como é o caso da torre de Gandufe, perto de Moimenta de Maceira Dão⁶⁴.

Relativamente à primitiva igreja e ao edificado monástico medieval, pelos vestígios que encontramos no edifício e pelos registos dessa época que temos sobre o mosteiro, podemos afirmar que não seguem linearmente o modelo funcional da chamada «planta bernardina», apresentando três grandes situações de irregularidade:

- a primeira situação refere-se, precisamente, à existência da torre, que constitui uma tipologia alheia à dos edifícios monásticos, eventualmente justificada por questões de doações ou patronato, conforme referimos anteriormente, mas que, no nosso caso, se encontra integrada na orgânica funcional do mosteiro já desde a sua origem;
- a segunda situação prende-se com o remanescente do portal medieval e do que julgamos ser a esquina sudoeste da primitiva igreja, localizados no canto nordeste do actual claustro. Assumindo que o portal está na sua localização primitiva e que a igreja se desenvolve regularmente, com orientação a nascente, estamos em presença de uma igreja com portal lateral e não axial. Esta situação não é de todo invulgar mas também não é a usual para este tipo de edifício⁶⁵;
- a terceira situação tem a ver com a ausência de refeitório e cozinha regulares, conforme descrição de Claude Bronseval, em 1532⁶⁶.

actual, existindo uma escada interior, de madeira, de ligação entre o primeiro e o segundo pisos. Assim, o nosso objecto de estudo aproxima-se mais do modelo usual de torre senhorial.

⁶⁴ Cf. Luís Filipe Coutinho Gomes e Pedro Sobral de Carvalho, *O Património Arqueológico do Concelho de Mangualde*, Câmara Municipal de Mangualde, Mangualde, 1992, pp. 64-65.

⁶⁵ Não nos recordamos de outros mosteiros cistercienses masculinos em Portugal que apresentem portal lateral mas esta situação é frequente nos mosteiros femininos, por razões que se prendem com a própria funcionalidade dos edifícios. No caso de Maceira Dão, estruturas pré-existentes poderão justificar esta situação e a realização de sondagens arqueológicas será, eventualmente, determinante no que respeita à sua compreensão.

⁶⁶ Cf. Claude de Bronseval, *ob. cit.*, p. 513.

Deste modo, o mosteiro de Maceira Dão terá tido, na sua construção primitiva, um desenvolvimento funcional singular, cujas influências formais são distintas das usuais em mosteiros desta Ordem.

Sobre as obras do período seiscentista⁶⁷ também não se conhecem arquitectos ou mestres construtores. Promovidas após o estabelecimento da Congregação dos Cistercienses de Portugal, estas obras têm paralelo com as obras realizadas noutros mosteiros cistercienses, nesta mesma altura. O caso mais próximo, em localização e dimensão, é o do mosteiro de São Cristóvão de Lafões, que apresenta, a todos os níveis, grandes semelhanças com o nosso objecto de estudo⁶⁸.

A reconstrução total dos *lugares regulares* trouxe, além de uma actualização formal e construtiva, algumas novidades ao nível do desenvolvimento funcional do mosteiro. Destacamos, por exemplo, o uso de celas individuais em oposição ao dormitório comum dos monges⁶⁹ e o desaparecimento do antigo sector dos conversos.

No que respeita a influências formais, podemos referir que o mosteiro de Maceira Dão apresenta diversos elementos de influência palaciana ou civil. O tipo de claustro aqui introduzido, em arcadas sequentes sobre pilares e sobreclaustro com janelas de sacada, é reflexo desta «secularização» do edifício, *em pouco diferindo das fachadas das casas nobres urbanas*⁷⁰. Este modelo de claustro existe nas reconstruções da mesma época de

⁶⁷ Neste caso, a caracterização estilística mais detalhada poderá apontar a eventual influência filipina nesta fase de construção.

⁶⁸ Referimo-nos aqui a semelhanças ao nível da arquitectura e no que respeita às obras deste período já que noutros aspectos, como por exemplo o da implantação, estes dois edifícios são perfeitamente díspares. Podemos referir também o mosteiro de São Pedro das Águias como termo de comparação no que diz respeito à arquitectura das obras seiscentistas, sendo a sua escala, também, próxima da de Maceira Dão e de São Cristóvão de Lafões. A comparação, de um modo geral, com outros mosteiros da Ordem de Cister é, naturalmente, importante mas entendemos que não se enquadra no âmbito do nosso trabalho.

⁶⁹ De acordo com Virgolino Ferreira Jorge, o uso formal das celas individuais é tardio, tendo sido aprovadas, em 1666, por bula apostólica de Alexandre VII. Cf. Virgolino Ferreira Jorge, “Organização Espaço-Funcional...”, *ob. cit.*, p. 84, nota 19.

⁷⁰ Cf. Nelson Correia Borges, “Arquitectura de Cister na Época Moderna. O Claustro: Força centrípeta nos espaços da vida comunitária”, *As Beiras e a presença de Cister. Espaço, Património Edificado*,

outros mosteiros cistercienses, nomeadamente no já mencionado mosteiro de São Cristóvão de Lafões.

Os tectos em caixotão de madeira, ou em masseira, que encontramos nas celas de Maceira Dão em desenho rectangular ou octogonal, são, também, característicos das casas do século XVII e, de acordo com George Kubler, *descendem provavelmente de duas linhas de desenvolvimento arquitectónico: por um lado cumpre a função de efeito abobadado em grandes quartos; por outro, provém do artesoadado mourisco com padrões geométricos de traves cruzadas a intervalos, mas perdendo essas traves com a adaptação do tipo a pequenas câmaras domésticas*⁷¹.

O alçado poente dos *lugares regulares* evidencia, do mesmo modo, a influência formal da arquitectura doméstica. De uma forma geral, os jogos de volumes, com alternâncias de cheios e vazios, são característicos das casas senhoriais portuguesas de seiscentos, tanto urbanas como rurais. No nosso caso, o acesso à portaria, definido pelos volumes avançados e formando um pequeno pátio murado, tem afinidades com a entrada principal de algumas casas citadinas portuguesas do século XVII e com os pátios de armas murados característicos dos *Hôtels Particuliers* franceses da época⁷².

No que respeita às obras do período setecentista, podemos afirmar que a *igreja*⁷³ foi desenhada e edificada conforme a construção corrente da época, não se conhecendo, no entanto, o autor do projecto.

A *igreja* destaca-se do conjunto edificado pela sua forma inesperada e invulgar. Trata-se, segundo Paulo Varela Gomes⁷⁴, de um dos dois únicos exemplos existentes no nosso

Espiritualidade, Actas do I Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, 30 de Abril e 1 de Maio 2005, Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, São Cristóvão de Lafões, 2006, p. 67.

⁷¹ Cf. George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*, Vega, Lisboa, 1988, p. 167.

⁷² Cf. George Kubler, *ob. cit.*, pp. 166-169.

⁷³ Em algumas áreas da cabeceira da igreja é perceptível um tipo de aparelho específico, o chamado «aparelho à romana», que pode indiciar que a construção da nova igreja se fez, também, sobre uma pré-existência, eventualmente paleocristã. Também aqui a realização de sondagens arqueológicas poderá ser determinante na confirmação da situação. Agradecemos esta indicação a Manuel Francisco Soares do Patrocínio.

país de igreja com planta centralizada elíptica e que segue, no seu entender, a influência do exemplo cisterciense espanhol de Santa Maria de Alcalá de Henares. O outro exemplo português é a igreja dos Clérigos, no Porto, de construção anterior à de Maceira Dão e que poderá, também ela, ter inspirado o seu desenho.

O recurso à planta centralizada é usual à época e nos séculos anteriores, tanto em Portugal como no estrangeiro, existindo, dentro deste desenho generalista, diversos sub-desenhos característicos, nomeadamente a planta quadrada, a planta circular, a planta poligonal e rectangular de cantos chanfrados, etc.

O mosteiro de São Cristóvão de Lafões, que já anteriormente referimos pelas analogias evidentes com Maceira Dão, apresenta, também, planta centralizada, neste caso com presbitério profundo, nave em desenho octogonal e galilé funda, com construção anterior à do nosso caso em poucas dezenas de anos⁷⁵. Esta situação reforça ainda mais as semelhanças que existem entre estes dois mosteiros e podemos afirmar que ambos apresentam sensivelmente as mesmas influências formais.

As obras da *igreja* de Santa Maria de Maceira Dão foram realizadas pelos mestres pedreiros José Ribeiro Alves, João Martins, João da Costa Coelho e João Fernandes Ribeiro, conforme escritura de arrematação datada de 1744, tendo nelas trabalhado, também, os mestres pedreiros José Duarte e António Barbosa da Cunha, todos naturais do Minho⁷⁶.

O retábulo e a tribuna da capela, executados já no último quartel de setecentos, são da responsabilidade do mestre escultor José da Fonseca Ribeiro, conhecido como *um dos*

⁷⁴ Ver Paulo Varela Gomes, *Arquitectura, Religião e Política em Portugal no século XVII – a planta centralizada*, FAUP Publicações, Porto, 2001, pp. 395 nota 35.

⁷⁵ Ver Ana Pagará, “Caracterização Morfotipológica da Arquitectura dos Cistercienses na Região das Beiras”, *As Beiras e a presença de Cister. Espaço, Património Edificado, Espiritualidade*, Actas do I Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, 30 de Abril e 1 de Maio 2005, Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, São Cristóvão de Lafões, 2006, pp. 61-62 e Paulo Varela Gomes, *ob.cit.*, pp. 361-368.

⁷⁶ Alexandre Alves, *ob. cit.*, pp. 64-67.

*grandes mestres entalhadores beirões da 2ª metade do séc. XVIII*⁷⁷. De acordo com Alexandre Alves, estas peças constituem os exemplares mais significativos da obra deste artífice, que tem legado artístico em várias localidades do Distrito de Viseu. O retábulo foi levado e adaptado, após a extinção das Ordens Religiosas, para a capela-mor da igreja paroquial de Fragosela, onde se encontra actualmente.

⁷⁷ Cf. *Idem*, pp. 67-71 e p. 75, nota 26.

Intervenções recentes

A situação adversa às instituições religiosas, que se vinha fazendo sentir já desde o século XVIII, agravada com as políticas do marquês de Pombal, com as consequências da Revolução Francesa e as influências das correntes ideológicas que se levantavam por toda a Europa, veio culminar com a vitória do Liberalismo em Portugal no primeiro quartel do século XIX. No contexto das Ordens Religiosas, a expressão *monacofobia* era usada ao tempo para caracterizar o sentimento de ódio dos liberais face aos monges e ilustra, claramente, o estado de espírito em que se vivia⁷⁸. Um pouco por toda a Europa foram tomadas medidas dramáticas contra a Igreja e, em especial, contra as Ordens Religiosas.

Em Portugal, o decreto de Maio de 1834, promovido pelo Dr. Joaquim António de Aguiar, veio finalmente pôr termo à existência do clero regular no nosso país.

O mosteiro de Maceira Dão teve, assim, o seu fim, depois de quase sete séculos de existência. Em Junho desse mesmo ano foram feitos os devidos inventários de bens do mosteiro, cujas actas se encontram nos fundos do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças⁷⁹.

Os edifícios do mosteiro, incluindo a igreja, o seu recheio, e as propriedades anexas foram, passado pouco tempo, vendidos a António Silva e, depois, passaram para a mão da família Rosado, de Tibaldinho. Neste período de tempo, todo o recheio foi disperso, incluindo retábulos, altares, imagens, quadros, mobiliário, biblioteca, sinos, etc. Sabe-se

⁷⁸ Ver Geraldo J. A. Coelho Dias, “A “monacofobia” ao tempo do Liberalismo e a situação dos egressos beneditinos”, *Perspectivas do Portugal Contemporâneo – As ordens religiosas da extinção à herança*, Actas do II Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, 5 e 6 de Maio de 2006, Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, São Cristóvão de Lafões, 2007, pp. 53-72 e Luís A. de Oliveira Ramos, “A extinção das Ordens Religiosas: antecedentes e consequências”, *Perspectivas do Portugal Contemporâneo – As ordens religiosas da extinção à herança*, Actas do II Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, 5 e 6 de Maio de 2006, Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, São Cristóvão de Lafões, 2007, pp. 35-40.

⁷⁹ Cf. Alexandre Alves, *ob. cit.*, p. 82.

do paradeiro de algumas peças mas desconhece-se o da maior parte⁸⁰. O edifício monástico entrou em degradação completa e dele foram retirados os azulejos, as guardas da escadaria interior, as telhas da cobertura da igreja e até os florões de madeira que ornavam o tecto da galeria do claustro ao nível do segundo piso, para além de outros elementos. Parte da parede sul das instalações monásticas ruiu⁸¹ e foi depois reconstruída – isto terá acontecido ainda no século XIX já que os habitantes locais não têm memória deste acontecimento. Já em meados do século XX, ruiu, também, a cobertura e o piso da ala poente das instalações monásticas, sobre o refeitório e a portaria⁸².

Em 1965, o edifício monástico e terras anexas foram levados a hasta pública e arrematados pela família Jorge Ferreira, de Pombal. Nessa altura o mosteiro já se encontrava em ruína e completamente despido de revestimentos, ornamentos e recheio. Funcionava como armazém, lagar, adega, habitação de rendeiros, apoio agrícola e alojamento de criação.

Os actuais proprietários procederam a alguns trabalhos marcantes, nomeadamente:

- ao telhar de toda a igreja;
- às reparações de todas as coberturas;
- à criação de uma laje de betão na ala sul das instalações monásticas;
- ao revestimento em argamassa de cimento do embasamento exterior do alçado sul das instalações monásticas e do anexo no primeiro piso do mesmo paramento;
- e à criação de um alpendre com laje de betão para acesso ao segundo piso da torre, no alçado nascente.

⁸⁰ *Idem*, pp. 98-101.

⁸¹ A origem deste acontecimento é desconhecida.

⁸² As fotografias existentes no parecer da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, de 1946, sobre Maceira Dão, depositado nos Fundos do Ministério da Educação, mostram ainda esta ala poente com cobertura. Em 1966, as fotografias tiradas pelos actuais proprietários aquando da compra do mosteiro já mostram esta ala descoberta.

- Foram retiradas e demolidas as habitações de rendeiros no interior do mosteiro e, também, as casas que existiam entre o mosteiro e a ribeira dos Frades.
- Foram efectuadas limpezas diversas, incluindo na ribeira, e retiradas as trepadeiras que cobriam parte da parede norte da igreja.
- Foram colocadas portas em todos os vãos de acesso ao interior do mosteiro⁸³.
- Foi instalada, nalgumas áreas do mosteiro, uma rede eléctrica primária, ficando, assim, dotado de iluminação artificial eléctrica no claustro e nalgumas divisões do primeiro piso dos lugares regulares.
- Foram criados dois blocos de instalações sanitárias nas duas divisões correspondentes ao primeiro piso dos espaços do *exterior da portaria*, com recurso a paredes divisórias de madeira e fazendo uma espécie de caixas, com interferência reduzida ao nível das paredes existentes.

Todos estes trabalhos foram feitos com recurso a mão-de-obra local e foram realizados sem acompanhamento técnico especializado. Periodicamente o mosteiro é objecto de limpezas gerais sendo, nessas alturas, retiradas as espécies de vegetação superior que afectem a integridade da construção.

Actualmente o edifício monástico continua a funcionar como apoio agrícola, servindo de depósito de alfaias e outros instrumentos, de lagar, de adega, de armazém e alojamento de criação. A igreja, que foi completamente limpa, encontra-se vazia e sem qualquer função utilitária, tal como o primeiro piso dos lugares regulares que está praticamente inacessível e sem utilização.

⁸³ Desde o retirar das habitações dos rendeiros e até à colocação das portas, o mosteiro, devassado, foi sistematicamente vandalizado.

MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

A caracterização dos materiais e sistemas construtivos é realizada a partir da observação directa dos elementos existentes no local.

Entendemos, no entanto, que será necessário, para confirmar, completar e aprofundar a informação aqui recolhida, promover a utilização e realização de outros métodos de observação e análise, como por exemplo a realização de sondagens específicas, abertura de poços de inspecção e sondagens de furação, testes de ultra-sons e termografias, etc., acompanhados por testes laboratoriais que complementem a informação conseguida⁸⁴.

De uma forma geral, os materiais e sistemas construtivos usados no mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão repetem-se nas diferentes partes do edifício, verificando-se algumas diferenças relevantes que serão, oportunamente, referidas. A descrição destes elementos far-se-á individualmente para cada material e para cada elemento constituinte da construção. Aí, será primeiramente caracterizada a estrutura e depois o respectivo revestimento.

⁸⁴ Ver João Appleton, *Edifícios antigos, Contribuição para o estudo do seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991, pp. 13-16.

Materiais de construção

▪ Pedra

O material basilar da construção do mosteiro, e que começaremos por caracterizar, é a pedra, que existe como unidade elementar no desenvolvimento de paredes estruturais, como revestimento de paredes e pavimentos, como moldura de vãos em cantaria trabalhada, etc.

Numa base generalista e a partir da simples observação do objecto de estudo, podemos dizer que o tipo litológico aqui presente pertence ao conjunto das rochas graníticas. Trata-se de rochas ígneas, holocristalinas, com os seus constituintes bem individualizados, de textura granular, virtualmente sólidas, sem porosidade mas, normalmente, com uma rede de fissuração adquirida bem desenvolvida. Os componentes minerais principais são o quartzo e o feldspato.

Pelas necessidades e condicionantes inerentes à própria construção mas, também pelas características geológicas da região, podemos considerar que se trata de pedra com origem local, seguramente extraída em relativa proximidade do mosteiro. Sendo a zona abundante em afloramentos graníticos esta hipótese é perfeitamente consensual e, para além disso, podemos referir que existem pedreiras em relativa proximidade do mosteiro, nomeadamente na aldeia de Roda, a cerca de 4 km do mosteiro, de onde julgamos poder ter vindo a pedra do mosteiro de Maceira Dão.

Nos monumentos portugueses, em geral, a rocha utilizada era a que estava mais próxima da superfície e, por isso, mais alterada. Para além da escolha de um material mais acessível, esse mesmo material, por estar já alterado, era também mais fácil de trabalhar e, assim, mais vantajoso em termos de construção. Estas alterações traduzem-se, também, na existência de uma grande variabilidade nos granitos e, conseqüentemente, numa maior necessidade de rigor na sua classificação, sendo

necessário estabelecer parâmetros determinados e específicos, em termos mineralógicos e petrográficos⁸⁵.

De uma forma geral podemos dizer que o granito que se encontra na construção de Maceira Dão é um granito cinzento, com tonalidades mais ou menos azuladas ou amareladas, com grão variável, de fino a grosseiro e, por vezes, porfiróide, e com heterogeneidade entre pedras evidente⁸⁶. Verificam-se, assim, por simples observação macroscópica, algumas diferenças que permitem estabelecer a classificação das pedras em duas categorias de avaliação distintas, passíveis de serem aplicadas e relacionadas entre si: a primeira classificação refere-se ao granito mais ou menos porfiróide, conseguida pela observação e caracterização do grão e da textura e, nomeadamente, pela dimensão dos cristais de feldspato; e a segunda a um granito mais ou menos biotítico, comparando, entre as pedras, a coloração mais ou menos azulada, sendo, neste último caso, um granito mais cinzento-amarelado e, por conseguinte, mais moscovítico.

Em termos das características físico-mecânicas gerais podemos dizer que o granito maciço é um material que apresenta boa resistência à compressão⁸⁷.

▪ Madeira

Outro material de referência na construção do mosteiro é a madeira. Ela aparece nas estruturas de pavimentos e coberturas, nas estruturas de paredes interiores, no revestimento de pavimentos e tectos, nas caixilharias e vãos, etc.

⁸⁵ J. Delgado Rodrigues, *Decay and conservation of granitic stones. Mechanisms, environment factors and treatment*, Notas de aula, s.l., s.d. (policopiado), p. 4.

⁸⁶ Ver A. Casal Moura (coordenação e autoria do texto-base), *Granitos e Rochas Similares de Portugal*, Instituto Geológico e Mineiro, Porto, 2000. Na zona de Viseu são, actualmente, exploradas rochas para fins comerciais que se enquadram nas colorações: rochas esbranquiçadas a cinzento-claras: rochas cinzentas e cinzento-escuras; e rochas branco-amareladas e amarelo-acastanhadas.

⁸⁷ Cf. *Idem*, p. 95.

Pela observação do objecto de estudo e pela disponibilidade de material existente na sua proximidade, quer no tempo dos monges, quer nos dias de hoje, podemos afirmar que as duas qualidades de madeira dominantes na construção do mosteiro são o castanho, proveniente do castanheiro, *castanea sativa*, associado à construção mais antiga e o pinho, proveniente do pinheiro bravo, *pinus pinaster*, associado às intervenções mais recentes. Ambas as qualidades de madeira são de utilização corrente na região.

O castanheiro existe no nosso país há milhares de anos e é usado não só para lenho como para alimentação⁸⁸. *A madeira de castanho é homogénea, limpa de nós, de cerne excepcionalmente abundante, castanho-escuro, e borne branco-amarelado e serragem, aplainamento, furação e molduragem fácil*⁸⁹. É usada especialmente em carpintaria, revestimentos, mobiliário e em diversos utensílios.

O pinheiro bravo, por seu lado, foi muito utilizado, pelas suas características específicas, nas grandes campanhas de florestação do país realizadas a partir do século XIX⁹⁰ e faz, actualmente, parte integrante da nossa paisagem natural. *O pinho bravo é uma madeira resinosa, baça, de cheiro pronunciado, pesada, muito retráctil e nervosa, moderadamente dura e de anisotropia média. Os anéis de crescimento são muito nítidos, apresentando uma transição brusca entre o lenho de Primavera e o de Verão. É uma madeira de alta qualidade para elementos estruturais maciços, apresentando boa aptidão para carpintarias exteriores*⁹¹.

⁸⁸ Ver *Do Castanheiro ao Teixo – As outras espécies florestais*, coordenação editorial de Joaquim Sande Silva, Edição do Jornal Público e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 2007, pp. 13-88.

⁸⁹ *Idem*, p. 45.

⁹⁰ Ver *Pinhais e Eucaliptais – A floresta cultivada*, coordenação editorial de Joaquim Sande Silva, Edição do Jornal Público e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 2007, pp. 15-106.

⁹¹ *Idem*, pp. 85-86.

- **Cerâmicos**

No que respeita a materiais cerâmicos, podemos referir o tijolo, utilizado nos tectos da igreja, a telha de canudo, que reveste as coberturas, e os azulejos monocromáticos azuis e brancos, usados em revestimento de paredes. Pela impossibilidade de observarmos os mencionados tijolos em pormenor, não nos é possível caracterizá-los no que respeita a formato e dimensões, mas podemos afirmar que se trata de tijolo-burro de fabrico artesanal.

- **Argamassas**

Outros materiais especialmente relevantes no edifício são as argamassas. São utilizadas nos assentamentos de alvenarias de paredes portantes e divisórias e nos revestimentos. Relativamente às construções mais antigas, as argamassas utilizadas são provavelmente argamassas tradicionais à base de cal e areia. Desconhecemos qual a proveniência da cal mas podemos afirmar que a areia é do próprio rio Dão, já que existem areiros nas suas margens que continuam a ser explorados nos dias de hoje. Nas intervenções recentes verifica-se a utilização sistemática de argamassas de cimento, quer no preenchimento de juntas, quer em assentamentos de alvenarias, quer em revestimentos. Verifica-se também a utilização de betão armado na execução de uma laje.

- **Outros**

No que respeita a materiais de acabamento, merece referência a caiação, acompanhada, em locais específicos, de pintura mural. E encontramos, ainda, em ferragens, guardas e vãos, elementos diversos em ferro.

Caracterização construtiva

A caracterização construtiva do edifício deverá começar, naturalmente, pelas suas fundações. Dado que este elemento da construção não é directamente visível, nem temos informação concreta sobre a sua tipologia, iniciaremos esta parte do nosso trabalho com o elemento «Paredes».

Para determinar concretamente o tipo de fundações deste edificado será necessário realizar inspecções e sondagens específicas mas podemos estimar, pela observação do objecto de estudo e do tipo de elementos estruturais que apresenta, que o mosteiro tem fundações contínuas, em alvenaria de pedra, de constituição semelhante à das paredes. Eventualmente, nos pilares das arcadas do claustro, as fundações podem ser em sapatas isoladas com a mesma constituição já referida.

▪ Paredes

No que respeita às paredes começamos por distinguir as paredes exteriores das paredes interiores.

As paredes exteriores são paredes portantes em alvenaria de pedra e apresentam as seguintes particularidades relativamente às diversas partes do edifício:

Na *igreja* temos paredes em alvenaria de pedra irregular argamassada preparada para levar revestimento pelo interior e pelo exterior. Podem referir-se, essencialmente, dois tipos distintos de alvenaria: o primeiro encontra-se na capela-mor e apresenta uma espessura de cerca de 1,50m, com aparelho mais cuidado nos cunhais e altar-mor, com pedras mais regulares e de maior dimensão. Nesta área são visíveis vários blocos com marcas de canteiros, indiciando o seu aproveitamento de construções anteriores. O segundo encontra-se nas paredes envolventes da nave, com cerca de 2,20m de espessura. A grande espessura que caracteriza as paredes da nave está relacionada, provavelmente, com necessidades estruturais relacionadas com a cúpula da cobertura.

Nos *lugares regulares*, as paredes são em alvenaria de blocos de granito apresentando, pelo interior, uma alvenaria argamassada ordinária de blocos irregulares, pronta para revestimento e, pelo exterior, blocos regulares talhados que resultam num aparelho cuidado, de grande qualidade, preparado para ficar à vista. Apresentam uma espessura média de 0,85m. Na área que ruiu da ala sul, o respectivo paramento exterior foi reconstruído em aparelho de granito sem o cuidado e os alinhamentos do paramento original.

Na *torre* as paredes exteriores são em alvenaria de blocos de granito talhados, com uma espessura média de 0,85m. Nos paramentos nascente, sul e poente os blocos apresentam dimensões variadas e o aparelho é irregular, com as juntas preenchidas com argamassa de cimento. Na parede norte os blocos têm dimensões mais regulares e a alvenaria é seca. Este último paramento parece ser, pelas suas características, uma parede primitiva, ainda do período medieval, apresentando menos marcas de alterações.

Quanto às *paredes interiores*, elas podem ser paredes portantes, em alvenaria de pedra, ou paredes divisórias, sem carácter estrutural, em tabique.

Nos *lugares regulares* as paredes interiores portantes são em alvenaria de pedra irregular argamassada, preparada para levar revestimento e têm uma espessura média de 0,75m. Na área dos *espaços de transição* encontramos, também, paredes interiores portantes em alvenaria seca de granito aparelhado, com blocos de dimensões diversas e que aparentam pertencer a diferentes fases de construção. As paredes divisórias apresentam estrutura de madeira preenchida com argamassa e, eventualmente, inertes de tijolo ou pedra, e têm espessura média de 0,22m. Foi possível distinguir três tipos de tabique diferentes: o primeiro com estrutura de madeira vertical e fasquiado de tijolo em espinha preenchido com argamassa; o segundo com estrutura de madeira vertical e fasquiado horizontal preenchido com argamassa; e o terceiro com estrutura de madeira em cruz, tipo cruz de Santo André, preenchida com argamassa e inertes.

Na *torre* as paredes interiores são portantes, em alvenaria de blocos de granito talhados, com utilização de blocos regulares e alvenaria seca, apresentando uma espessura média de 0,85m. Estes paramentos parecem ser, também, do período medieval, verificando-se escassos vestígios de alterações.

Em *paramentos interiores* encontramos diversas situações de revestimento:

Na *igreja* temos rebocos e caiação e alguns exemplos de pintura mural nos altares laterais da nave.

Nos *lugares regulares* temos situações de reboco e caiação na generalidade dos espaços e vestígios de lambris em azulejo nas galerias do claustro, na área do refeitório e na sala do Capítulo. Estes lambris apresentam composições diversas de azulejos monocromáticos azuis e brancos, com diferentes dimensões.

A *torre* apresenta ao nível térreo o próprio aparelho de granito, com juntas secas, e nos dois restantes pisos vêem-se vestígios de reboco e caiação.

De referir que, em todos os casos onde encontramos reboco e caiação, existem elementos assumidos de pedra à vista como é o caso das molduras dos vãos, etc.

Em *paramentos exteriores*, apenas na *igreja* se encontram vestígios de reboco e caiação. Nos *lugares regulares* e na *torre* o acabamento das paredes é dado pelo próprio aparelho de granito, sem outro tipo de revestimento, com excepção do embasamento e de um anexo no paramento sul que se encontram revestidos com argamassa de cimento.

▪ **Vãos**

Na generalidade dos casos os vãos apresentam cantarias em granito, singelas e bem definidas, com alguns exemplos de maior ou menor relevância decorativa. Constituem excepção os vãos das janelas laterais do nível superior da igreja, que só têm cantaria definida pelo interior, e alguns vãos da torre, que não apresentam qualquer cantaria definida e apenas têm um chanfro na aresta exterior.

Relativamente ao travamento estrutural dos vãos encontramos soluções diversas nas diferentes partes do edifício:

Na *igreja* verificamos que alguns vãos rectos, nomeadamente os vãos da nave, incluindo o portal, apresentam vergas constituídas por lintéis horizontais em grandes blocos de granito sobre os quais se desenvolvem o enchimento e os respectivos arcos de

ressalva, também executados em grandes blocos de granito. Nos vãos com elementos decorativos na verga não é possível determinar qual o tipo de reforço utilizado.

Nos *vãos interiores dos lugares regulares* não são visíveis elementos de reforço para além dos lintéis horizontais. Quando se trata de vãos em arco de volta perfeita, o travamento é feito pelo próprio arco, com chave de fecho.

Ainda nos *lugares regulares*, os *vãos exteriores* apresentam um singular elemento de reforço: as vergas são constituídas por lintéis rectos sobre os quais se desenvolve um enxalço, horizontal, com uma chave de fecho no próprio aparelho de granito. Nos vãos localizados na parte reconstruída do paramento sul não se verifica esta situação, sendo estes rematados superiormente por simples lintéis horizontais.

Na *torre* existem dois tipos distintos de vãos: os vãos rectos, com simples lintéis horizontais, e os vãos em arco de volta perfeita ou, ainda, em ogiva, no interior, com travamento realizado pelo próprio arco, com chave de fecho.

No que respeita às *caixilharias* observa-se o seguinte:

Na *igreja* não restam quaisquer vestígios da caixilharia primitiva e apenas podemos registar fragmentos de ferragens em ferro e restos de gradeamentos exteriores em ferro. A frontaria tem um portal em ripado de madeira colocado na década de 90 do século XX.

Nos *lugares regulares* existem vários exemplos de caixilharia e portadas de madeira primitivas, com ferragens em ferro, e é visível, num vão de sacada do alçado sul, a respectiva guarda em ferro. Existem também diversos vãos com portadas de madeira contemporâneas, nomeadamente os vãos de acesso ao exterior, e existem dois vãos de janela, no canto sudeste desta parte do edifício, com caixilharia em perfis metálicos.

Na *torre* apenas existem portadas de madeira contemporâneas.

▪ Pavimentos

As *estruturas de pavimentos* primitivas do mosteiro de Maceira Dão são todas estruturas de madeira, em vigamentos apoiados nas paredes portantes.

No caso dos *lugares regulares*, as vigas são encaixadas directamente nas paredes, em aberturas próprias para o efeito. Apresentam uma secção média de 0,135x0,085m e afastamento a eixo de cerca de 0,50m. Nas intervenções do século XX verifica-se a introdução de uma laje de betão armado em parte da ala sul.

Na *torre* encontramos as vigas apoiadas em frechais que, por sua vez, estão apoiados em cachorros de pedra, salientes das paredes. Apresentam uma secção média de 0,18x0,08m e afastamento a eixo de cerca de 0,52m.

Ao nível térreo, encontramos *revestimentos de pavimentos* em simples terra batida na maior parte do edificado do mosteiro de Maceira Dão, incluindo na *igreja*, e lajeado de granito nalgumas áreas dos *lugares regulares*, nomeadamente no claustro, nas respectivas circulações, na sala do Capítulo e na cozinha.

Os *revestimentos de pavimentos elevados* são todos em madeira, constituídos por tábuas de solho colocadas lado a lado, com excepção da área com laje de betão na ala sul dos *lugares regulares* que não apresenta revestimento.

▪ Escadas

As escadas do mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão e todos os degraus isolados são, na generalidade, em pedra, em blocos de granito sobrepostos e sobre enchimento.

Na *igreja*, as escadas de acesso à torre sineira são em caixa, com vários lanços de desenvolvimento e com bomba fechada na qual se encontravam as cordas dos sinos. Os degraus são em blocos de granito encastrados nas paredes. As duas escadas de acesso ao tardo do altar-mor são de um só lanço, em curva, com degraus em pedra sobrepostos e sobre enchimento.

As escadas interiores de acesso ao segundo piso dos *lugares regulares* desenvolvem-se em quatro lanços, com bomba aberta a partir do primeiro patamar. Apresentam um maior cuidado ao nível do trabalho da pedra, com degraus sobrepostos, com focinho saliente e boleado – teriam uma guarda em granito entretanto desaparecida. Para acesso

às áreas que hoje apresentam uma laje de betão armado, na ala sul, foram construídas duas pequenas escadas em betão armado, sem revestimento.

As escadas exteriores de acesso aos *lugares regulares* apresentam um só lanço: as principais e que dão acesso à *envolvente do claustro*, pelo parlatório, apresentam o desenvolvimento dos degraus em três lados e as que dão acesso aos *espaços de transição* são escadas simples, de tiro. Ambas apresentam degraus sobrepostos e sobre enchimento.

As duas escadas exteriores de acesso à *torre* são escadas simples, de tiro, em um só lanço, sem guardas e sem elementos decorativos, com o mesmo tipo de sistémica construtiva das escadas exteriores de acesso aos lugares regulares.

▪ Coberturas

O mosteiro de Maceira Dão apresenta diversas soluções de *estruturas de coberturas*, dentro do tipo morfológico das coberturas inclinadas, com revestimento em telha cerâmica de canudo sobre ripado, assente em estrutura de madeira.

Na *igreja* encontramos a solução mais complexa, recorrendo-se a estruturas curvas em alvenaria de tijolo sobre as quais se apoia a estrutura de madeira que leva, então, o devido revestimento. No presbitério esta estrutura é abobadada, em falsa abóbada de lunetas dividida por arco toral, e na nave é uma cúpula elíptica, sem nervuras⁹². Pela dificuldade óbvia no acesso não nos foi possível identificar a ligação e os apoios existentes entre as estruturas curvas de alvenaria de tijolo e as estruturas de madeira, nem o tipo de estruturas de madeira existentes⁹³. Podemos acrescentar que a cobertura

⁹² Não identificámos qualquer técnica particular na construção destas estruturas curvas mas, em referência bibliográfica, encontramos a menção de que *na construção da abóbada e da cúpula é utilizada uma técnica árabe muito difundida no sul de Portugal*: cf. Ana Paula Nabais dos Santos e Victor Manuel Correia Leite da Silva, *ob. cit.*, p. 101.

⁹³ As estruturas de madeira da cobertura da igreja e respectivos revestimentos foram realizados pelos actuais proprietários aquando da aquisição da propriedade, na década de 60 do século XX. Por esta razão,

da nave é de uma água, circular, e a da capela é de três águas, com duas águas-mestras no sentido de desenvolvimento da capela e tacaniça no extremo nascente.

Nos *lugares regulares* as coberturas são em estrutura de madeira com apoios directos nas paredes portantes ou em frechais embebidos nas paredes. Apresentam várias águas, genericamente com duas águas-mestras no sentido do desenvolvimento de cada ala e com tacaniças nos respectivos extremos.

A *torre* tem cobertura de uma só água em estrutura de madeira. Trata-se de uma estrutura simplista com uma grande asna central e vigas apoiadas directamente em aberturas nas paredes, com eventuais escoramentos. É visível, pelo interior, uma sequência incompleta de cachorros que não apresentam, actualmente, qualquer função estrutural⁹⁴.

Os *tectos* também apresentam soluções diversas de revestimento:

Na *igreja* são visíveis vestígios de reboco e caição.

Nos *lugares regulares* e ao nível do primeiro piso encontramos tectos em forros de madeira horizontais, tipo saia e camisa, e tectos sem revestimento, sendo visível a estrutura de pavimento e o revestimento do piso superior. Ao nível do segundo piso existem diversos tipos de forros em madeira que se distinguem entre tectos em masseira, quadrangulares ou oitavados, nas diversas celas e em forma abobadada, nas galerias do claustro.

A *torre* não apresenta revestimentos de tectos, sendo sempre visíveis as estruturas de piso ou de cobertura.

podemos afirmar que as duas estruturas, curvas e de madeira, são autónomas entre si. Veja-se, novamente, o registo fotográfico de Artur Nobre de Gusmão, *Os mosteiros...*, ob. cit., p. 8, onde são perfeitamente visíveis os extradorsos das estruturas curvas. Não temos qualquer informação sobre as estruturas de madeira que existiriam anteriormente e que terão sido retiradas no tempo dos anteriores proprietários.

⁹⁴ Esta sequência leva a crer que os paramentos continuavam e que a cobertura era, originalmente, diversa da que encontramos hoje.

- **Outros**

Nas intervenções realizadas no final do século XX, encontramos instalações eléctricas rudimentares aplicadas directamente sobre paredes e tectos. Encontramos, também, redes de águas, em aço galvanizado, aplicadas directamente sobre as paredes e redes de esgotos embebidas nos pavimentos. No que respeita a redes de esgotos de águas pluviais são visíveis no friso do beirado da igreja e no friso do beirado do claustro gárgulas em pedra para escoamento das águas. No canto sudoeste do claustro existe, também, um elemento tipo sarjeta para escoamento das águas pluviais.

BASES PARA A CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CONJUNTO EDIFICADO

Estado de conservação

Já referimos anteriormente que o conjunto edificado do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Maceira Dão se encontra em avançado estado de degradação. A situação é preocupante, correndo-se o risco de, em determinadas áreas mais afectadas e à falta de uma intervenção de consolidação no curto prazo, o mosteiro se degradar irreversivelmente e, eventualmente, ruir.

A avaliação do estado de conservação é feita no presente momento mas é resultado, também, da observação continuada do objecto de estudo, nas diversas visitas efectuadas ao mosteiro já desde 2003.

Procurámos registar e analisar as anomalias mais evidentes identificadas através da inspecção visual, tentando contribuir, deste modo, para a compreensão dos processos de alteração que se têm vindo a desenvolver⁹⁵. A avaliação será feita individualmente para cada elemento da construção, seguindo o esquema já utilizado na caracterização construtiva do edifício e, particularmente, para cada uma das partes que o compõem, considerando que, desta forma, a nossa abordagem é suficientemente específica, sem perder de vista a noção do conjunto edificado.

Importa referir que, para um correcto diagnóstico das áreas de estudo, será necessário complementar esta sumária abordagem com um conjunto de outras informações mais

⁹⁵ De acordo com Fernando Henriques, o levantamento das anomalias existentes deve ser realizado *sem preocupação de identificar as respectivas causas, tarefa que será posteriormente endossada aos vários especialistas*. Cf. Fernando Henriques, *A conservação do património histórico edificado*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Memória 775), Lisboa, 1991, p. 17. No nosso caso, apontamos sumariamente as causas que nos parecem mais evidentes para as anomalias detectadas e reforçamos a necessidade de se completar a nossa aproximação a este assunto com informação mais fundamentada, detalhada e rigorosa.

pormenorizadas que incluem um levantamento rigoroso da área de estudo, a realização de medições e de sondagens, a utilização de outros métodos de avaliação do tipo ensaios de ultra-sons, termografias, endoscopias, e outros, que permitam avaliar fidedignamente o estado de conservação de todos os elementos da construção. O objectivo será obter o maior número possível de dados relativos às formas de degradação identificadas, de modo a apurar a sua verdadeira origem, em consciência de que um mau diagnóstico pode levar a formas de degradação mais complexas e perigosas do que as já existentes.

No seguimento do que foi dito, a verificação do estado de conservação das fundações é, naturalmente, essencial para o nosso trabalho mas só será possível efectuar através de inspecções e sondagens específicas, com recurso a meios de diagnóstico que ultrapassam a simples inspecção visual. Por esta razão iniciaremos a avaliação do estado de conservação do edifício no elemento construtivo «Paredes», referenciando aí eventuais anomalias que possam estar relacionadas com as fundações.

No caso agora em estudo, não são conhecidos quaisquer desastres naturais que tenham contribuído de forma directa ou indirecta para a degradação do edifício⁹⁶. Assim, a extinção das Ordens Religiosas, o abandono a que ficou sujeito e a ausência de funções dignificantes serão os agentes mais importantes no decaimento do mosteiro. O envelhecimento dos materiais e a falta de manutenção traduzem-se como as principais causas de degradação da construção.

As alterações introduzidas tardiamente também podem constituir, em certos casos, elementos geradores da degradação dos edifícios. No que respeita ao nosso objecto de estudo, as várias intervenções que ocorreram ao longo do século XX não foram devidamente acompanhadas nem executadas e, por essa razão, devem ser vigiadas, pelo risco de poderem constituir hoje um perigo acrescido para a construção.

⁹⁶ Levantámos a hipótese de algumas das formas de degradação observadas terem origem em sismos mas não foi possível confirmar esta situação: de entre os sismos mais importantes ocorridos em Portugal não encontramos referências que os associassem a problemas verificados nesta área do país; para além disso, a ocorrência de um sismo com destruição de edificado ficaria na memória da população e tal não aconteceu neste caso.

- **Paredes**

Igreja

A alvenaria das paredes da igreja apresenta-se, de uma forma geral, consolidada e a anomalia mais recorrente é verificada no exterior e refere-se à existência de juntas abertas. Esta situação é consequência da inexistência quase total da argamassa de reboco no exterior, cuja função é também proteger a própria alvenaria, traduzindo-se, neste caso, numa maior exposição da alvenaria aos agentes atmosféricos e consequente desagregação das argamassas de preenchimento das juntas e, por vezes, da própria alvenaria. Esta situação origina, também, outras formas de degradação, potencialmente mais graves, que se prendem, por exemplo, com a infiltração de água no interior das paredes e a instalação de vegetação superior nas referidas juntas, com todos os prejuízos que daí advêm. Esta situação verifica-se, sobretudo, nos paramentos norte e sul da igreja onde a presença de vegetação superior é muito evidente.

Para além disso, existem algumas áreas específicas onde é visível, com maior ou menor gravidade, desagregação e fendilhação dos paramentos. A situação mais grave verifica-se no presbitério: a parede nascente apresenta fendilhação acentuada que se prolonga pela cobertura, percorrendo de alto a baixo a esquina entre o paramento nascente e o canto maciço onde se localiza o acesso ao tardo do altar-mor e apresentando, pelo exterior, uma largura de quase 10 cm. A grande dimensão desta fendilhação indicia a existência de alguns movimentos da própria estrutura que têm origem provável no assentamento diferencial de fundações ou na acção do peso da cobertura. Estando o mosteiro implantado em terreno inclinado e junto de uma linha de água a primeira opção parece-nos viável mas, por outro lado, pela observação da fendilhação constatamos que a fenda é mais definida e mais rasgada na parte superior e quase desaparece na parte inferior pelo que a segunda opção também nos parece possível. No entanto, apenas com a realização de medições e sondagens será possível identificar uma causa provável para esta situação. Pela análise dos registos fotográficos de meados do século XX, esta fendilhação parece já existir na altura e encontrar-se-á relativamente estabilizada embora, nestes últimos seis anos, registemos uma evolução muito negativa

da situação, verificando-se, pelo interior, desagregação intensa da alvenaria a ela associada.

A fendilhação e a desagregação da alvenaria verificam-se, também, noutras áreas como, por exemplo, sobre algumas janelas da nave. Neste caso, a sua causa provável prende-se com o abatimento dos enxalços dos vãos, juntamente com a infiltração de água pela cobertura, com grande acumulação nestas áreas⁹⁷. Eventualmente, o abatimento dos enxalços já poderá ter como origem a grande acumulação de águas nestas zonas.

Outra área bastante danificada corresponde à área sobre o arco triunfal que divide a nave da capela. A fendilhação e desagregação são especialmente visíveis do lado da nave e estarão relacionadas com a infiltração de águas pela cobertura.

No interior, as paredes apresentam as superfícies rebocadas e caiadas com grandes extensões de lacunas e desagregação. Estas lacunas, verdadeiros destacamentos de pedaços de reboco, verificam-se particularmente junto do pavimento e até cerca de 1,50m de altura e prendem-se, provavelmente, com o efeito da humidade, por capilaridade ascendente pela parede. As lacunas existem, também, sobre os vãos da nave, nas áreas onde é evidente a desagregação da alvenaria e onde consideramos que existe maior acumulação de humidade.

De uma forma geral notam-se áreas dispersas de desagregação dos rebocos nas paredes e fendilhação e destaque das camadas de pintura. Nalgumas zonas, em especial da parede norte é, também, visível a presença de colonização biológica e musgos.

As pinturas murais existentes em dois altares laterais da nave estão praticamente sumidas, por efeito da falta de manutenção, da passagem do tempo, da própria exposição ao ambiente desabrigado da igreja e a todas as humidades já referidas. São, aqui também, evidentes os destacamentos de rebocos com perda insubstituível da pintura mural.

⁹⁷ Relembramos que até à década de 60 do século XX a igreja não tinha cobertura com telhado, apresentando-se o extradorso das estruturas curvas visível e existindo, por essa razão, grande infiltração de águas pela cobertura, com conseqüente aumento do peso próprio da cobertura e provável acumulação de água nas ligações com as paredes.

O revestimento exterior das paredes encontra-se praticamente inexistente sendo apenas visíveis alguns vestígios junto do portal principal. Admitimos, não sem algumas reservas, que todos os alçados tiveram um revestimento efectivo, provavelmente constituído por uma argamassa muito pobre ou muito desajustada relativamente ao suporte, que se degradou completamente por acção dos agentes atmosféricos.

Lugares regulares

As anomalias que mais ocorrem nas paredes resistentes dos lugares regulares são a desagregação das alvenarias e a fendilhação.

A desagregação, quer do material pétreo, quer das juntas de argamassa, está, na maioria dos casos, associada à infiltração de humidade no interior das paredes, à exposição aos agentes atmosféricos e ao clima excessivo que se faz sentir. A presença abundante de formas de colonização biológica e vegetação constitui, também, um contributo importante para a degradação das superfícies e da própria estabilidade das paredes provocando, por vezes, formas graves de desagregação. Estas anomalias verificam-se um pouco por todas as paredes dos lugares regulares mas podemos referir, em especial, a ala poente da *envolvete do claustro* que se encontra sem cobertura e, como tal, mais exposta a todas as intempéries e suas consequências. As paredes das galerias do claustro apresentam, também, diversas zonas com desagregação da alvenaria, nomeadamente a parede nascente, na zona junto da entrada para a sala do Capítulo, e a parede norte.

No que respeita à fendilhação, entendemos que a sua origem pode estar relacionada com os «circuitos» da água mas terá, sobretudo, a ver com a movimentação da própria estrutura. Esta movimentação, por sua vez, poderá estar ligada a assentamentos diferenciais do solo de fundação, e consequente deslocação das fundações, e à acção do peso próprio da cobertura.

Existe, por exemplo, uma situação de fendilhação sensivelmente a meio do alçado nascente que nos parece relativamente estabilizada. Esta fendilhação é observada, em particular, na zona superior da parede, incluindo na cornija, e não apresenta desenvolvimento nos últimos anos.

No alçado sul, na ligação entre a alvenaria primitiva e a alvenaria executada após o abatimento de parte da parede, verifica-se, também, a existência de uma frágil «costura» entre os dois tipos de paramento que poderá ter consequências graves se não for acautelada.

Uma situação bastante severa de fendilhação e que tem apresentado alguma evolução ocorre nas escadas interiores. Na esquina entre a parede norte e parede nascente das escadas é possível observar uma fenda que a percorre de alto a baixo e que evidencia um descolamento óbvio entre as duas paredes. Esta situação poderá ser agravada com a infiltração de humidades e com a acção do peso da cobertura. Ainda nas escadas mas agora na esquina entre a parede sul e a parede poente, em localização oposta à que acabámos de descrever, existe uma outra fenda que também ocupa toda a altura da parede. Neste caso, no entanto, não detectámos evolução nos últimos anos.

Outra situação gravíssima de fendilhação verifica-se no claustro, mais ou menos a meio da fachada sul, onde esta anomalia está associada a uma grande deformação da parede. A fachada norte também evidencia deformação mas não apresenta, ainda, o grau de fendilhação verificado a sul. As oscilações do próprio edifício e o peso próprio da cobertura, provavelmente, originaram estas deformações das paredes, resultando numa empena considerável na parte superior. A deformação é de tal forma acentuada que a cobertura já se encontra desapojada da parede cerca de 20cm, mantendo-se, apenas, através dos apoios nas restantes extremidades e da própria estabilidade da estrutura de madeira. A situação mostra um agravamento considerável e tem tendência a piorar já que não há nenhum elemento a contrariar o movimento da parede e, pelo contrário, a estrutura desapojada da cobertura contribui para uma deformação cada vez maior.

Verificamos, ainda, ao nível das cornijas dos alçados exteriores, duas lacunas expressivas de blocos de cantaria. O primeiro caso encontra-se no extremo sul do alçado poente e está estabilizado, existindo pelo menos desde meados do século XX, e o segundo caso no extremo poente do alçado sul. Aqui, o bloco de cantaria cedeu há poucos anos, em resultado provável de qualquer pressão no remate do beirado. Não temos verificado mais evolução na situação mas consideramos que é necessário avaliar e vigiar esta zona.

No que respeita às paredes divisórias, as anomalias recorrentes e verificadas em todos os elementos são a desagregação e a fendilhação das argamassas de preenchimento e a deterioração das estruturas de madeira, quer por ataques de xilófagos, quer por apodrecimento devido à presença de humidade.

O estado geral dos revestimentos e acabamentos de paramentos interiores é francamente mau em todos os lugares regulares, sendo a falta de manutenção e a presença quase constante de humidade as suas causas mais expressivas. Existem lacunas extensas nas superfícies de reboco e os vestígios de material que ainda subsistem apresentam desagregação e fendilhação acentuadas acompanhadas de colonização biológica e vegetação. A ala poente, pelas razões atrás mencionadas, é uma das áreas mais afectadas, evidenciando, inclusivamente, grandes extensões de vegetação superior. Todos os paramentos das galerias do claustro apresentam lacunas no revestimento até cerca de 1,50m de altura ou mais e manchas expressivas de colonização biológica e vegetação, sujidades e escorrências. Os painéis de azulejo são já praticamente inexistentes, por acção de vandalismo, mas verifica-se nas peças subsistentes a desagregação das argamassas de fixação com conseqüente descolamento dos azulejos. Todos os azulejos apresentam fracturas, quebras no vidro, etc.

Relativamente aos revestimentos e acabamentos de paramentos exteriores podemos referir que apresentam, de um modo geral, formas de decaimento menos acentuadas mas mais graves, já que a perda de material pétreo é irrecuperável e condiciona a própria estabilidade das paredes. Observam-se algumas zonas com juntas de argamassa abertas e grandes áreas com blocos de cantaria com patologias diversas incluindo desagregação, fissuração, fenómenos de erosão, alterações cromáticas e depósitos de sujidades, escamação, colonização biológica e vegetação. O alçado norte encontra-se bastante afectado, por razões óbvias que se prendem com a sua orientação natural, mas os restantes alçados mostram, também, grandes extensões com anomalias. O alçado sul encontra-se parcialmente revestido com argamassa de cimento, não sendo permitida, por isso, a observação do material pétreo nessa zona. Entendemos, no entanto, que a superfície pétreo poderá ter sido muito danificada com a execução deste revestimento. O alçado nascente apresenta várias juntas preenchidas com argamassa de cimento e alguns blocos de granito com desagregação acentuada e perda da superfície que pode atingir cerca de 5cm na profundidade dos blocos. Estes blocos localizam-se maioritariamente

nas zonas com juntas em argamassa de cimento e abaixo da cota de desenvolvimento do primeiro piso dos lugares regulares, estando, assim, em contacto directo com o terreno ou sujeitos a capilaridade ascendente. Por esta razão apresentam maior severidade na sua forma de degradação mas importa referir que outros blocos em idênticas circunstâncias se encontram em perfeitas condições o que leva a crer que a patologia associada ao bloco é, principalmente, resultado das suas características intrínsecas e das diferenças de qualidade que se verificam no material utilizado.

Torre

As paredes da torre encontram-se consolidadas e as formas de degradação mais notórias são as juntas abertas ou preenchidas com argamassa de cimento e a desagregação da alvenaria. Não existe, aparentemente, nenhuma área crítica que possa pôr em causa a estabilidade desta área do mosteiro.

Relativamente aos revestimentos de paramentos interiores notamos, no piso térreo, algumas formas de decaimento na superfície dos blocos de granito, principalmente depósitos superficiais e sujidades. Nos dois restantes pisos existem grandes áreas sem revestimento e alguns vestígios de rebocos com desagregação, fendilhação e sujidades. Os blocos de granito descobertos apresentam, também, depósitos superficiais e sujidades.

No que respeita a revestimentos de paramentos exteriores as principais anomalias detectadas são o preenchimento das juntas com argamassas de cimento e as formas de decaimento comuns associadas à degradação da superfície dos materiais pétreos: desagregação, fissuração, fenómenos de erosão, alterações cromáticas e depósitos de sujidades, escamação, colonização biológica e presença de vegetação superior.

- **Vãos**

Igreja

A principal anomalia identificada nos vãos da igreja, e que assume maior gravidade, é o abatimento dos arcos de ressalva com eventual fractura dos lintéis. Esta situação é particularmente verificada nos vãos de janela da nave.

Os restantes vãos encontram-se relativamente consolidados em termos estruturais e apresentam, essencialmente, patologias ligadas às cantarias de granito. São visíveis, de uma forma geral, grandes áreas cobertas por colonização biológica e musgos, alterações na coloração da pedra, sujidade ou depósitos superficiais e desagregação da superfície da pedra.

Os vãos da igreja apresentam vestígios de gradeamentos em ferro que se encontram completamente oxidados, apresentando, por vezes, deformação expressiva e perda acentuada de material. Admitimos que o desaparecimento da maior parte dos gradeamentos possa estar associado a acções de vandalismo.

Lugares regulares

A anomalia mais frequente, no que diz respeito às cantarias dos vãos dos lugares regulares, prende-se com a cedência dos enxalços, em vãos compostos, e com a fractura dos lintéis. Estas cedências e fracturas têm consequências evidentes para a integridade dos vãos e para a própria integridade da estrutura da parede e são, provavelmente, resultado da fendilhação e de movimentos na estrutura que dão origem à cedência dos elementos de travamento. Apesar de tudo não detectamos nenhuma situação de maior gravidade estando a generalidade dos vãos estabilizada.

As caixilharias primitivas apresentam agravado estado de conservação, com vários elementos de madeira apodrecidos e/ou severamente atacados por insectos xilófagos. As caixilharias recentes encontram-se, também, bastante afectadas.

Torre

As cantarias dos vãos da torre apresentam-se maioritariamente consolidadas, com excepção dos vãos interiores que evidenciam cedência no fecho dos arcos. Esta situação aparenta estar estabilizada não se notando evolução nos últimos anos.

No que respeita à caixilharia, as portadas de madeira existentes na torre denotam alguma degradação, nomeadamente empenas e apodrecimento por acção da água.

▪ Pavimentos

Igreja

Já anteriormente mencionámos que o pavimento da igreja se apresenta, actualmente, em terra batida, com lajeado de granito nas espessuras dos vãos, nomeadamente no portal principal, no acesso ao claustro, no acesso à torre sineira, etc. Nestas zonas o pavimento encontra-se consolidado apresentando o desgaste normal da utilização.

Lugares regulares

As estruturas de pavimento em madeira dos lugares regulares estão em estado de conservação muito grave, constituindo um perigo para a própria estabilidade do conjunto. Apresentam-se bastante degradadas, com muitos elementos em falta, por vezes desapoçadas, apodrecidas, atacadas por xilófagos e com presença de colonização biológica e vegetação. A estrutura de betão armado, na ala sul, aparenta estar consolidada, sem evidência especial de formas de decaimento.

No que respeita a revestimentos podemos referir que o lajeado de granito existente no primeiro piso apresenta um desgaste bastante acentuado em toda a sua extensão, com forte presença de vegetação superior e com zonas de abatimento considerável, nomeadamente na galeria sul do claustro. Entendemos que esta situação é devida ao assentamento do terreno, provavelmente originado pela circulação de água e conseqüente arrastamento de finos. Ao nível do segundo piso as tábuas de solho estão

em condição muito severa tornando-se praticamente impossível transitar neste piso. Existem algumas áreas onde o soalho se encontra um pouco menos degradado e onde é possível aceder, como por exemplo algumas divisões da ala norte e dos *espaços de transição*. Ainda assim, é evidente o desgaste do material, com tábuas quebradas e lacunas expressivas, apodrecidas e atacadas por insectos xilófagos.

Torre

As estruturas de pavimento em madeira da torre estão relativamente consolidadas e em estado de conservação razoável. A estrutura do segundo piso está um pouco mais afectada mas, ainda assim, cumprindo minimamente a sua função.

Os revestimentos apresentam-se mais degradados com algumas tábuas de solho a evidenciar quebras e lacunas, com apodrecimento visível e ataque por xilófagos, sendo necessário, nalgumas zonas, ter atenção ao transitar.

▪ Escadas

Igreja

As escadas de acesso à torre sineira encontram-se relativamente consolidadas, sendo apenas de referir, como anomalia, o desgaste da superfície dos degraus por efeito da sua utilização. Existem também alguns degraus / patamares cujo encastre se encontra comprometido ou com lacunas, não sendo afectada, no entanto, a estabilidade da própria escada. As escadas de acesso ao tardo do altar-mor apresentam, também, desgaste na superfície dos degraus.

Lugares regulares

As escadas interiores em pedra, de acesso ao segundo piso dos lugares regulares, evidenciam alguns problemas de carácter estrutural. Já foi referido anteriormente que as paredes que formam a caixa destas escadas apresentam grande fendilhação, originada,

possivelmente, por assentamentos diferenciais de fundação. Estes movimentos da estrutura do edifício reflectem-se, também, neste elemento provocando o descolamento dos degraus relativamente às paredes e o abatimento / levantamento dos próprios degraus e do lajeado dos patamares. De uma forma geral, os degraus e os lajeados dos patamares encontram-se muito desgastados, com algumas fracturas, lacunas expressivas e colonização biológica.

As escadas exteriores parecem estar conservadas estruturalmente mas os degraus apresentam bastante desgaste, com algumas fracturas e lacunas, juntas abertas e forte presença de colonização biológica e vegetação superior.

Torre

As escadas exteriores de acesso à torre apresentam-se relativamente consolidadas no que respeita à sua estabilidade e as formas de degradação mais severas são o desgaste da pedra por efeito da utilização e a presença de colonização biológica e vegetação. Os degraus apresentam, ainda, algumas fracturas e lacunas.

▪ Coberturas

Igreja

As coberturas da igreja encontram-se em avançado estado de degradação, constituindo uma das áreas mais graves do mosteiro e onde urge intervir, com risco eminente de derrocada.

Verifica-se, no exterior e em especial na zona da nave, o abatimento de várias zonas do telhado onde, inclusivamente, já está instalada vegetação superior de grandes dimensões.

Esta anomalia tem a ver, seguramente, com a degradação da estrutura de madeira de suporte do telhado, provavelmente apodrecida pelo efeito das infiltrações de água. Esta situação tem um efeito circular perverso e que pode ser fatal – o abatimento da cobertura permite a entrada de mais água que, por sua vez, causa mais e maiores

prejuízos na estrutura da cobertura. Os efeitos no interior são perfeitamente visíveis e, em particular, a cúpula exhibe áreas com grandes extensões de humidade acumulada, com aparecimento de musgos associados. Por outro lado, existem algumas lacunas na alvenaria de tijolo que se encontram preenchidas com argamassa de cimento, originando uma fragilidade na superfície de ligação entre os diferentes materiais e permitindo, por aí, a passagem da água. Assim, nas alturas de grandes chuvadas, a água entra mesmo para o interior da igreja, escorrendo pelas paredes e pingando para o chão. Esta situação poderá, também, estar associada a um ineficaz escoamento de águas ao nível do extradorso das estruturas curvas, permitindo a sua acumulação em zonas indesejáveis, e ser devida à má execução do telhado realizado na segunda metade do século XX. Como se pode perceber, os riscos são enormes: a ineficaz protecção à entrada da água permite que maiores quantidades deste elemento se acumulem na estrutura de tijolo, onde associadas a um insuficiente escoamento, contribuem para a desagregação da alvenaria e para um aumento substancial do peso próprio da cobertura. Esta situação agravou-se bastante nos últimos seis anos: nos registos fotográficos de então verificamos que há uma ou duas zonas um pouco mais afectadas mas, actualmente, toda a cobertura apresenta abatimentos.

Verifica-se, na abóbada da cabeceira, outra situação particularmente grave que não está relacionada com actuais infiltrações pela cobertura mas que pode ser desastrosa caso apareçam nesta zona. Foi referido, relativamente às paredes da igreja, que existe uma fenda severa no paramento nascente e que esta fenda se prolonga pela cobertura. Assim, a abóbada apresenta uma rede de fendilhação muito acentuada com origem no remate com o paramento nascente e desenvolvendo-se para além do arco toral que define a abóbada. Este arco apresenta, inclusivamente, a chave fracturada. Conforme mencionámos anteriormente, esta anomalia parece relativamente estabilizada não se encontrando, aqui, sinais de desenvolvimento nos últimos anos mas, em função da sua grande fragilidade, deve ser acautelada quanto antes já que à mínima perturbação a estrutura pode colapsar.

O que se passa com os revestimentos e acabamentos de tectos é semelhante ao que descrevemos sobre as paredes: existem extensões consideráveis de lacunas / destacamentos de rebocos, fendilhação e destacamento das camadas de pintura, com origem na infiltração de humidades. Na cabeceira esta situação verifica-se com maior

severidade, acompanhada por rede de fendilhação intensa destes revestimentos, associada à própria fendilhação da estrutura de suporte.

No que respeita ao revestimento exterior da cobertura verificamos que existem várias telhas quebradas e deslocadas, permitindo a entrada da chuva pela cobertura. As telhas apresentam, também, grandes extensões de colonização biológica e musgos que afectam, com bastante severidade, a sua integridade e a sua função.

Lugares regulares

No que respeita às coberturas dos lugares regulares, de uma forma geral, são verificados graves problemas a dois níveis distintos: o primeiro prende-se com a integridade das estruturas de cobertura e dos seus apoios e o segundo com situações de vulnerabilidade do material de revestimento exterior. Existem já vários locais dentro dos lugares regulares onde pinga no interior quando chove.

Foi referido, relativamente às paredes do claustro, que a cobertura se apresenta desapoiada respectivamente nas suas paredes norte e sul. Esta é a situação mais comprometedoras ao nível da estabilidade do conjunto e que põe em causa a própria construção. Para além disso, as estruturas de madeira apresentam, no geral, problemas de apodrecimento e ataque por insectos xilófagos mas não se detecta, por enquanto, nenhuma área afectada com maior severidade e que evidencie os abatimentos já mencionados na cobertura da igreja. Merece particular atenção a ala sul onde, numa determinada área, a estrutura de cobertura parece estar a ceder, com riscos evidentes para a integridade da construção. Esta situação está relacionada, principalmente, com a extensão do vão que os barrotes têm de vencer e com a fractura de um desses barrotes, originando uma zona de grande fragilidade e instabilidade.

Relativamente aos revestimentos de tectos podemos referir que, quando existem, se encontram em estado de conservação muito grave. No primeiro piso a zona do parlatório ainda tem partes do respectivo forro mas este está muito danificado, com tábuas apodrecidas e quebradas. No segundo piso, as masseiras das celas estão completamente destruídas sendo possível reconhecer, por vezes, a sua forma mas pouco mais. Os tectos das galerias do claustro apresentam zonas que ainda estão,

aparentemente, inteiras mas denotam, de um modo geral, os mesmos problemas que atrás referimos.

O revestimento exterior das coberturas dos lugares regulares, em telha cerâmica de canudo, apresenta as mesmas formas de decaimento mencionadas para a igreja: existem várias telhas quebradas e deslocadas, permitindo a entrada da chuva pela cobertura. Para além disso, as telhas apresentam grandes extensões de colonização biológica e musgos.

Torre

A estrutura de cobertura da torre está em estado de conservação suficiente, de forma a garantir o cumprimento da sua função, mas encontra-se, já, escorada em vários locais e são visíveis alguns barrotes de madeira severamente afectados por podridão.

O revestimento exterior, em telha cerâmica, evidencia os mesmos problemas descritos para os lugares regulares e para a igreja: telhas quebradas e deslocadas, colonização biológica e presença de vegetação superior, condicionando a integridade do material e permitindo a entrada de água pela cobertura.

▪ **Outros**

As redes instaladas em final do século XX não evidenciam anomalias relevantes, merecendo, apenas, referir que a sua execução é incipiente e já obsoleta, apresentando, por isso, problemas relacionados com questões de segurança e de eficácia.

Enquadramento teórico, legal e prático da conservação do conjunto edificado

A consciência que hoje se tem do património, da sua importância para as gerações vindouras, do seu valor e da necessidade vital de o preservar é, sem dúvida, uma das importantes conquistas do século XX. Assistimos, durante todo esse século, a um enorme desenvolvimento nesta matéria que é fruto, naturalmente, da evolução do pensamento ocorrida já nos séculos anteriores, nomeadamente no século XIX⁹⁸. O assunto não se encontra, de modo algum, encerrado e, continuamente, se testemunha o crescente interesse em todas as matérias ligadas ao património e à sua conservação e o desenvolvimento da teoria e da prática na sua abordagem.

Esta situação manifesta-se não só a nível internacional mas, também, a nível nacional⁹⁹, com o desenvolvimento contínuo de investigação e a produção de novas e actualizadas recomendações e legislação: há quase vinte anos atrás, Fernando Henriques afirmava já que *a conservação do património em geral e do património histórico edificado em particular tem merecido uma crescente atenção em Portugal nos últimos anos, à semelhança da tendência generalizada em toda a Europa e um pouco por todo o mundo dum progressiva consciencialização da importância daqueles bens*¹⁰⁰. E se em certos momentos esta consciencialização era quase reservada a um grupo restrito de intelectuais ou intervenientes na área do património, hoje podemos dizer que o conceito de património está perfeitamente difundido e é objecto da consciência da população em geral. Notamos, no entanto, que, em grande parte das vezes, ainda há muitas lacunas no conhecimento sobre o assunto, que geram confusões e distorções relativamente a

⁹⁸ Ver Ignacio González-Varas, *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios e normas*, Cátedra, Madrid, 2000 e, também, Jorge Custódio, *Renascença artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal durante a 1ª República*, Tese de Doutoramento, 3 Vols., Universidade de Évora, 2009 (policopiada).

⁹⁹ Vejam-se os inúmeros encontros e seminários promovidos pelas mais diversas instituições a nível nacional e internacional.

¹⁰⁰ Cf. Fernando Henriques, *ob. cit.*, p. 1.

conceitos e acções a empreender e que acabam por se tornar contraproducentes no que à conservação do património diz respeito¹⁰¹.

O reconhecimento do mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, enquanto exemplo ímpar do nosso património arquitectónico, e a necessidade de o conservar tiveram, também, uma clara evolução ao nível do seu entendimento, desde a extinção das Ordens Religiosas até aos dias de hoje.

Entre a data da realização dos inventários de bens do mosteiro em análise¹⁰², em 1834, e até ao segundo quartel do século XX, não existe informação relevante sobre o reconhecimento do valor de Maceira Dão e a sua conservação, para além da informação que vem referida nos inventários mencionados e que se resume à descrição sumária do edifício e enumeração das casas e propriedades pertencentes ao seu couto, com a respectiva atribuição de um valor monetário. Sabemos, no entanto, que, até meados do século XX, a maior parte do património móvel do mosteiro foi dispersa, incluindo revestimentos e outros elementos arquitectónicos relevantes do próprio edifício. Esta situação reflecte, naturalmente, o entendimento que existia na altura sobre este monumento, sendo o edifício aproveitado como habitação de rendeiros e apoio agrícola e os elementos decorativos e outras peças importantes do mosteiro retirados para outros fins.

Em 1946, é finalmente reconhecida, pelo Estado Português, a importância de Maceira Dão enquanto património nacional e a eventual necessidade de o restaurar, sendo então proposta a sua classificação como Imóvel de Interesse Público¹⁰³. Em 28 de Junho de 1946, é emitido, pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, um parecer que vem condicionar a classificação do mosteiro alegando-se que *a restauração*

¹⁰¹ Ver Virgolino Ferreira Jorge, *Cultura e Património*, Edições Colibri e Câmara Municipal de Portel, Lisboa, 2005, pp. 13-14 e pp. 44-45.

¹⁰² Conforme já referido as respectivas actas encontram-se nos fundos do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, cf. Alexandre Alves, *ob. cit.*, p. 82.

¹⁰³ Existe, nos fundos do Arquivo do Ministério da Educação e do Arquivo da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (no Forte de Sacavém e também passível de consulta *on-line*), troca de correspondência e documentação diversa sobre o assunto.

*na sua feição primitiva, [...], não me parece viável, tanto pela falta de elementos como pela avultadíssima despesa que isso exigiria. Poderia ser classificada como Imóvel de Interesse Local, mas para isso requiere igualmente o dispêndio de avultada verba, só para a conservação do que ainda existe da sua construção em ruínas*¹⁰⁴. A troca de correspondência que se seguiu a este relatório e que inclui documentos emitidos pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pela Direcção-Geral da Fazenda Pública, pela Junta Nacional de Educação e pelo então proprietário do mosteiro, Jerónimo do Couto Rosado, culmina com um parecer emitido por Henrique Gomes da Silva, na altura Vice-Presidente da Junta Nacional de Educação, que refere o seguinte: *A exposição do Sr. Dr. Jerónimo do Couto Rosado, respeitante à Quinta de Maceira-Dão, está no seu conjunto de acordo com o parecer já dado e em que se informava de que não se justificava o restauro daquele Imóvel. Parece no entanto que, perder aquele conjunto arquitectónico, apesar das mutilações e alterações à sua feição primitiva, não seria de aconselhar, e assim o proprietário deveria ser obrigado a manter a conservação do conjunto, o que lhe interessaria visto o fim a que está destinado, fazendo retirar de certas dependências os objectos que de certo modo lhes prejudicam o aspecto ou conservação e conservando também o exterior de modo que permita a quem passe, apreciar os elementos curiosos que perduraram*¹⁰⁵. Deste modo, foi notificado o proprietário da decisão daquela entidade e o processo de classificação não avançou mais.

Ainda no Arquivo da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, existe uma carta datada de Junho de 1965, dirigida ao seu Director-Geral, em nome dos actuais proprietários do mosteiro, solicitando parecer sobre o possível interesse na

¹⁰⁴ Cf. *Convento de Maceira do Dão, Concelho de Mangualde*, Parecer da Direcção dos Monumentos Nacionais (transcrição parcial), 4ª Secção, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Coimbra, 1946, consultado no Arquivo do Ministério da Educação.

¹⁰⁵ Cf. Parecer da Junta Nacional de Educação, em sessão de 11 de Julho de 1947 (transcrição integral), consultado no Arquivo do Ministério da Educação.

reconstrução do edifício *na sua traça primitiva*¹⁰⁶. Infelizmente, não encontrámos a eventual resposta nem outros documentos que pudessem estar na continuidade deste ofício e que elucidassem sobre o entendimento que existia na altura relativamente ao monumento e à necessidade de o conservar.

Na década de 1980 a formação da Associação Cultural Azurara da Beira veio trazer novo ímpeto no esforço de conservação do mosteiro de Maceira Dão. Pela iniciativa dessa Associação e após diálogo com os proprietários foi novamente proposta a classificação do mosteiro Maceira Dão como Imóvel de Interesse Público.

À data da publicação do Regulamento do Plano Director Municipal de Mangualde, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/95, de 21 de Setembro, o mosteiro de Maceira Dão encontrava-se, ainda, em vias de classificação, aparecendo referenciado no número 5, do artigo 8.º – Monumentos Nacionais, Imóveis de Interesse Público e Valores Concelhios, da Secção 2 – Património Cultural, do referido Regulamento do Plano Director Municipal de Mangualde¹⁰⁷.

O antigo mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão encontra-se, hoje, finalmente classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 5/2002, de 19 de Fevereiro¹⁰⁸, que identifica, também, a respectiva Zona de Protecção.

Enquanto Monumento Nacional o mosteiro de Maceira Dão está abrangido pela Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro¹⁰⁹, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, e respectiva legislação complementar, e,

¹⁰⁶ Cf. Carta de Filipe Gomes Pereira dirigida ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, de 21 de Junho de 1965, consultada no Forte de Sacavém, Arquivo da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

¹⁰⁷ *Regulamento do Plano Director Municipal de Mangualde*, Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/95, de 21 de Setembro, Diário da República, I Série B, N.º 288, de 15 de Dezembro de 1995.

Como curiosidade podemos referir que o Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão foi eleito uma das 7 Maravilhas do Concelho de Mangualde, no concurso público promovido por aquela edilidade em 2007.

¹⁰⁸ Decreto n.º 5/2002, de 19 de Fevereiro, Diário da República, I Série B, N.º 42, de 19 de Fevereiro de 2002.

¹⁰⁹ Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, Diário da República, I Série A, N.º 209, de 8 de Setembro de 2001.

neste contexto, vem referenciado na listagem de Bens com Protecção Legal do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico¹¹⁰.

A nível internacional o nosso objecto de estudo é abrangido por algumas recomendações fundamentais relativas ao património e à sua conservação, nomeadamente a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, conhecida como Carta de Amesterdão, de 1975, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*, conhecida como Carta de Granada, de 1985, e a *Carta de Cracóvia, sobre os Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*, de 2000¹¹¹. Podemos referir também, pela sua actualidade e relevância no momento económico que o mundo atravessa, as seguintes recomendações que também têm aplicação sobre o monumento em análise e que se prendem com o valor do património cultural e a economia: a *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*, de 2005 e a *Declaração de Viena sobre o Incentivo ao Património em Período de Recessão Económica*, de 2009.

Apesar de se encontrar já devidamente classificado e de entendermos que existe, de facto, um reconhecimento geral sobre a importância histórica do mosteiro de Maceira Dão, notamos que as iniciativas concretas para a sua conservação continuam a ser limitadas.

Podemos dizer que, até à data de classificação do mosteiro, os actuais proprietários fizeram um conjunto de obras importantes no sentido da sua conservação, actuando

¹¹⁰ *Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão*, recolhido em <http://www.igespar.pt/patrimonio/pesquisa/geral/benscomproteccaolegal/detail/72103/>, 2 de Dezembro de 2009.

¹¹¹ Existem, naturalmente, muitos outros documentos internacionais relevantes sobre património e conservação, com objectos de aplicação por vezes distintos do nosso objecto de estudo mas que também nos interessam e que se aplicam indirectamente como, por exemplo, a *Carta da Vila Vigoni sobre a Conservação dos Bens Culturais Eclesiásticos*, de 1994, a *International Cultural Tourism Charter*, de 1999, a *Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial*, de 2002, a *Carta do ICOMOS sobre os Princípios para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico*, de 2003, etc.

nomeadamente sobre as coberturas e permitindo a manutenção do equilíbrio instável em que o edifício se encontra.

Em Setembro de 2005, foi realizada uma vistoria ao mosteiro de Maceira Dão com a participação de diversos representantes do Instituto Português do Património Arquitectónico, da Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Centro, da Câmara Municipal de Mangualde e dos proprietários, à qual tivemos a oportunidade de assistir. Desta vistoria resultou um relatório elaborado por Carlos Amaral, representante da Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Centro, que concluiu ser essencial avançar-se com algumas intervenções localizadas, de modo a retardar a degradação do edifício e, por outro lado, tomar as medidas necessárias para se avançar com uma proposta concreta de conservação e valorização. Para além disso, menciona o interesse em estabelecer um protocolo entre essa entidade e a Universidade de Coimbra para a realização de um estudo sobre a cobertura da igreja¹¹². Infelizmente, esta vistoria não teve resultados concretos e esta oportunidade de se promover mais investigação sobre o mosteiro também se perdeu, encontrando-se agora extinta a mencionada Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Centro.

A Câmara Municipal de Mangualde, entretanto, continua interessada em contribuir para a conservação do edifício e chegou a intermediar, no final de 2006, uma proposta de intervenção por parte de um grupo investidor privado, que não teve seguimento por incompatibilidade expressa entre o programa de intervenção e o próprio edifício¹¹³.

Depois disso, pouco se tem conseguido fazer: os proprietários, apesar de empenhados na conservação do mosteiro, já têm alguma dificuldade em assumir a intervenção necessária e, por outro lado, entendemos que as entidades da tutela, nomeadamente o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico e a Câmara Municipal

¹¹² Cf. *Informação interna n.º 14/DREMC*, de 27 de Outubro de 2005, da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro, elaborada por Carlos Amaral. Não temos conhecimento de outros documentos que tenham sido produzidos como resultado desta vistoria.

¹¹³ Tivemos, também, a oportunidade de assistir às reuniões havidas sobre este assunto, entre a Câmara Municipal de Mangualde, os proprietários do mosteiro e o mencionado grupo investidor privado.

de Mangualde também não dispõem das necessárias condições para promover directamente uma intervenção neste contexto.

Sugestões para a conservação e valorização

Reconhecendo-se o mosteiro de Maceira Dão como objecto singular do nosso património arquitectónico e considerando o seu estado de conservação, mostra-se urgente uma intervenção que assegure a sua integridade material e a necessária estabilidade.

A decisão de uma intervenção em património arquitectónico tem de ser uma acção reflectida e crítica, com plena consciência das matérias em causa e das suas próprias consequências. Deve ter em atenção, e como fundamento principal, o próprio edifício, mas também os objectivos pretendidos e passíveis de concretização e os meios que existem para a sua realização, respeitando sempre os valores culturais e materiais do monumento.

Antes da realização de qualquer intervenção, é essencial proceder-se ao estudo do edifício em questão e realizar o diagnóstico do seu estado de conservação, tão completo e tão correcto quanto possível, recorrendo-se, quando necessário, à utilização de meios complementares de diagnóstico, conforme indicámos anteriormente.

A primeira parte deste trabalho pretende ser, precisamente, um contributo inicial para esta etapa indispensável na abordagem ao edifício e, no nosso caso, recomendamos ainda que o estudo a desenvolver seja complementado com a realização de sondagens arqueológicas, nomeadamente nas zonas da igreja, do claustro, da torre e espaços confinantes, pois seguramente vão contribuir para um maior conhecimento do traçado do edifício e trazer algumas respostas relativamente ao mosteiro e à sua existência ao longo dos tempos.

A fundamentação de uma proposta exige, também, o conhecimento da legislação em vigor, das recomendações nacionais e internacionais, dos princípios metodológicos vigentes e das correntes de pensamento aplicáveis à situação.

E, para além disso, qualquer intervenção em património deverá sempre, *desde os primeiros passos do estudo*¹¹⁴, ser acompanhada por uma equipa técnica pluridisciplinar¹¹⁵.

Face ao exposto, pretendemos apresentar as bases para uma proposta de intervenção no mosteiro cisterciense de Santa Maria de Maceira Dão, conforme a seguir se enunciam.

Propomos, como objectivo fundamental da intervenção, uma acção de conservação a realizar nos moldes das recomendações nacionais e internacionais sobre a matéria e em especial atendendo a *uma estratégia de conservação a longo prazo*¹¹⁶.

Associado a esta intenção de conservação propomos que o edifício seja, também, objecto de um projecto de valorização que contribua para a manutenção e reafirmação dos valores do monumento e que permita, efectivamente, integrar uma intervenção concreta e pontual num projecto global de conservação, para que a acção que agora urge tomar não se perca num futuro próximo.

Defendemos, então, a realização de uma intervenção estratégica, consciente e acima de tudo consequente. Esta intervenção tem como objectivo primeiro consolidar o monumento, garantindo a sua integridade e autenticidade, e como objectivo segundo, sempre dentro dos princípios enunciados pelas recomendações nacionais e internacionais e em respeito pelo edifício, criar as condições mínimas necessárias para que o monumento seja devidamente fruído, permitindo não só que possa ser visitável mas também que possa acolher algum tipo de acontecimento dinamizador daquele espaço. Já referimos que o estado de abandono em que se encontra o mosteiro e a utilização pouco digna que ainda é dada a alguns dos seus espaços constituem os principais factores responsáveis pela degradação que apresenta. Nesse sentido, há que evitar que essas condições se mantenham, procurando tirar-se o partido possível do espaço existente.

¹¹⁴ Cf. *Carta do ICOMOS...* ob. cit., ponto 2.1.

¹¹⁵ Ver *Carta de Cracóvia 2000: Princípios para a conservação e restauro do património construído*, 2000, art.º 3.

¹¹⁶ *Idem*, art.º 3.

O estabelecimento de um programa de intervenção, particularmente no que concerne ao projecto de valorização, deve ser formulado com especial atenção e de acordo com os objectivos estabelecidos. Não pretendemos, à partida, com esta intervenção, musealizar a ruína, nem refuncionalizar integralmente o espaço, impondo uma função específica e gerando restrições ao seu uso e à sua visita. Tentamos permitir a fruição do edifício, criando as condições para que certos eventos, naturalmente ligados à cultura, compatíveis com a identidade do monumento e dignos do espaço em que se apresentam, possam decorrer, mantendo o edifício o seu carácter de ruína¹¹⁷.

Um dos aspectos que é fundamental definir numa metodologia de intervenção é precisamente o limite dessa intervenção, estabelecendo-se, desde o início, um nível de acção adequado ao edifício, de acordo com os pressupostos teóricos que presidem à intervenção e com a legislação e recomendações em vigor.

O estado de conservação em que se encontra o mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão não admite uma simples manutenção, antes aponta para a necessidade de realização de obras mais profundas que restabeçam a sua integridade estrutural e a necessária estabilidade, prolongando o seu tempo de vida. Consideramos, assim, que os limites da acção a empreender se prendem com as medidas que é necessário adoptar para cumprir os objectivos previstos, sem pôr em causa a autenticidade e a identidade do monumento e sem recorrer, à partida, a qualquer tipo de reconstrução estilística¹¹⁸.

No que respeita ao projecto de valorização, entendemos que os limites da intervenção são os mesmos, assumindo-se que as estruturas a criar não devem interferir com a integridade e a autenticidade do monumento, antes devem oferecer reversibilidade, ser enquadradas no espaço a que se destinam e reflectir uma imagem contemporânea¹¹⁹.

Em termos concretos e em função do que atrás foi enunciado, para se avançar com as bases da proposta de intervenção acima mencionada, há que indicar, então, quais as acções de conservação que julgamos necessário empreender e, no que respeita à

¹¹⁷ *Idem*, art.º 6.

¹¹⁸ *Idem*, art.º 4.

¹¹⁹ *Idem*, *ibidem*.

valorização do conjunto edificado, definir um programa de utilização adaptado ao espaço existente e de acordo com os princípios já descritos.

▪ **Notas sobre a conservação do conjunto edificado**

Em termos da conservação do edifício em estudo e face à degradação avançada que apresenta, entendemos que as principais medidas a tomar se prendem, conforme já tivemos oportunidade de referir, com a restituição da sua integridade estrutural e respectiva estabilidade.

Neste sentido, seguindo o mesmo esquema de aproximação ao edificado que utilizámos aquando da caracterização construtiva do mosteiro de Maceira Dão e da análise do seu estado de conservação, por elementos construtivos, começamos por referir a necessidade de se avaliar concretamente o estado das fundações e a existência de assentamentos diferenciais, recorrendo-se ao seu reforço quando tal se justifique. Em função do estado geral do edifício, consideramos que há determinadas áreas onde esta avaliação se mostra mais pertinente, nomeadamente na cabeceira da igreja, no claustro, na ala sul dos lugares regulares e nas escadas interiores de acesso ao segundo piso (na ala nascente dos lugares regulares). O eventual reforço das fundações será definido, naturalmente, em função da avaliação realizada e das opções técnicas que se considerem mais adequadas.

Paredes

No que respeita às paredes do edifício em estudo consideramos, em primeiro lugar, que é necessário actuar sobre as situações de fracturas e empenos, onde se verifica que há risco de colapso da própria parede. Estas situações verificam-se, essencialmente, nas áreas atrás referidas: na cabeceira da igreja, no claustro, na ala sul dos lugares regulares e, neste caso, também, na ala ponte, que se encontra destelhada, e nas escadas interiores de acesso ao segundo piso (na ala nascente dos lugares regulares). Entendemos que o tratamento das paredes de cada uma destas zonas deve ser estudado

autonomamente, já que apresentam situações distintas de caracterização construtiva e de degradação, mas considerando sempre o edifício como um todo e em consciência de que todos os elementos da construção se encontram ligados entre si. Nestes casos, para além da correcção dos empenos e dos preenchimentos de lacunas com argamassas adequadas¹²⁰ e, se necessário, com alvenaria semelhante à existente (situação da cabeceira da igreja, por exemplo, que apresenta uma área bastante grande de lacuna), admitimos que é necessário proceder-se ao reforço dos travamentos estruturais do conjunto com introdução de novos elementos, como tirantes metálicos ou outros, eventualmente embebidos na própria alvenaria, que ajudem a contrariar os principais esforços a que as paredes estão sujeitas e que provocam estes empenos e fracturas. Mais uma vez, as opções técnicas deverão ser cuidadosamente analisadas, considerando-se o potencial risco de colapso que estas áreas apresentam e tendo em atenção a noção geral do conjunto construído.

Para além disso e de uma forma geral, por todo o edifício, em panos de parede interiores e exteriores, é necessário proceder-se à limpeza das superfícies, ao preenchimento de juntas com argamassa adequada e, eventualmente, à protecção e consolidação de alvenarias, revestimentos e superfícies. Estas acções devem ser tomadas com especial atenção nos panos de parede exteriores ou que se encontrem expostos às intempéries que, como é óbvio, estão mais sujeitos a degradação. As operações de limpeza devem seguir uma metodologia específica, adequada a cada situação, nomeadamente quando se trata de alvenarias à vista, superfícies de revestimento ou a superfície do próprio material pétreo, etc., e têm em vista a eliminação de fungos, vegetação superior e outras sujidades, até ao limite da patina que for, entretanto, definido¹²¹. Esta metodologia deve

¹²⁰ Preferencialmente devem ser utilizadas argamassas tradicionais, de composição idêntica à que existe nas várias áreas do edifício sendo, para isso, necessário recolher e analisar amostras de vários locais. Esta recomendação aplica-se a todas as situações em que se propõe a utilização de argamassas. Na impossibilidade de se recorrer à utilização de argamassas tradicionais, idênticas às existentes, devem utilizar-se argamassas compatíveis com os suportes existentes, evitando-se, se possível, o uso de argamassas de cimento.

¹²¹ Para a definição da profundidade da limpeza e respectivo limite da patina, nomeadamente no que respeita à superfície do material pétreo, deve ser assumida uma superfície de referência, que associamos a

estabelecer as diferentes fases do processo, admitindo-se, numa primeira fase, a utilização cuidadosa de biocidas compatíveis com as áreas a tratar e, numa segunda fase, a remoção dos resíduos por meio de escovagem¹²². As eventuais operações de protecção e consolidação, particularmente as que implicam o recurso a hidrófugos ou consolidantes aplicados sobre material pétreo, devem ser consideradas apenas em último recurso. Devem ser cuidadosamente justificadas e planeadas, atendendo às implicações que têm nos materiais e ao grau de nocividade que apresentam, sendo admitidas apenas em áreas cujo estado de alteração comprometa a integridade do conjunto¹²³. Se possível e caso tal se mostre indispensável, devem remover-se, também, as argamassas de cimento existentes e substituir-se pelas argamassas adequadas.

Pode, também, considerar-se, no que respeita à alvenaria de pedra aparelhada, o preenchimento das faltas referenciadas de blocos de pedra, que comprometem a imagem do conjunto, por blocos novos em material idêntico ao existente¹²⁴, desde que a situação seja devidamente documentada e justificada.

Vãos

No que concerne aos vãos do nosso objecto de estudo, entendemos que é essencial actuar-se sobre os elementos com fracturas ou cedências ao nível dos lintéis, que comprometam a respectiva estabilidade e a própria estabilidade da parede em que se encontram. As situações existentes são muito diversas sendo necessário avaliar-se,

essa patina e que pode corresponder a uma área de superfície pétreo menos afectada por formas de degradação.

¹²² Deve ser evitada a remoção de resíduos por jactos de partículas abrasivas ou, mesmo, de água, dada a dificuldade em se manter e cumprir o limite de patina definido.

¹²³ A nocividade dos produtos de protecção e consolidação está também relacionada com a irreversibilidade dos mesmos e a introdução, por exemplo, de alterações cromáticas ou de comportamentos diferenciais. A questão da eficácia e da durabilidade destes métodos também deve ser avaliada previamente.

¹²⁴ Na integração de material novo em material existente deve procurar-se que esse material novo não sobressaia relativamente ao que já existe, isto é, que se integre no seu contexto, assumindo-se a sua utilização.

primeiramente e caso a caso, as causas das anomalias verificadas e sendo proposta, então, a correcção da situação, com eventual recurso ao reforço dos respectivos lintéis ou à substituição dos blocos de pedra que se mostre impossível aproveitar.

Considerando que as cantarias dos vãos são todas de pedra, devem prever-se, também, as operações de limpeza, preenchimento de juntas e eventuais acções de protecção e consolidação, nos moldes em que foram enunciadas para as paredes, particularmente no que respeita às superfícies de material pétreo.

Relativamente às caixilharias (portas e janelas) parece-nos mais difícil proceder à recuperação ou ao restauro dos elementos existentes, já que, mesmo as caixilharias mais recentes, se encontram em avançado estado de degradação. Neste sentido, será talvez mais razoável tentar tratar os elementos que se mostrem, para isso, viáveis e de importância assumida, como por exemplo alguns vãos de porta, nomeadamente a porta principal da sala do Capítulo, e substituir os restantes por elementos novos, com desenho e acabamento semelhantes aos primitivos ou, até, desenvolvendo um novo desenho de caixilharia mais contemporâneo e adaptado aos materiais e técnicas actuais, com base nas caixilharias primitivas¹²⁵. É nosso entendimento que, para garantir a futura conservação do mosteiro e para permitir a viabilidade da proposta de valorização, todos os vãos que apresentam caixilharia devem ser tratados e todas as caixilharias devem ficar em perfeito funcionamento, sendo possível abrir e fechar todas as portas e janelas, de modo a permitir que os respectivos espaços sejam devidamente utilizados¹²⁶.

Assumimos, também, a opção de se colocar nova caixilharia na igreja, aqui com o desenvolvimento de um desenho assumidamente actual, já que nada resta da caixilharia primitiva, e, eventualmente, colocar novos engradados, em material adequado e a definir, reinterpretando os gradeamentos em ferro que existiam originalmente. Procuramos, assim, evitar que o espaço fique devassado e permitir que possa ser

¹²⁵ Os elementos primitivos podem e devem ser utilizados em posterior musealização, como referências do próprio mosteiro.

¹²⁶ As questões de ventilação e arejamento dos espaços têm que ser devidamente salvaguardadas.

devidamente utilizado, de acordo com a proposta de valorização que a seguir enunciamos, contribuindo, de um modo geral, para a conservação da igreja¹²⁷.

Pavimentos

Existem, no nosso objecto de estudo, várias situações de pavimentos que requerem diferentes acções ao nível da conservação.

Começando pelas situações de revestimento de pavimento em lajes de granito, entendemos que, de um modo geral, é necessário realizar as operações de limpeza, de preenchimento de juntas e de protecção e consolidação, conforme foram atrás descritas para as paredes e cantarias dos vãos. Para além disso, existem algumas situações pontuais que têm de ser analisadas particularmente, procurando-se as causas que levam às degradações referenciadas e actuando-se sobre a origem do problema, nomeadamente nas áreas em que as lajes de granito se encontram demasiado desgastadas ou em que o próprio pavimento apresenta abatimentos. O caso que consideramos mais grave e que pode ter consequências a outros níveis refere-se ao abatimento do piso da galeria sul do claustro. Esta situação denuncia a cedência do próprio terreno de suporte e prende-se, provavelmente, com o percurso da água e o arrastamento de terras sob o piso do claustro. Neste caso, confirmando-se a nossa hipótese com a devida avaliação técnica, há que levantar o pavimento, proceder à correcção do terreno de suporte, considerando a necessária drenagem, e, depois, recolocar o pavimento.

Os pavimentos dos pisos superiores apresentam condições de conservação mais graves, requerendo intervenções mais profundas. As estruturas de madeira encontram-se, de uma forma geral, comprometidas sendo necessário substituir elementos estruturais deste tipo um pouco por todo o mosteiro. Para além da função de suportarem o revestimento dos pisos, estas estruturas desempenham, também, um papel fundamental na estabilidade do conjunto edificado, contribuindo para o travamento das paredes e para o equilíbrio do edifício. Por esta razão, é imperativa a consolidação destas estruturas. Os

¹²⁷ Também aqui as questões de ventilação e arejamento assumem especial importância e devem ser devidamente salvaguardadas.

madeiramentos que se encontrem em bom estado podem ser tratados no local e, se necessário, reforçados.

No que respeita aos revestimentos em tábua de solho dos pisos superiores verificamos que existem situações muito diversas quanto ao estado de conservação e, conseqüentemente, entendemos que devem existir diversas abordagens ao assunto. Nas áreas da torre, por exemplo, os revestimentos de piso podem ser aproveitados, propondo-se tratamentos no local e substituição das áreas mais degradadas. Nos lugares regulares, pelo contrário, há casos em que o piso é praticamente inexistente. Nestes casos e dado que os espaços estão actualmente inacessíveis, seguindo um princípio de intervenção mínima e atendendo ao programa de valorização que se venha a adoptar, ao invés da colocação de novas tábuas de solho, consideramos, como alternativa, a colocação, por exemplo, de placas de aglomerado hidrófugo de madeira em corredores de circulação específicos, que permitam uma acessibilidade limitada aos espaços, exclusivamente para visita e inspecção¹²⁸. Admitimos, assim, como opção, a colocação de um novo revestimento de pavimento em áreas específicas dos pisos superiores para atender à necessidade estrita de acessibilidade aos espaços para vistoria, deixando-se as restantes áreas sem revestimento. Num prazo mais alargado de intervenção e, novamente, atendendo ao programa de valorização que se venha a adoptar, esta opção de intervenção mínima não condiciona, nem restringe a colocação de um novo revestimento de pavimento no piso superior das alas sul, nascente e norte dos lugares regulares, permitindo que estes espaços possam ser novamente utilizados para determinadas funções. Esta situação também nos parece coerente com os princípios que enunciamos, mantendo o edifício o seu carácter de ruína mas potencializando novos espaços e abrindo alternativas para novas utilizações. Apesar de considerarmos que algumas zonas dos pisos superiores podem ser deixadas sem revestimento de pavimento, é importante referir que, pelo contrário, entendemos que as estruturas desses

¹²⁸ Esta opção foi-nos sugerida por Ângela Melo, representante do Instituto Português do Património Arquitectónico, aquando de uma visita ao mosteiro, em 2007. Ângela Melo chamou-nos, então, a atenção para a importância de se visitar todos os espaços e para a necessidade de que todo o edifício possa ser inspeccionado.

pavimentos são essenciais e devem ser sempre consideradas e consolidadas, pela função estrutural que apresentam¹²⁹.

Escadas

No que respeita às escadas do mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão apontamos, como situação mais carenciada de intervenção, as escadas interiores de acesso ao segundo piso, na ala nascente dos lugares regulares. Conforme referimos, as paredes de contenção deste elemento encontram-se severamente degradadas, com existência de fracturas com origem em possíveis assentamentos diferenciais. Esta situação provoca oscilações no assentamento da própria escada. Assim, torna-se necessário, em primeiro lugar, consolidar as paredes de contenção destas escadas, eventualmente reforçando as suas fundações e reforçando o próprio suporte das escadas e, só depois, actuar sobre as escadas propriamente ditas. Neste caso será, provavelmente, necessário levantar e recolocar degraus e, depois, proceder-se às operações de limpeza, preenchimento de juntas e protecção e consolidação conforme referimos anteriormente para outros elementos construtivos de pedra.

Nas restantes escadas do conjunto edificado de Maceira Dão consideramos que as principais acções a empreender são idênticas às atrás referidas, ressalvando-se que estes outros elementos de circulação vertical não apresentam os problemas de assentamento das primeiras aqui mencionadas.

Coberturas

De um modo geral, o estado em que se encontram as coberturas de um edifício é decisivo para a sua conservação e, na maioria das situações, a manutenção das coberturas é suficiente para prevenir outras formas de degradação. No caso em análise, as coberturas têm sido sempre, relativamente, salvaguardadas, contribuindo assim para a

¹²⁹ Os revestimentos de pavimento em tábua de solho também contribuem, neste caso e naturalmente, para o travamento geral do conjunto mas entendemos que, nesse sentido, as estruturas de pavimento exercem uma função mais significativa.

manutenção do equilíbrio instável em que se encontra o mosteiro e evitando os piores cenários. No entanto, as coberturas encontram-se agora bastante danificadas, requerendo urgentemente uma intervenção.

De um modo geral, entendemos que há três elementos distintos a considerar no que respeita à conservação das coberturas: o revestimento exterior, em telha cerâmica de canudo, as estruturas de cobertura, de madeira, e os revestimentos interiores, com caracterizações diversas. Assumimos, à partida, que todas as coberturas têm que ser levantadas, consolidadas e retelhadas, etc., e, assim, podemos debruçar-nos especificamente sobre cada um dos elementos atrás mencionados.

O primeiro destes elementos, apresenta formas de degradação diversas, nomeadamente a presença de vegetação superior, sujidades, fracturas e perda de material. Neste sentido, são recomendadas as operações de limpeza e consolidação adaptadas e adequadas ao material cerâmico. Entendemos, no entanto, que pode existir já uma perda efectiva da integridade e eficácia deste material, estando, assim, comprometida a sua função. Se esta situação se confirmar há que ponderar entre a solução de se consolidar e tratar o material cerâmico existente, situação que acarretará, sem dúvida, grandes custos, ou assumir a colocação de telha nova, de morfologia idêntica à existente e adequada ao nosso caso de estudo.

No que respeita às estruturas de cobertura, de madeira, entendemos que devem ser globalmente avaliadas através de inspecção específica¹³⁰. As intervenções a considerar para a sua consolidação são diversas, considerando-se a reparação de elementos no local, o reforço ou adição de novos elementos, a substituição de elementos danificados ou insuficientes ou, mesmo, a reconstrução de toda ou partes da estrutura, conforme as situações se apresentem¹³¹.

¹³⁰ Ver Helena Cruz, José Saporiti Machado e Lima Nunes, “Inspeção e Avaliação de Estruturas de Madeira”, *Estruturas de Madeira: Reabilitação e Inovação*, Actas, GECORPA, Lisboa, 2000, pp. 15-28.

¹³¹ Ver João Appleton, “Conservação e Reabilitação de Estruturas de Madeira – Metodologias de Intervenção”, *Estruturas de Madeira: Reabilitação e Inovação*, Actas, GECORPA, Lisboa, 2000, pp. 33-43.

Relativamente aos revestimentos interiores, existem duas situações distintas que devem ser particularmente analisadas: os revestimentos interiores dos lugares regulares, em caixotões de madeira, e os revestimentos interiores da igreja, que neste caso têm, também, uma função estrutural, em cúpula e abóbada em alvenaria de tijolo.

Os caixotões de madeira encontram-se bastante danificados sendo difícil, por vezes, perceber qual a sua forma original. Neste sentido, não se mostra razoável o restauro global destes elementos, sendo apenas proposto o tratamento dos que se mostrem mais conservados, para referência do próprio edificado.

No caso dos tectos da igreja a situação é completamente diversa. Encontrando-se, também, em risco de colapso, estas estruturas podem considerar-se como elementos fundamentais, relativamente à caracterização construtiva do edifício, já que se assumem como elementos singulares no seu contexto. Seria potencialmente interessante, como referiu Carlos Amaral, desenvolver-se investigação científica sobre estas estruturas curvas, que permitisse um maior conhecimento sobre o assunto e, conseqüentemente, uma melhor acção de conservação¹³². Naturalmente, as acções a empreender considerarão operações de limpeza, preenchimento de juntas e consolidação, sendo que uma das opções para a consolidação poderá ser feita pelo extradorso das estruturas curvas, introduzindo, por exemplo, uma malha metálica barrada com argamassa adequada, para maior segurança do conjunto. Também aqui, as opções técnicas a tomar deverão ser cuidadosamente planeadas e justificadas.

Outros

No que respeita aos elementos da construção introduzidos no século XX – a laje de betão da ala sul dos lugares regulares, o embasamento em argamassa de cimento do alçado sul, o anexo adventício no canto sudoeste dos edifícios claustrais, as casas de banho no extremo poente e as redes eléctricas e de águas – entendemos que a solução teórica ideal seria, simplesmente, retirá-los por serem perfeitamente dissonantes do conjunto onde se integram, mas, de alguma forma, consideramos que esta opção se

¹³² Ver *Informação interna n.º 14/DREMC*, de 27 de Outubro de 2005, da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro, elaborada por Carlos Amaral.

torna pouco razoável face às consequências que pode ter e aos custos elevados que pode implicar.

Ainda assim, mostra-se necessário proceder à avaliação do estado do paramento em aparelho de granito sob a argamassa de cimento do alçado sul, verificando-se se este elemento está a provocar maior degradação no material pétreo no interior. Esta avaliação poderá ser feita com recurso a ensaios de ultra-sons ou termografias, ou até pequenas sondagens localizadas. Na confirmação de que este elemento está a ser verdadeiramente prejudicial ao seu suporte, recomendamos, então, que seja removido e que sejam tomadas as necessárias acções de tratamento do aparelho de pedra.

Por outro lado, entendemos que o anexo introduzido no canto sudoeste dos lugares regulares e respectivo acesso vertical afectam prejudicialmente a imagem do conjunto edificado do mosteiro. Assim, recomendamos que esta construção adventícia seja retirada, devolvendo-se o traçado primitivo a esta área do edifício. Provavelmente, entre as pedras que compõem a escada de acesso a este anexo, encontrar-se-ão pedras talhadas de relevante valor decorativo, conforme tem acontecido noutros locais na proximidade do mosteiro.

No que respeita às casas de banho e às redes instaladas recomendamos que sejam reformuladas em função da proposta de valorização a adoptar.

Paralelamente a estas acções de conservação, consideramos urgente que sejam tomadas algumas medidas temporárias para salvaguarda da estabilidade do conjunto: referimo-nos ao necessário escoramento do claustro, sustendo-se os graves empenos das paredes norte e sul, e à colocação de uma protecção na cobertura da nave da igreja, que impeça a infiltração de água para o interior pelas zonas de abatimento que a cobertura actualmente apresenta. Independentemente das notas gerais de conservação que aqui apresentamos, entendemos que estas medidas devem ser realizadas no mais curto espaço de tempo possível, na perspectiva de se evitarem os piores cenários relativamente ao conjunto edificado.

▪ **Notas sobre a valorização do conjunto edificado**

A definição de um programa de valorização para o nosso objecto de estudo é essencial, na medida em que vai permitir que os diferentes espaços que o compõem sejam vividos e, conseqüentemente, possam ser continuamente conservados.

Assumimos, desde o início, que o mosteiro deverá manter o seu carácter de ruína. Este princípio prende-se com a reafirmação da autenticidade do monumento, com as questões económicas (do investimento na recuperação do edifício e posterior retorno), e com a própria abordagem ao problema, entendendo-se que não é o programa que deve condicionar a intervenção mas sim o espaço existente que deverá condicionar a definição do programa¹³³.

Na reflexão sobre o programa de utilização sentimo-nos obrigados a considerar todas as opções, nomeadamente as que têm mais aceitação junto da população em geral. É o caso, por exemplo, da instalação de uma unidade hoteleira, uma pousada, que é o que invariavelmente nos sugerem quando falamos sobre o mosteiro; ou então, no seguimento da recomendação da Carta da Vila Vigoni, que menciona que devemos procurar dar continuidade à utilização dos espaços, seguindo a primitiva finalidade¹³⁴, poderíamos considerar a recuperação do edifício para que funcionasse de novo como mosteiro. Todas estas opções são viáveis e acreditamos ser possível, em respeito pelo edifício, instalar um programa adequado que satisfaça os requisitos de uma refuncionalização nestes termos. Entendemos, no entanto, que estas mesmas opções, pelas exigências técnicas que as caracterizam, vão, seguramente, obrigar a grandes compromissos com o espaço existente e, deste modo, achamos, naturalmente, melhor,

¹³³ Desde meados do século XX, a «ruína» passou a fazer parte do percurso deste edifício e é nosso entender que essa marca não deve ser apagada, como não devem (nem podem) ser apagadas as várias campanhas de obras que o edifício sofreu ao longo dos tempos. Para além disso, a manutenção da «ruína» não impede que a maior parte do edifício seja recuperada e refuncionalizada, podendo este acolher diversos tipos de actividades conforme as que a seguir se enunciam.

¹³⁴ *Carta da Vila Vigoni – Sobre a Conservação dos Bens Culturais Eclesiásticos*, recomendação nº 7, Vila Vigoni, 1994.

procurar apenas uma intervenção mínima, que afecte o espaço existente da maneira mais suave possível. Outra razão para abandonarmos estas opções prende-se, também, com o lado económico da situação e deixamos, desde já, a sugestão para que este estudo concreto seja feito. Entendemos que a refuncionalização do espaço obrigará, seguramente, a um esforço financeiro substancialmente maior do que para uma intervenção mínima como a que indicamos. E, por outro lado, implicará a procura de maiores taxas de rentabilidade para o investimento, situação perversa que a escala do edifício não pode suportar¹³⁵.

E, finalmente, colocamos a questão: o que fazer num espaço como o conjunto edificado do mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão?

Em primeiro lugar, consideramos que é essencial que o espaço possa continuar a ser visitado, conforme tem sucedido até agora, independentemente da sua utilização para outros fins. Sugerimos, neste sentido, que no percurso da visita exista uma pequena apresentação explicativa sobre o mosteiro, que auxilie os visitantes a compreender melhor o espaço onde se encontram e os sensibilize para a problemática do património e da sua conservação. Esta apresentação pode ser feita, no local, sob a forma de painéis e, ao mesmo tempo, pode existir uma publicação simples, um desdobrável, por exemplo, que reúna a informação global da visita e que os visitantes possam levar consigo¹³⁶.

Em segundo lugar, pensamos ser importante criar áreas autónomas e de distinta utilização, que permitam acolher as actividades culturais que julgamos adequadas ao espaço do mosteiro. Seguiremos, na identificação destas áreas, a aproximação ao edifício a partir das três partes fundamentais que o compõem e que correspondem, conforme já referimos, a diferentes funções da orgânica do mosteiro: a *igreja*, os *lugares regulares* e a *torre*.

¹³⁵ Considera-se, por exemplo, para a instalação de uma unidade hoteleira com possível rentabilidade, um limite mínimo de 50 quartos. Ora, é impossível instalar 50 quartos no mosteiro de Maceira Dão sem recorrer à construção de um novo edifício e, assim, toda a filosofia de intervenção no monumento se altera.

¹³⁶ Veja-se a sugestão de Virgolino Ferreira Jorge neste sentido, do autor, *Cultura e...*, ob. cit., p.78.

Igreja

A igreja será reservada para a realização de actividades culturais de carácter erudito, como concertos de música clássica ou outra, encenações, exposições ou outras actividades que se considerem compatíveis com o carácter religioso e a envolvente singular da antiga igreja.

Lugares regulares

Os lugares regulares apresentam diversos espaços que podem ser autonomizados.

Já reconhecemos que o destino que é dado hoje em dia a vários espaços dos edifícios claustrais – de alojamento de criação animal, depósito de alfaias agrícolas e produtos diversos, adega, etc. – é pouco dignificante, atendendo à finalidade para que foram construídos, e até prejudicial à sua conservação. No entanto, como sede de uma grande casa agrícola, o mosteiro teria, seguramente, nas suas primitivas funções, espaços destinados a apoio agrícola, como a tulha, o celeiro, a adega, etc., razão pela qual consideramos que esta função poderá ser mantida em determinadas áreas do edifício, desde que devidamente controlada. A quinta agrícola, onde está integrado o mosteiro, é ainda lembrada pela produção de vinho mas, nos dias de hoje, não tem produção efectiva para além da que é feita para consumo dos proprietários e do pessoal. Entendemos que sai fora da escala do edificado e dos nossos propósitos relançar aqui esta actividade, com fins comerciais, mas parece-nos interessante manter uma produção de vinho pequena que possa ser quase como um laboratório-piloto desta actividade. Assim, consideramos que os diversos espaços da *ala norte* dos lugares regulares, podem ser aproveitados para os referidos apoios agrícolas, particularmente para a manutenção da actividade vitivinícola na quinta.

No primeiro piso desta *ala norte*, poder-se-á manter a adega no espaço onde actualmente funciona (e que julgamos ter sido anteriormente o celeiro). Sugerimos, também, que se mantenha o lagar no espaço onde está hoje em dia, propondo-se, no entanto, a sua reformulação, já que foi alvo de intervenções no século XX que o prejudicaram a vários níveis e se encontra perfeitamente obsoleto. Poder-se-á, ainda, manter o espaço de arrumos e espécie de tulha na divisão mais a poente do conjunto e,

neste espaço, pode ser criado um acesso vertical directo ao segundo piso, permitindo-se que este último seja também visitável e utilizável, integrando esta «parte agrícola» do edificado. Neste sentido, o segundo piso da *ala norte* pode funcionar, por exemplo, como apoio à produção de vinho, com a criação de um pequeno laboratório, de um espaço de provas ou outros que se considerem eventualmente necessários. Pode também funcionar como espaço de exposição dos instrumentos agrícolas que se encontram no mosteiro.

No primeiro piso da *ala nascente*, entendemos que a sala do Capítulo deve ser libertada da actual função de adega que apresenta e sugerimos que este espaço seja utilizado como um pequeno museu do mosteiro de Maceira Dão, albergando as peças móveis – cantarias, madeiramentos ou outras – de relevante valor, que se encontram depositadas no mosteiro. Pensamos, por exemplo, na exposição da laje tumular de D. Francisco Diogo da Fonseca, que se encontra actualmente no claustro, sujeita à acção das intempéries e, por isso, a rápida degradação; pensamos na exposição dos vários blocos de granito, com elementos decorativos diversos, que se encontram presentemente no pátio da portaria, também sujeitos a forte degradação, e outros que venham entretanto a ser descobertos ou que se considere interessante musealizar, como, por exemplo, alguns madeiramentos primitivos, conforme atrás se sugeriu.

No primeiro piso da *ala sul* dos lugares regulares, pensamos que os espaços existentes podem ser utilizados para apoio das actividades culturais propostas para a igreja ou albergar, mesmo, outro tipo de actividades culturais, eventualmente de carácter menos erudito, como por exemplo: encontros temáticos, *workshops* específicos, ciclos de conferências ou outros semelhantes. Estas actividades serão também, conforme referimos, ligadas à cultura mas, atendendo ao enquadramento rural em que o edifício se apresenta, podem ter a ver, por exemplo, com artes e ofícios da região, aspectos da agricultura, aspectos da arquitectura, tradições, etc., e podem estar, até, relacionadas com actividades pedagógicas das próprias escolas da região.

Dentro do espírito enunciado de realização de uma intervenção mínima, admitimos, como opção, a possibilidade de se recuperar o pavimento do segundo piso da *ala sul* e da *ala nascente* dos lugares regulares, permitindo, com isto, um acréscimo relevante nos espaços a utilizar. Esta situação pode ser potencialmente interessante, alargando-se o

leque de espaços disponíveis para as actividades atrás descritas, permitindo-se a introdução, por exemplo, de «oficinas» ou outros espaços semelhantes e até de unidades de alojamento simples, que possam acomodar os intervenientes nas actividades.

Os espaços do piso térreo da *ala sul* serão libertados da função de alojamento de criação que agora têm, para poderem passar a ser áreas técnicas, de apoio ou arrumos.

Torre

No que respeita à *torre* e também às áreas mais a nascente dos edifícios claustrais, que se encontram entre a torre e a igreja, entendemos que a sua função se deve centrar, particularmente, no apoio às actividades já propostas. Poderão, por exemplo, ser aí consideradas as áreas de serviços, as salas de ensaios ou as áreas de apoio aos artistas que participem nas actividades. A comunicação directa que é possível fazer entre a torre e a igreja e, também, entre a torre e os lugares regulares, tornam esta parte do edifício como elemento-chave de todos os acontecimentos, sendo quase inata esta condição de suporte técnico ao que se passa no restante edificado.

Para além destes aspectos, considerando que o edifício mantém o seu carácter de ruína, temos que assumir que as actividades propostas se vão realizar em espaços semi-abertos, isto é, apesar de não serem propriamente ao ar livre, também não são realizadas em espaços com temperatura, ambiente geral ou luminosidade controlada. Esta situação condiciona, naturalmente, as actividades a realizar e sugerimos, desde já, que estas se restrinjam à altura do ano com condição meteorológica mais favorável, nomeadamente ao período compreendido entre o final da Primavera e o início do Outono. Existem duas datas específicas que podem assumir-se como referências para o início e o encerramento do ciclo de actividades propostas para o mosteiro de Maceira Dão, que se prendem com acontecimentos específicos da região e, em particular, da quinta agrícola onde se integra

o mosteiro: a romaria da Capela de Nossa Senhora da Cabeça¹³⁷, que ocorre anualmente na Quinta-Feira da Ascensão – quarenta dias depois da Páscoa – e o final das vindimas que ocorre sensivelmente no início de Outubro. Estes são acontecimentos que marcam fortemente o local e que consideramos, assim, oportunos na definição de um calendário de actividades possíveis.

Por outro lado, consideramos que a influência do mosteiro se estende muito para além das suas paredes. A integração no sítio é característica dos mosteiros cistercienses, conforme tivemos oportunidade de referir no início deste trabalho. Neste sentido, merecem ser aprofundados: a cerca e o couto do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Maceira Dão, as ocupações culturais que promoveu e a sua relação com a agricultura, o desenvolvimento dos sistemas hidráulicos de apoio às actividades do mosteiro, etc. O enquadramento sumário que fizemos sobre a situação e sítio de implantação do mosteiro de Maceira Dão permite perceber que muitas das estruturas de apoio à actividade do mosteiro – a capela de Nossa Senhora da Cabeça, a fonte da Clausura, o pombal, a eira, o edifício do lagar, os moinhos de água, etc. – estão relativamente preservadas e são fundamentais à valorização do edifício. Estes elementos poderão integrar, apenas, a parte da visita ao mosteiro, sendo indicados percursos pedestres e circuitos temáticos à volta do edifício, ou poderão, também, fazer parte das próprias actividades que se venham a propor. Por exemplo, numa situação de uma palestra sobre as artes e ofícios da região em que se fale das várias profissões, nomeadamente a do moleiro, considerar a visita aos moinhos da Silveira que até há pouco tempo ainda funcionavam – promover a sua reactivação e abri-los como memória viva de um ofício e de uma actividade que era tão importante na região. Outro exemplo, num encontro de enófilos, promover um passeio às vinhas da proximidade, permitindo a aproximação à matéria natural, que é a base da substância que justifica a actividade.

As opções são ilimitadas e haja imaginação!

¹³⁷ Aliás, nesta data, o mosteiro costumava ser aberto para que os romeiros o pudessem livremente visitar. Infelizmente, esta situação deixou de acontecer, dadas as condições de conservação do edifício e o risco eminente de colapso das estruturas, que punha em perigo os visitantes.

E com este desafio levantamos uma outra questão que pensamos ser essencial à prossecução das sugestões que apresentamos. Não estando definida uma função específica para o mosteiro, nem concretamente definidas as actividades que para ele propomos, corremos o risco de que as nossas intenções se percam. Para evitar que isso aconteça, consideramos que é essencial a criação de uma entidade como, por exemplo, uma «fundação», uma «liga de amigos» ou outra, conforme o que se entender ser mais adequado à situação e atendendo às especificidades legais de cada uma, que tenha como objectivo fundamental a conservação do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Maceira Dão, nos moldes que atrás enunciamos, e a concretização do projecto de valorização do mosteiro, nomeadamente através da promoção das actividades culturais a realizar no edifício.

Esta entidade, para além de zelar pelo cumprimento dos objectivos aqui assumidos, tem também um papel fundamental na representação do mosteiro perante outras entidades, isto é, pretende-se que ela funcione, também, como intermediário institucional nas relações entre os proprietários do mosteiro e outras entidades públicas ou privadas que seja necessário contactar. Deste modo, os «interesses» do mosteiro são defendidos a uma só voz e a relação com as outras entidades fica, também por isso, facilitada.

Esta entidade, assumindo-se como defensora da salvaguarda cultural do mosteiro e, neste sentido, com uma dupla função social e cultural relevante, tem também como papel fundamental conhecer, analisar e aproveitar os mecanismos existentes para financiamento e concretização do projecto, solicitar apoios ao abrigo do mecenato para a realização da intervenção e das actividades propostas, fazer uso dos benefícios fiscais disponíveis e aplicar um sistema de gestão adequado, no sentido de tornar economicamente viável o esquema de funcionamento do mosteiro que aqui apresentamos.

Esta entidade poderá e deverá, ainda, promover a colaboração com diversas instituições de ensino¹³⁸, e em vários níveis, incentivando a investigação sobre o mosteiro e desenvolvendo programas de actividades pedagógico-científicas que se possam aí realizar.

¹³⁸ Seguindo-se a sugestão de Carlos Amaral sobre o assunto, conforme atrás mencionada.

À luz das recomendações nacionais e internacionais, esta entidade deverá integrar um corpo técnico pluridisciplinar ou, caso se mostre mais adequado, ser directamente acompanhada por uma equipa de consultores dessa natureza.

Salientamos ainda que o êxito deste empreendimento só poderá ser atingido através da estreita colaboração entre os proprietários, devidamente representados pela mencionada entidade, e outras instituições que possam contribuir para as acções propostas, nomeadamente a Câmara Municipal de Mangualde, a Associação Cultural Azurara da Beira, a Junta de Freguesia de Fornos de Maceira Dão, os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Mangualde, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, as entidades nacionais e internacionais ligadas à Ordem de Cister e tantas outras que poderíamos aqui mencionar.

Mais uma vez, o papel desta entidade é fundamental, gerindo a relação com as instituições atrás mencionadas, sem perder de vista o objecto fundamental do nosso trabalho que é, afinal, a conservação e a valorização do conjunto edificado do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Maceira Dão.

Acreditamos que a concretização das sugestões enunciadas poderá contribuir decisivamente para a conservação e a valorização do conjunto monástico cisterciense de Santa Maria de Maceira Dão e, bem assim, para o reforço da nossa memória nacional e vínculo civilizacional.

E na expressão de Virgolino Ferreira Jorge, concluímos esta dissertação com o seguinte argumento: *A defesa e a revalorização urgentes deste património comum é, por conseguinte, uma iniludível obrigação de solidariedade e um exercício moral de cidadania activa comum, independente de confissões ou credos pessoais. Não deve ser entendida apenas como um encargo participativo, mas, sobretudo, como uma missão estimulante e incessante para os actos do futuro, assumida e partilhada conscientemente. E só quem sabe olhar o passado e conhece a força inaudita do “ontem” saberá contemplar e responder melhor às questões e incertezas do “amanhã”;*

neste traço de união transitável, o “hoje” é o momento verdadeiramente decisivo para assumir o passado com esperança e, com fé, preparar o futuro. Por conseguinte, o “agora” é uma obrigação e o “amanhã” é uma responsabilidade¹³⁹.

O mosteiro ainda vive...

¹³⁹ Cf. Virgolino Ferreira Jorge, *Cultura e...*, ob. cit., p.85.

BIBLIOGRAFIA

AIRES-BARROS, Luís, *Alteração e Alterabilidade de Rochas*, INIC, Lisboa, 1991.

AIRES-BARROS, Luís, *As Rochas dos Monumentos Portugueses. Tipologias e Patologias*, vols. I e II, IPPAR, Lisboa, 2001.

APPLETON, João, *Edifícios antigos, Contribuição para o estudo do seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.

ALVES, Alexandre, *O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão*, Câmara Municipal de Mangualde, Mangualde, 1992.

ASTON, Mick, *Monasteries in the Landscape*, Amberley Publishing, Gloucestershire, 2009.

BARBOSA, Ana Lúcia, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo: contributos para uma proposta de recuperação*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 1998 (policopiada).

BRANDI, Cesare, *Teoría de la restauración*, Alianza Forma, Madrid, 2002.

BRONSEVAL, Claude de, *Peregrinatio Hispanica: Voyage de Dom Edme de Salieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531 – 1533)*, 1ª Edição, Presses Universitaires de France, Paris, 1970.

BUCHO, Domingos Almeida, *Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre: Estudo histórico-arquitectónico: Estudo histórico-arquitectónico propostas de recuperação e valorização do património edificado*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 1994 (policopiada).

COCHERIL, Maur, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1978.

CUSTÓDIO, Jorge, *Renascença artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal durante a 1ª República*, Tese de Doutoramento, 3 Vols., Universidade de Évora, 2009 (policopiada).

DIAS, Geraldo J. A. Coelho et al, *Cister no Vale do Douro*, Afrontamento e Grupo de Estudos de História e Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, Porto, 1998.

DUBY, Georges, *São Bernardo e a Arte Cisterciense*, Edições Asa, Porto, 1997.

ESQUIEU, Yves (direcção), *Le Thoronet: Une abbaye cistercienne*, Aristeas e Actes Sud, s.l., 2006.

FEILDEN, Bernard M., *Conservation of Historic Buildings*, Butterworth-Heinemann, Suffolk, 1994.

FRADA, João José Cúcio, *Guia prático para elaboração e apresentação de trabalhos científicos*, Edições Cosmos, Lisboa, 1994.

GOMES, Luís Filipe Coutinho e CARVALHO, Pedro Sobral de, *O Património Arqueológico do Concelho de Mangualde*, Câmara Municipal de Mangualde, Mangualde, 1992.

GOMES, Saul António, *Visitações a Mosteiros Cistercienses*, IPPAR, Lisboa, 1998.

GONÇALVES, A. Nogueira, *Estudos de História da Arte Medieval*, EPARTUR – Edições Portuguesas de Arte e Turismo, Lda., Coimbra, 1980.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio, *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios e normas*, Cátedra, Madrid, 2000.

GUSMÃO, Artur Nobre de, *A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal: ensaio de arqueologia da Idade Média*, Lisboa, 1956.

GUSMÃO, Artur Nobre de, *Os mosteiros de Cister na época moderna*, 1957.

GUSMÃO, Artur Nobre de, *A real abadia de Alcobaça*, 1992.

HENRIQUES, Fernando, *A conservação do património histórico edificado*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Memória 775), Lisboa, 1991.

JACINTO, Maria Antónia, *Mosteiro de Santa Maria de Almoester; contributo para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 1997 (policopiada).

JORGE, Virgolino Ferreira, *Cultura e Património*, Edições Colibri e Câmara Municipal de Portel, Lisboa, 2005.

JORGE, Virgolino Ferreira, “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal. Notas sobre a Tipologia dos Sítios e das Igrejas”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, nº 94, 2º Tomo, Lisboa, 2000-2002, pp. 5-16.

KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*, Vega, Lisboa, 1988.

LACROIX, Michel, *O Princípio de Noé ou a Ética da Salvaguarda*, Instituto Piaget, Lisboa, 1999.

MACEDO, José António Sousa, *Mosteiro de S. Bento de Avis: bases para uma proposta de recuperação*, Dissertação de Mestrado, vol. I, Universidade de Évora, 1995 (policopiada).

MARQUES, Carlos Alberto Almeida, “O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão”, Trabalho realizado na cadeira de História da Arquitectura Portuguesa da ESBAL, *Arquitectura*, 4ª série, nº 141, 1981.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Lisboa, 1998.

MOURA, A. Casal (coordenação e autoria do texto-base), *Granitos e Rochas Similares de Portugal*, Instituto Geológico e Mineiro, Porto, 2000.

OLIVEIRA, Ana Maria da Costa, *Duas Torres Senhoriais do Vale do Sousa*, Fundação A Lord, Lordelo, 2006.

OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, União Gráfica, Lisboa, 1968.

OLIVEIRA, Miguel de, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1951.

RODRIGUES, J. Delgado, “Conservação de Monumentos. Aspectos Técnicos e Metodológicos e seu Enfoque na Conservação da Pedra”, XV Lição Manuel Rocha, *Geotecnia* n° 89, Julho, 2000.

RODRIGUES, J. Delgado, *Decay and conservation of granitic stones. Mechanisms, environment factors and treatment*, Notas de aula, s.l., s.d. (policopiadas).

SANTOS, Ana Paula Nabais dos, e SILVA, Victor Manuel Correia Leite da, *Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão*, Trabalho de Seminário de Pré-profissionalização, FAUP, Porto, 1994 (policopiado).

SILVA, José Custódio Vieira da Silva, *A Torre ou Casa Forte Medieval*, Museu de Pontevedra, Pontevedra, 1999.

SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, IPPAR, Lisboa, 2002.

SILVA, Valentim da, *Concelho de Mangualde – Antigo Concelho de Azurara da Beira*, Câmara Municipal de Mangualde, Mangualde, 1978.

TEIXEIRA, Luís Manuel, *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes*, Presença, Lisboa, 1985.

As Beiras e a presença de Cister – Espaços, Património edificado, Espiritualidade, Actas do I Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, coordenação de Maria Alegria Fernandes Marques, 30 de Abril e 1 de Maio de 2005, Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, São Cristóvão de Lafões, 2006.

Actas. *Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*, Colóquio, 23-27 Novembro 1994, Mosteiro de Alcobaça, IPPAR, Lisboa, 2000.

Actas. *Cister. Espaços, Territórios, Paisagens*, Colóquio Internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaça, vols. I e II, IPPAR, Lisboa, 2000.

Actas. *Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, 17-20 Outubro 1991, Ourense – Oseira, vols. I e II, Monasterio de Osera, Ourense, 1992.

Actas. *II Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal*, 2-4 Julho 1999, Ourense – Oseira, vols. I, II, III e IV, Monasterio de Osera, Ourense, 1998.

Actas. *III Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y en Portugal*, 22-24 Setembro 2005, Ourense – Oseira, vols. I e II, Monasterio de Osera, Ourense, 2006.

Actas. *A intervenção no Património. Práticas de Conservação e Reabilitação*, 2-4 Outubro 2002, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Edição da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Porto, 2002.

Arte de Cister em Portugal e Galiza, coordenação de Xosé Carlos Valle Pérez e Jorge Rodrigues, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998.

Carta de Cracóvia, Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído, Cracóvia, 2000.

Carta de Amesterdão, *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, Amesterdão, 1975.

Carta de Granada, *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*, Granada, 1985.

Carta do ICOMOS, Princípios para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico, Victoria Falls, Zimbabwe, 2003.

Carta da Vila Vigoni – Sobre a Conservação dos Bens Culturais Eclesiásticos, Vila Vigoni (Lago de Como), 1994.

Cister: os documentos primitivos, tradução, introdução e comentários de Aires Augusto Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999.

Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, Faro, 2005.

Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial, Budapeste, 2002.

Declaração de Viena, Um Incentivo ao Património em Período de Recessão Económica, Viena, 2009.

Decreto nº 5/2002, de 19 de Fevereiro, Diário da República, I Série B, Nº 42, de 19 de Fevereiro de 2002.

Do Castanheiro ao Teixo – As outras espécies florestais, coordenação editorial de Joaquim Sande Silva, Edição do Jornal Público e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 2007.

Estruturas de Madeira: Reabilitação e Inovação, Actas do Seminário “Estruturas de Madeira: Reabilitação e Inovação”, Setembro de 1999, GECORPA, Lisboa, 2000.

Hidráulica Monástica Medieval e Moderna, Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna, 15-17 Novembro 1993, Convento da Arrábida, Fundação Oriente, Lisboa, 1996.

International Cultural Tourism Charter, Managing Tourism at Places of Heritage Significance, Mexico, 1999.

Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, Diário da República, I Série A, Nº 209, de 8 de Setembro de 2001.

Mangualde – O Concelho em factos e números, recolhido em www.bib-mangualde.rcts.pt, 18 de Fevereiro de 2003 (este sítio está, actualmente, desactivado).

Monasterios. Intervención en el Patrimonio Arquitectónico, Col.legi d'Arquitectes de Catalunya, Demarcació de Barcelona, Barcelona, 2002.

Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, recolhido em http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx, 2 de Dezembro de 2009.

Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, recolhido em <http://www.igespar.pt/patrimonio/pesquisa/geral/benscomproteccaolegal/detail/72103/>, 2 de Dezembro de 2009.

Perspectivas do Portugal Contemporâneo – As ordens religiosas da extinção à herança, Actas do II Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, coordenação de Maria Alegria Fernandes Marques, 5 e 6 de Maio de 2006, Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, São Cristóvão de Lafões, 2007.

Pinhais e Eucaliptais – A floresta cultivada, coordenação editorial de Joaquim Sande Silva, Edição do Jornal Público e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 2007.

Regra de S. Bento, Edições “Ora et Labora”, Santo Tirso: Mosteiro Beneditino de Singeverga, 1992.

Regulamento do Plano Director Municipal de Mangualde, Resolução do Conselho de Ministros nº 171/95, de 21 de Setembro, Diário da República, I Série B, Nº 288, de 15 de Dezembro de 1995.

Theory and Practice in Conservation. A tribute to Cesare Brandi, Actas do seminário realizado no LNEC em Maio de 2006, coordenação de J. Delgado Rodrigues e J. Manuel Mimoso, LNEC, Lisboa, 2006.

ANEXOS FOTOGRÁFICOS

Índice de Fotografias

1. Situação e Sítio – Vista de nordeste para o vale de implantação do mosteiro, 2006	126
2. Situação e Sítio – Vista de sudoeste para o vale de implantação do mosteiro, 2000	126
3. Situação e Sítio – Vista para norte, 2010.....	127
4. Situação e Sítio – Vista para sul, 2010	127
5. Situação e Sítio – Vista para nascente, 2010	127
6. Situação e Sítio – Vista para poente, 2010	127
7. Situação e Sítio – Vista da Ribeira dos Frades para montante, 2010	127
8. Situação e Sítio – Vista da Ribeira dos Frades para jusante, 2010.....	127
9. Situação e Sítio – Vista da Capela de Nossa Senhora da Cabeça, 2010.....	128
10. Situação e Sítio – Escadaria de acesso à Capela de Nossa Senhora da Cabeça, 2010	128
11. Situação e Sítio – Vista da eira para o mosteiro, com a capela de Nossa Senhora da Cabeça à esquerda e as casas da Regada à direita, 2007	128
12. Situação e Sítio – Fonte da Clausura, 2010	128
13. Situação e Sítio – Lagar da Regada, 2010.....	129
14. Situação e Sítio – Pombal, 2010.....	129
15. Situação e Sítio – Marco de delimitação do couto, 2003	129
16. Situação e Sítio – Pormenor do marco de delimitação do couto, 2003	129
17. Situação e Sítio – Pormenor do marco de delimitação do couto, 2003	129
18. Conjunto Edificado – Vista aérea de sudeste, s.d. (autor desconhecido)	130

19. Conjunto Edificado – Vista aérea de sudoeste, s.d. (autor desconhecido)	130
20. Conjunto Edificado – Vista aérea de noroeste, s.d. (autor desconhecido)	130
21. Conjunto Edificado – Vista de nordeste, 2010	131
22. Conjunto Edificado – Vista de noroeste, 2010	131
23. Conjunto Edificado – Vista de sudeste, 2010.....	131
24. Conjunto Edificado – Vista de sudoeste, 2010.....	131
25. Conjunto Edificado – Alçado nascente, 2010	132
26. Conjunto Edificado – Alçado poente, 2010.....	132
27. Conjunto Edificado – Alçado norte, 2010	132
28. Conjunto Edificado – Alçado sul, 2010.....	132
29. Igreja – Cabeceira, 2003	133
30. Igreja – Nave, 2003	133
31. Igreja – Parede norte da cabeceira, 2004	133
32. Igreja – Parede sul da cabeceira, 2004	133
33. Igreja – Vãos da nave no nível inferior da parede norte, 2004.....	134
34. Igreja – Vãos da nave no nível inferior da parede sul, 2004	134
35. Igreja – Vão da nave no nível superior da parede norte, 2003	134
36. Igreja – Vão da nave no nível superior da parede sul, 2003.....	134
37. Igreja – Portal visto do interior, 2003.....	135
38. Igreja – Vão sobre o portal, visto do interior, 2003.....	135
39. Igreja – Pormenor do portal, visto do interior, 2003	135
40. Igreja – Pormenor do portal, visto do interior, 2003	135
41. Igreja – Vão de acesso à torre sineira, 2004.....	136
42. Igreja – Vão de acesso ao claustro, 2003.....	136
43. Igreja – Pormenor de revestimento em reboco, na cabeceira, 2003	136

44. Igreja – Pormenor de revestimento em reboco, na cabeceira, 2003	137
45. Igreja – Pormenor de revestimento em reboco, na nave, com acabamento em pintura mural, 2003	137
46. Igreja – Pormenor do arco triunfal, 2004	137
47. Igreja – Fenda expressiva na parede nascente, 2004	137
48. Igreja – Abóbada da cabeceira, 2003	138
49. Igreja – Cúpula da nave, 2003	138
50. Igreja – Alçado nascente, 2003	139
51. Igreja – Alçado poente, 2003	139
52. Igreja – Perspectiva nordeste, 2003	139
53. Igreja – Perspectiva noroeste, 2003	139
54. Igreja – Torre sineira, 2003	139
55. Igreja – Portal, 2003	140
56. Igreja – Vão e nichos sobre o portal, 2003	140
57. Igreja – Pormenor do portal, 2003	140
58. Igreja – Vão do alçado norte, 2003	141
59. Igreja – Vão do alçado norte, 2003	141
60. Igreja – Vão do alçado sul, 2003	141
61. Igreja – Pormenor do estado de conservação do paramento norte, 2003	141
62. Igreja – Pormenor do revestimento exterior em reboco, 2003	141
63. Igreja – Cobertura vista para nascente, 2003	142
64. Igreja – Pormenor de vegetação superior na cobertura, 2003	142
65. Igreja – Cobertura vista para poente, 2003	142
66. Lugares regulares – Interior do claustro, 2006	143
67. Lugares regulares – Interior do claustro, 2006	143

68. Lugares regulares – Interior do claustro, vista do sobreclaustro, 2006	143
69. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala nascente, vista para norte, 2006	144
70. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala nascente, vista para sul, 2006.....	144
71. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala sul, vista para nascente, 2006	144
72. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala sul, vista para poente, 2006	144
73. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala poente, vista para sul, 2006	144
74. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala poente, vista para norte, 2006.....	144
75. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala norte, vista para poente, 2006.....	145
76. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala norte, vista para nascente, 2006	145
77. Lugares regulares – Claustro, vão de acesso à sala do Capítulo, 2006	145
78. Lugares regulares – Vista do parlatório para o claustro, 2009	145
79. Lugares regulares – Claustro, lava-mãos, 2006.....	145
80. Lugares regulares – Claustro, pormenor de revestimento em azulejo, 2004.....	145
81. Lugares regulares – Claustro, portal medieval, acesso aos <i>espaços de transição</i> , 2006	146
82. Lugares regulares – Claustro, vão de acesso à igreja pelos <i>espaços de transição</i> e escada de acesso ao segundo piso, 2006.....	146
83. Lugares regulares – Pormenor do tecto da galeria superior do claustro, 2010.....	146
84. Lugares regulares – Pormenor do tecto do claustro, 2010	146
85. Lugares regulares – Sala do Capítulo, 2010	147
86. Lugares regulares – Sala do Capítulo, 2010.....	147
87. Lugares regulares – Pormenor de revestimento em azulejo da sala do Capítulo, 2010	147
88. Lugares regulares – Pormenor do reboco da sala do Capítulo, com negativos dos quadros que existiam, 2010	147
89. Lugares regulares – Espaço do primeiro piso da ala sul, 2010.....	148

90. Lugares regulares – Pormenor de tabique no segundo piso da ala sul, 2010	148
91. Lugares regulares – Vão do alçado sul visto do interior, com portada primitiva, 2010	148
92. Lugares regulares – Pormenor do tecto de um espaço da ala sul, 2010	148
93. Lugares regulares – Pormenor do tecto em masseira numa cela da ala sul, 2006..	148
94. Lugares regulares – Interior da cozinha, 2006	149
95. Lugares regulares – Interior da cozinha, 2006	149
96. Lugares regulares – Ala poente, vista para o antigo refeitório, 2010.....	149
97. Lugares regulares – Pormenor de revestimento e assentamento dos bancos no antigo refeitório, 2010.....	149
98. Lugares regulares – Ala poente, vista para a antiga portaria, 2010.....	149
99. Lugares regulares – Pátio da portaria, 2010	149
100. Lugares regulares – <i>Espaços de transição</i> , 2004	150
101. Lugares regulares – <i>Espaços de transição</i> , 2004	150
102. Lugares regulares – Pormenor de pedra gravada nos <i>espaços de transição</i> , 2004	150
103. Lugares regulares – Pormenor de pedra siglada nos <i>espaços de transição</i> , 2004	150
104. Lugares regulares – Escadas de acesso ao segundo piso, 2006.....	151
105. Lugares regulares – Vão das escadas de acesso ao segundo piso, 2006	151
106. Lugares regulares – Fenda nas escadas de acesso ao segundo piso, 2006	151
107. Lugares regulares – Estado de conservação das escadas de acesso ao segundo piso, 2006	151
108. Lugares regulares – Pormenor das escadas de acesso ao segundo piso, 2006	151
109. Lugares regulares – Fenda nas escadas de acesso ao segundo piso, 2006	151
110. Lugares regulares – Pormenor da fenda nas escadas de acesso ao segundo piso, com coluna talhada, 2006	151

111. Lugares regulares – Alçado norte, 2010.....	152
112. Lugares regulares – Alçado sul, 2010	152
113. Lugares regulares – Alçado nascente, 2010	152
114. Lugares regulares – Alçado poente, 2010	152
115. Lugares regulares – Perspectiva noroeste, 2010.....	153
116. Lugares regulares – Perspectiva sudeste, 2010	153
117. Lugares regulares – Perspectiva sudoeste, 2010	153
118. Lugares regulares – Pormenor do alçado sul, 2010.....	154
119. Lugares regulares – Pormenor do alçado sul, 2010.....	154
120. Lugares regulares – Pormenor do alçado sul, 2010.....	154
121. Lugares regulares – Vista do anexo adventício no canto sudoeste, 2010.....	154
122. Lugares regulares – Escada de acesso ao anexo adventício no canto sudoeste, 2010	154
123. Lugares regulares – Escadaria exterior de acesso ao primeiro piso, adossada ao alçado nascente, 2010	155
124. Lugares regulares – Vão exterior de sacada do alçado sul, com guarda de ferro, 2010	155
125. Lugares regulares – Vão exterior do alçado sul, com gradeamento de ferro, 2010	155
126. Lugares regulares – Vão exterior do alçado sul, com portada primitiva, 2010....	155
127. Torre – Pormenor do interior do piso térreo, 2004.....	156
128. Torre – Espaço do primeiro piso, 2004	156
129. Torre – Vão interior do primeiro piso, 2004	156
130. Torre – Espaço do segundo piso, 2004.....	157
131. Torre – Vão interior do segundo piso, 2004.....	157
132. Torre – Pormenor do tecto do segundo piso, 2004.....	157

133. Torre – Cunhal noroeste, 2004	158
134. Torre – Cunhal sudoeste, 2004	158
135. Torre – Cunhal sudeste e perspectiva do alçado nascente, 2010.....	158
136. Torre – Alçado sul, 2004	158
137. Torre – Escada de acesso ao primeiro piso, 2010.....	159
138. Torre – Escada de acesso ao segundo piso, 2010.....	159
139. Histórico – Vista sudeste do conjunto edificado, 1966 (autor desconhecido – arquivo de António Jorge Ferreira).....	160
140. Histórico – Vista sudoeste do conjunto edificado, 1966 (autor desconhecido – arquivo de António Jorge Ferreira).....	160
141. Histórico – Alçado poente do conjunto edificado, 1966 (autor desconhecido – arquivo de António Jorge Ferreira).....	160
142. Histórico – Alçado poente da igreja, 1966 (autor desconhecido – arquivo de António Jorge Ferreira).....	161
143. Histórico – Alçado poente da igreja, 1966 (autor desconhecido – arquivo de António Jorge Ferreira).....	161
144. Histórico – Claustro, 1966 (autor desconhecido – arquivo de António Jorge Ferreira).....	161

Fotografias

- **Situação e Sítio**



1. Situação e Sítio – Vista de nordeste para o vale de implantação do mosteiro, 2006



2. Situação e Sítio – Vista de sudoeste para o vale de implantação do mosteiro, 2000



3. Situação e Sítio – Vista para norte, 2010



4. Situação e Sítio – Vista para sul, 2010



5. Situação e Sítio – Vista para nascente, 2010



6. Situação e Sítio – Vista para poente, 2010



7. Situação e Sítio – Vista da Ribeira dos Frades para montante, 2010



8. Situação e Sítio – Vista da Ribeira dos Frades para jusante, 2010



9. Situação e Sítio – Vista da Capela de Nossa Senhora da Cabeça, 2010



10. Situação e Sítio – Escadaria de acesso à Capela de Nossa Senhora da Cabeça, 2010



11. Situação e Sítio – Vista da eira para o mosteiro, com a capela de Nossa Senhora da Cabeça à esquerda e as casas da Regada à direita, 2007



12. Situação e Sítio – Fonte da Clausura, 2010



13. Situação e Sítio – Lagar da Regada, 2010



14. Situação e Sítio – Pombal, 2010



15. Situação e Sítio
– Marco de
delimitação do
couto, 2003



16. Situação e Sítio – Pormenor do
marco de delimitação do couto, 2003



17. Situação e Sítio – Pormenor do
marco de delimitação do couto, 2003

- **Conjunto Edificado**



18. Conjunto Edificado – Vista aérea de sudeste, s.d. (autor desconhecido)



19. Conjunto Edificado – Vista aérea de sudoeste, s.d. (autor desconhecido)



20. Conjunto Edificado – Vista aérea de noroeste, s.d. (autor desconhecido)



21. Conjunto Edificado – Vista de nordeste, 2010



22. Conjunto Edificado – Vista de noroeste, 2010



23. Conjunto Edificado – Vista de sudeste, 2010



24. Conjunto Edificado – Vista de sudoeste, 2010



25. Conjunto Edificado – Alçado nascente, 2010



26. Conjunto Edificado – Alçado poente, 2010



27. Conjunto Edificado – Alçado norte, 2010



28. Conjunto Edificado – Alçado sul, 2010

Igreja



29. Igreja – Cabeceira, 2003



30. Igreja – Nave, 2003



31. Igreja – Parede norte da cabeceira, 2004



32. Igreja – Parede sul da cabeceira, 2004



33. Igreja – Vãos da nave no nível inferior da parede norte, 2004



34. Igreja – Vãos da nave no nível inferior da parede sul, 2004



35. Igreja – Vão da nave no nível superior da parede norte, 2003



36. Igreja – Vão da nave no nível superior da parede sul, 2003



37. Igreja – Portal visto do interior, 2003



38. Igreja – Vão sobre o portal, visto do interior,
2003



39. Igreja – Pormenor do portal, visto do interior,
2003



40. Igreja – Pormenor do portal, visto do interior,
2003



41. Igreja – Vão de acesso à torre sineira, 2004



42. Igreja – Vão de acesso ao claustro, 2003



43. Igreja – Pormenor de revestimento em reboco, na cabeceira, 2003



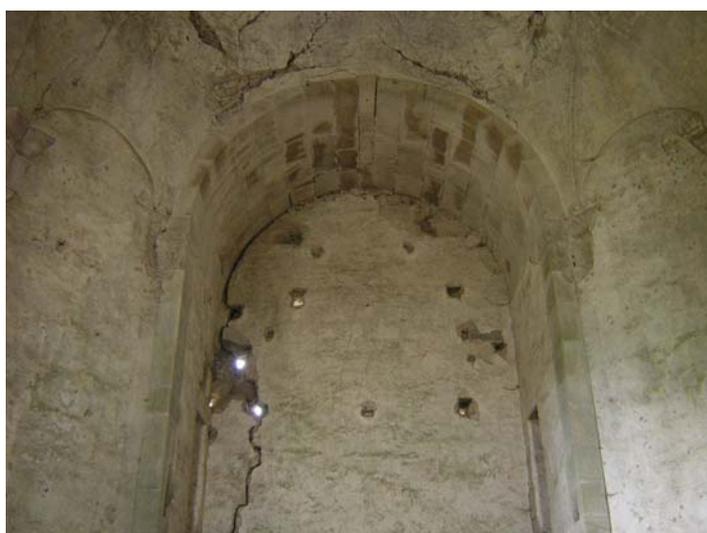
44. Igreja – Pormenor de revestimento em reboco, na cabeceira, 2003



45. Igreja – Pormenor de revestimento em reboco, na nave, com acabamento em pintura mural, 2003



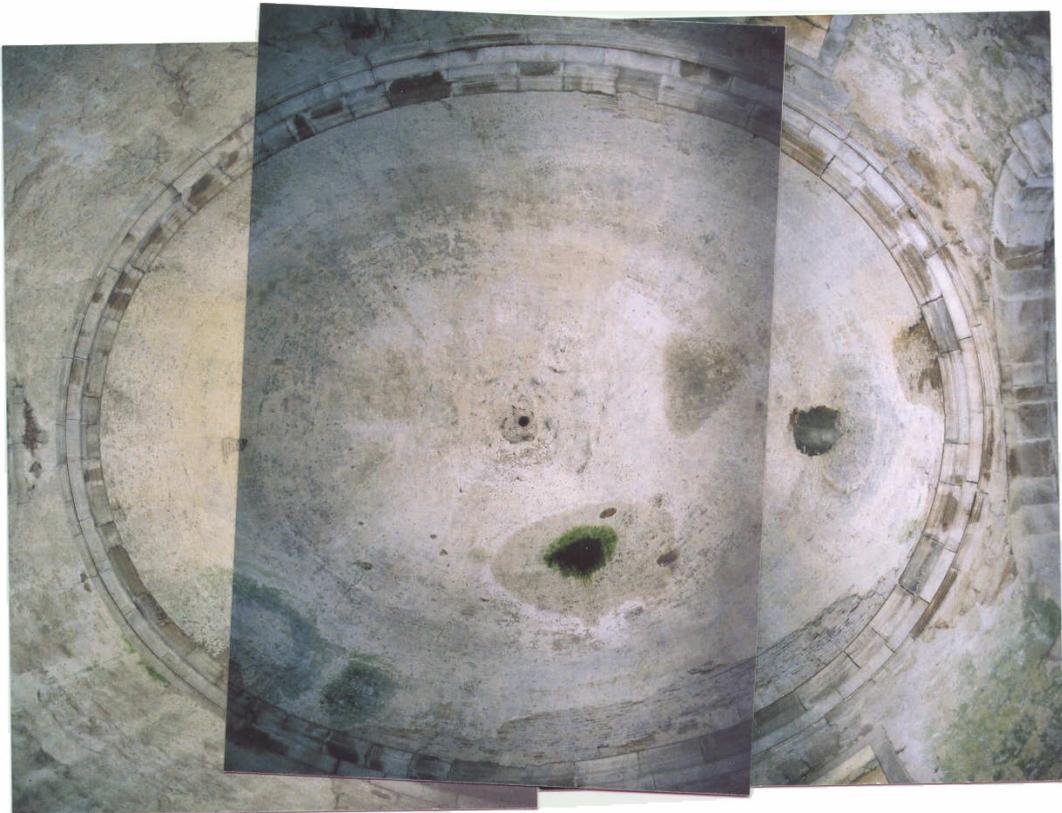
46. Igreja – Pormenor do arco triunfal, 2004



47. Igreja – Fenda expressiva na parede nascente, 2004



48. Igreja – Abóbada da cabeceira, 2003



49. Igreja – Cúpula da nave, 2003



50. Igreja – Alçado nascente, 2003



51. Igreja – Alçado poente, 2003



52. Igreja – Perspectiva
nordeste, 2003



53. Igreja – Perspectiva
noroeste, 2003



54. Igreja – Torre sineira, 2003



55. Igreja – Portal, 2003



56. Igreja – Vão e nichos sobre o portal, 2003



57. Igreja – Pormenor do portal, 2003



58. Igreja – Vão do alçado norte, 2003



59. Igreja – Vão do alçado norte, 2003



60. Igreja – Vão do alçado sul, 2003



61. Igreja – Pormenor do estado de conservação do paramento norte, 2003



62. Igreja – Pormenor do revestimento exterior em reboco, 2003



63. Igreja – Cobertura vista para nascente, 2003



64. Igreja – Pormenor de vegetação superior na cobertura, 2003



65. Igreja – Cobertura vista para poente, 2003

Lugares regulares



66. Lugares regulares – Interior do claustro, 2006



67. Lugares regulares – Interior do claustro, 2006



68. Lugares regulares – Interior do claustro, vista do sobrecloastro, 2006



69. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala nascente, vista para norte, 2006



70. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala nascente, vista para sul, 2006



71. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala sul, vista para nascente, 2006



72. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala sul, vista para poente, 2006



73. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala poente, vista para sul, 2006



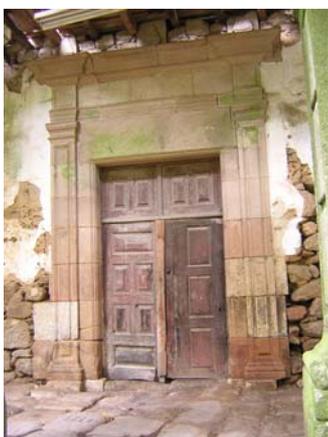
74. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala poente, vista para norte, 2006



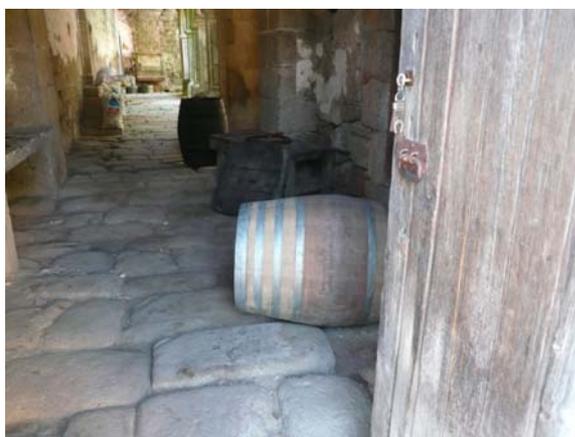
75. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala norte, vista para poente, 2006



76. Lugares regulares – Corredor do claustro, ala norte, vista para nascente, 2006



77. Lugares regulares – Claustro, vão de acesso à sala do Capítulo, 2006



78. Lugares regulares – Vista do parlatório para o claustro, 2009



79. Lugares regulares – Claustro, lava-mãos, 2006



80. Lugares regulares – Claustro, pormenor de revestimento em azulejo, 2004



81. Lugares regulares – Claustro, portal medieval, acesso aos *espaços de transição*, 2006



82. Lugares regulares – Claustro, vão de acesso à igreja pelos *espaços de transição* e escada de acesso ao segundo piso, 2006



83. Lugares regulares – Pormenor do tecto da galeria superior do claustro, 2010



84. Lugares regulares – Pormenor do tecto do claustro, 2010



85. Lugares regulares – Sala do Capítulo, 2010



86. Lugares regulares – Sala do Capítulo, 2010



87. Lugares regulares – Pormenor de revestimento em azulejo da sala do Capítulo, 2010



88. Lugares regulares – Pormenor do reboco da sala do Capítulo, com negativos dos quadros que existiam, 2010



89. Lugares regulares – Espaço do primeiro piso da ala sul, 2010



90. Lugares regulares – Pormenor de tabique no segundo piso da ala sul, 2010



91. Lugares regulares – Vão do alçado sul visto do interior, com portada primitiva, 2010



92. Lugares regulares – Pormenor do tecto de um espaço da ala sul, 2010



93. Lugares regulares – Pormenor do tecto em masseira numa cela da ala sul, 2006



94. Lugares regulares – Interior da cozinha, 2006



95. Lugares regulares – Interior da cozinha, 2006



96. Lugares regulares – Ala poente, vista para o antigo refeitório, 2010



97. Lugares regulares – Pormenor de revestimento e assentamento dos bancos no antigo refeitório, 2010



98. Lugares regulares – Ala poente, vista para a antiga portaria, 2010



99. Lugares regulares – Pátio da portaria, 2010



100. Lugares regulares – *Espaços de transição*,
2004



101. Lugares regulares – *Espaços de transição*,
2004



102. Lugares regulares – Pormenor
de pedra gravada nos *espaços de*
transição, 2004



103. Lugares regulares – Pormenor de pedra siglada nos *espaços*
de transição, 2004



104. Lugares regulares – Escadas de acesso ao segundo piso, 2006



105. Lugares regulares – Vão das escadas de acesso ao segundo piso, 2006



106. Lugares regulares – Fenda nas escadas de acesso ao segundo piso, 2006



107. Lugares regulares – Estado de conservação das escadas de acesso ao segundo piso, 2006



108. Lugares regulares – Pormenor das escadas de acesso ao segundo piso, 2006



109. Lugares regulares – Fenda nas escadas de acesso ao segundo piso, 2006



110. Lugares regulares – Pormenor da fenda nas escadas de acesso ao segundo piso, com coluna talhada, 2006



111. Lugares regulares – Alçado norte, 2010



112. Lugares regulares – Alçado sul, 2010



113. Lugares regulares – Alçado nascente, 2010



114. Lugares regulares – Alçado poente, 2010



115. Lugares regulares – Perspectiva noroeste, 2010



116. Lugares regulares – Perspectiva sudeste, 2010



117. Lugares regulares – Perspectiva sudoeste,
2010



118. Lugares regulares –
Pormenor do alçado sul, 2010



119. Lugares regulares –
Pormenor do alçado sul, 2010



120. Lugares regulares –
Pormenor do alçado sul, 2010



121. Lugares regulares – Vista do anexo adventício no canto
sudoeste, 2010



122. Lugares regulares – Escada de
acesso ao anexo adventício no canto
sudoeste, 2010



123. Lugares regulares – Escadaria exterior de acesso ao primeiro piso, adossada ao alçado nascente, 2010



124. Lugares regulares – Vão exterior de sacada do alçado sul, com guarda de ferro, 2010



125. Lugares regulares – Vão exterior do alçado sul, com gradeamento de ferro, 2010



126. Lugares regulares – Vão exterior do alçado sul, com portada primitiva, 2010

Torre



127. Torre – Pormenor do interior do piso térreo, 2004



128. Torre – Espaço do primeiro piso, 2004



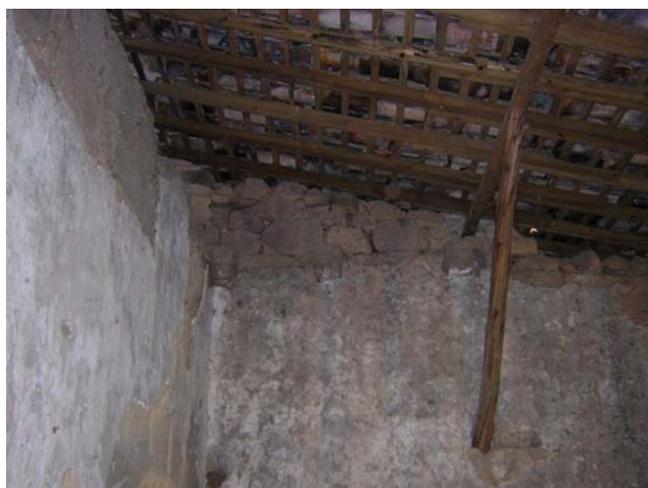
129. Torre – Vão interior do primeiro piso, 2004



130. Torre – Espaço do segundo piso, 2004



131. Torre – Vão interior do segundo piso, 2004



132. Torre – Pormenor do tecto do segundo piso, 2004



133. Torre – Cunhal noroeste, 2004



134. Torre – Cunhal sudoeste, 2004



135. Torre – Cunhal sudeste e perspectiva do alçado nascente, 2010



136. Torre – Alçado sul, 2004



137. Torre – Escada de acesso ao primeiro piso, 2010

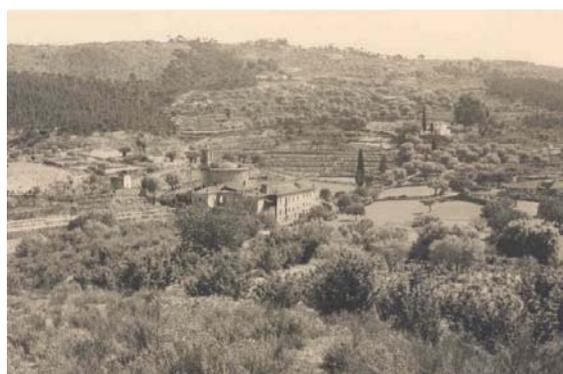


138. Torre – Escada de acesso ao segundo piso, 2010

- **Fotografias antigas – histórico**



139. Histórico – Vista sudeste do conjunto edificado, 1966
(autor desconhecido – arquivo de António Jorge Ferreira)



140. Histórico – Vista sudoeste do conjunto edificado, 1966
(autor desconhecido – arquivo de António Jorge Ferreira)



141. Histórico – Alçado poente do conjunto edificado, 1966
(autor desconhecido – arquivo de António Jorge Ferreira)



142. Histórico – Alçado poente da igreja, 1966
(autor desconhecido – arquivo de António Jorge
Ferreira)



143. Histórico – Alçado poente da igreja, 1966
(autor desconhecido – arquivo de António Jorge
Ferreira)

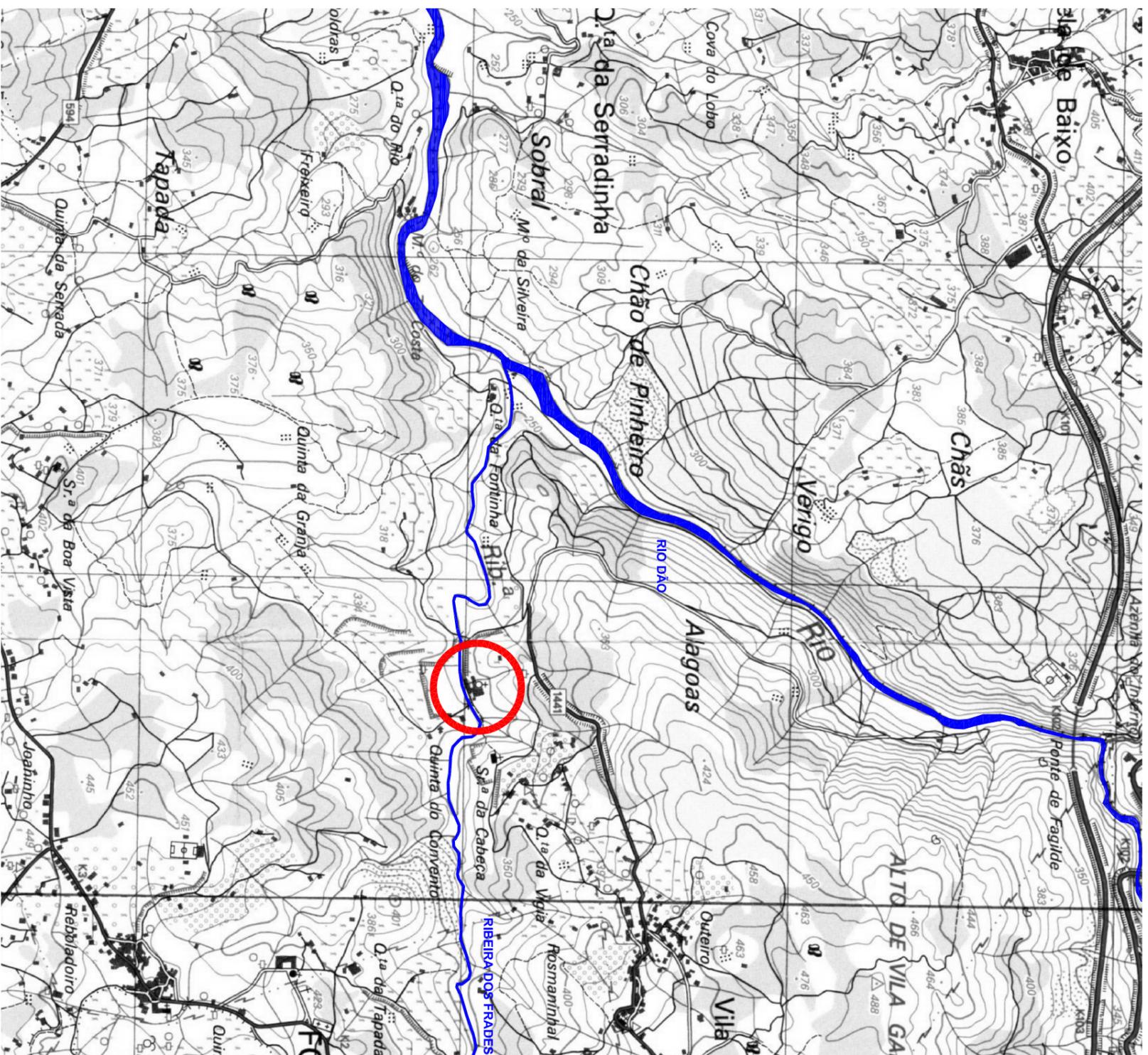


144. Histórico – Claustro, 1966 (autor desconhecido – arquivo de António Jorge Ferreira)

ANEXOS GRÁFICOS

Índice de Gráficos

LOCALIZAÇÃO.....	FOLHA I
LEVANTAMENTO PLANTAS	FOLHA II
LEVANTAMENTO PLANTAS	FOLHA III
LEVANTAMENTO CORTES	FOLHA IV
LEVANTAMENTO ALÇADOS	FOLHA V
ZONAMENTO DA SUGESTÃO DE VALORIZAÇÃO PLANTAS	FOLHA VI
ZONAMENTO DA SUGESTÃO DE VALORIZAÇÃO PLANTAS	FOLHA VII



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

LEGENDA

- Localização do mosteiro
- Cursos de água

NOTAS:

- A planta de localização é um extracto da Carta Militar de Portugal, Folha 189 - Mangualde, do Instituto Geográfico do Exército, Edição 3, 1999
- A planta de implantação foi-nos cedida por Silva Oliveira



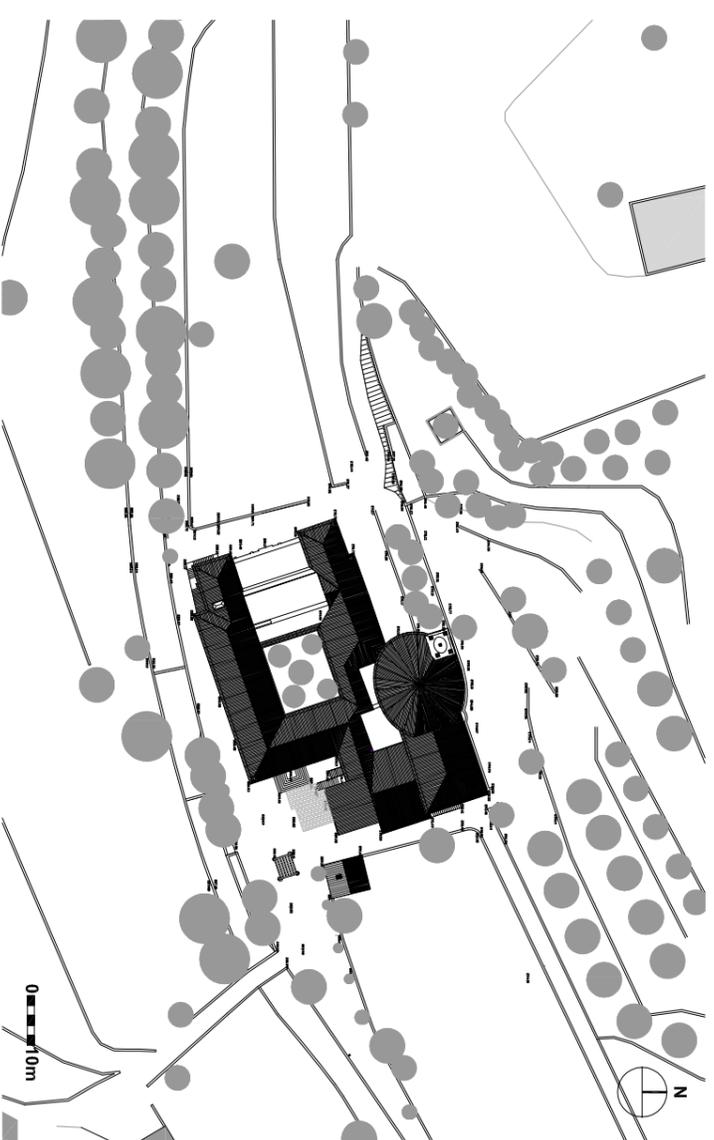
FOTOMONTAGEM 01 - VISTA PARA SUDOESTE



FOTOMONTAGEM 02 - VISTA PARA POENTE



FOTOMONTAGEM 03 - VISTA PARA SUL

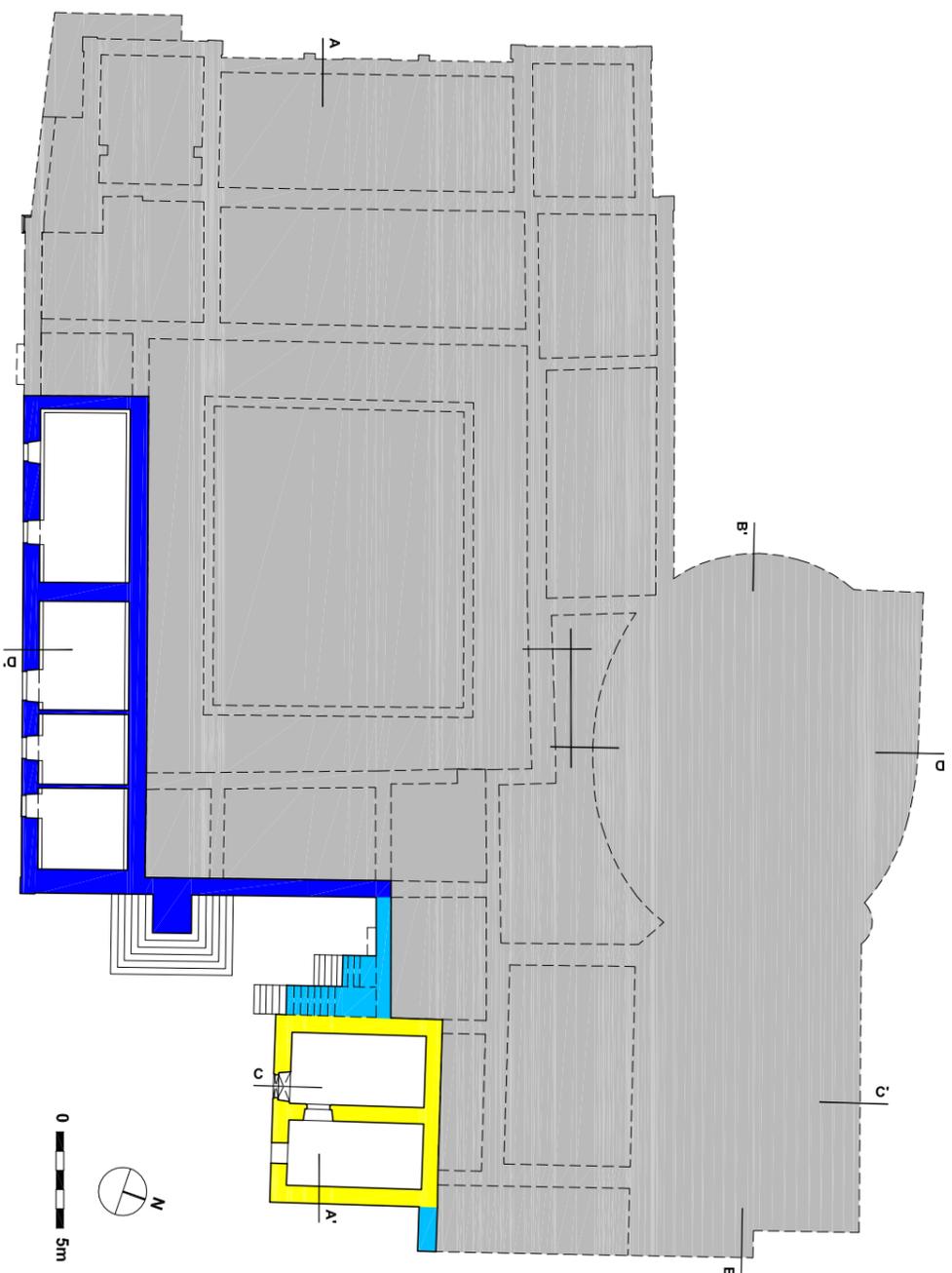


PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

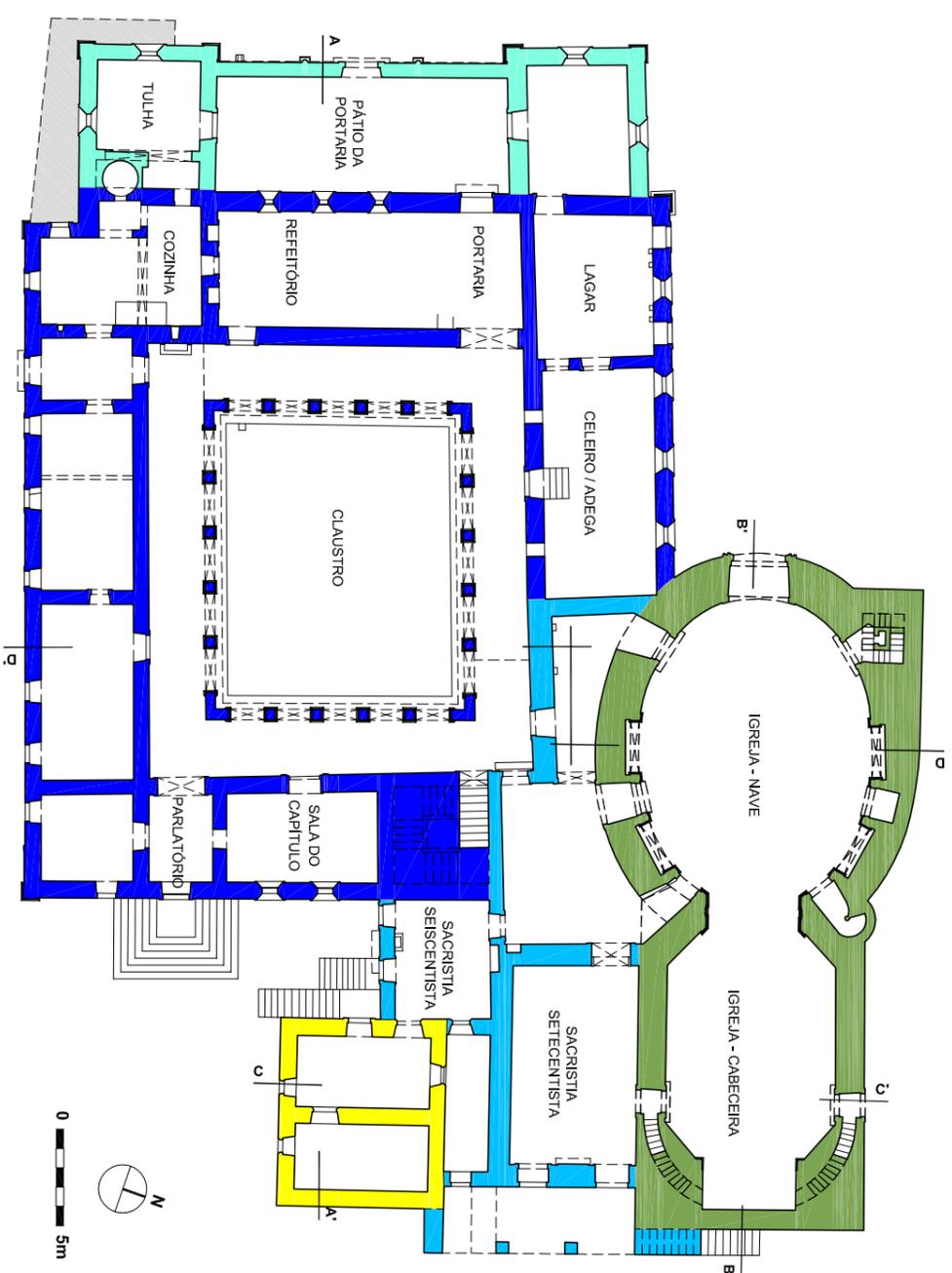
MOSTEIRO CISTERCIENSE DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO

LOCALIZAÇÃO

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO, PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E FOTOMONTAGENS



PLANTA DO PISO TÉRRECO



PLANTA DO PRIMEIRO PISO

LEGENDA

- Igreja
- Lugares regulares | Espaços de transição
- Lugares regulares | Exterior da Portaria
- Torre
- Lugares regulares | Envolvente do claustro

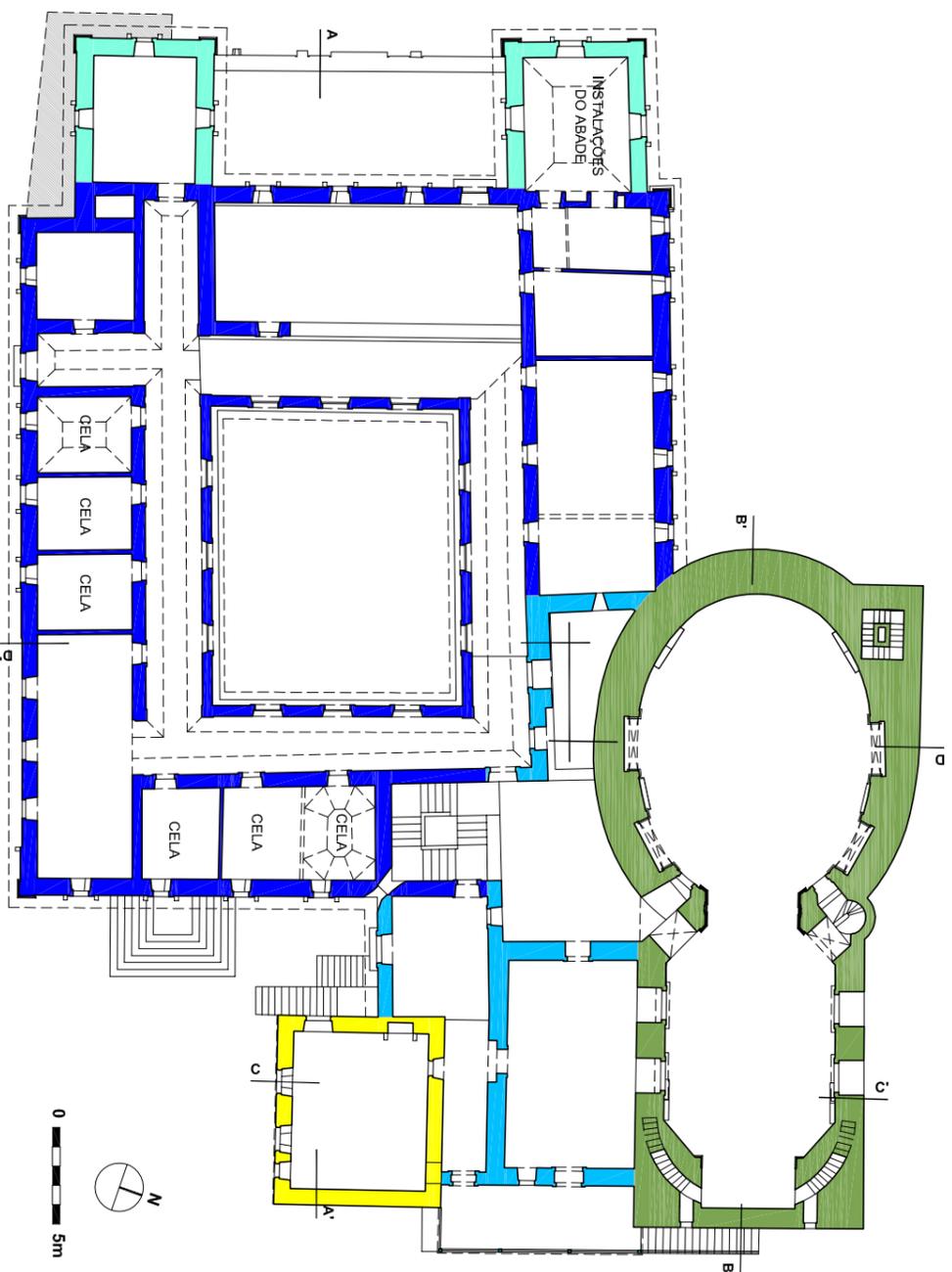
NOTAS:

- Estes desenhos têm como base o levantamento realizado por Ana Paula Nabais dos Santos e Victor Manuel Corraia Leite da Silva, em 1994, recitificado por nós em 2000 e por Silva Oliveira, em 2009.

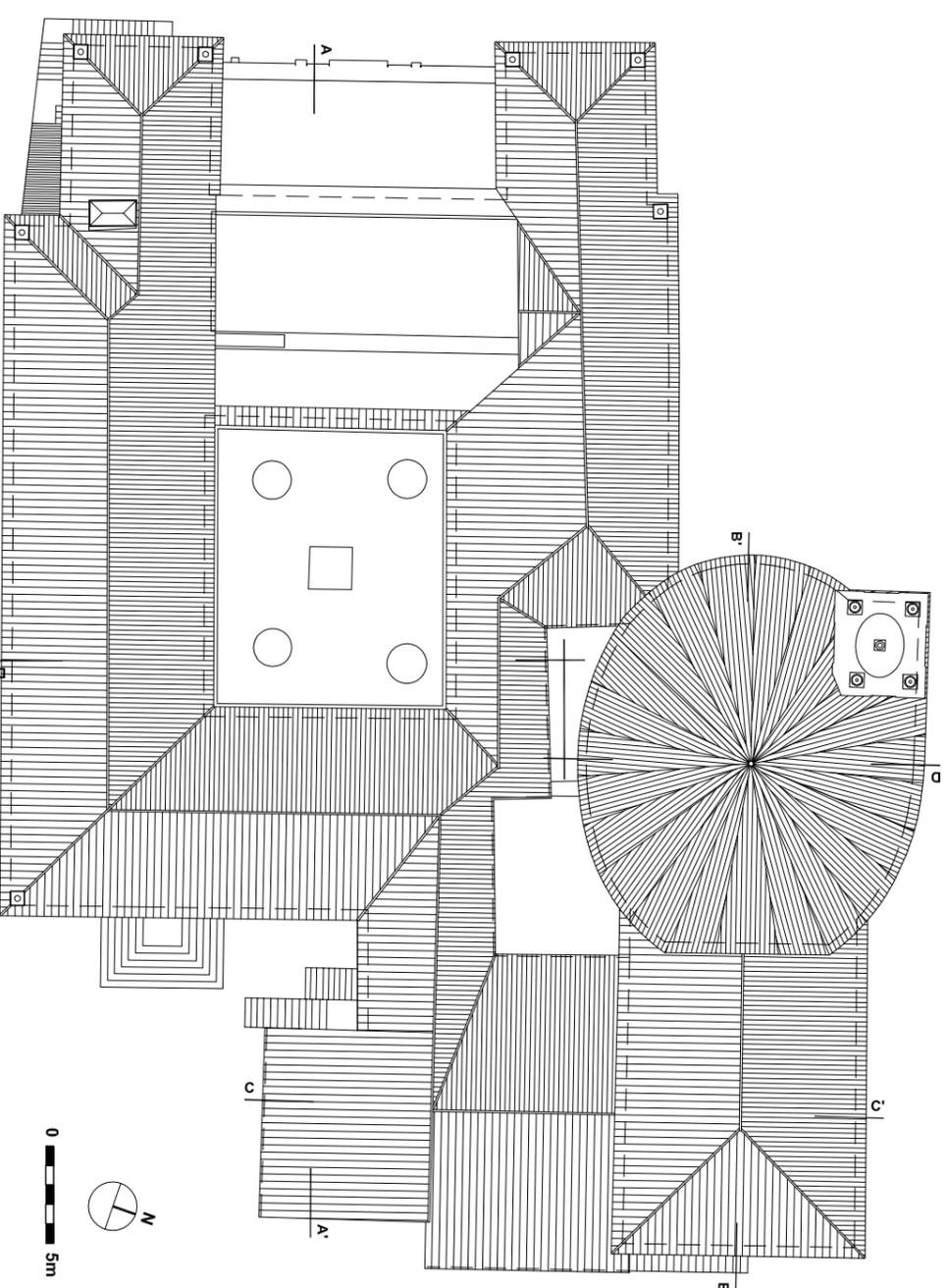
MOSTEIRO CISTERCIENSE DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO

LEVANTAMENTO | PLANTAS

PLANTA DO PISO TÉRRECO E PLANTA DO PRIMEIRO PISO



PLANTA DO SEGUNDO PISO



PLANTA DE COBERTURAS

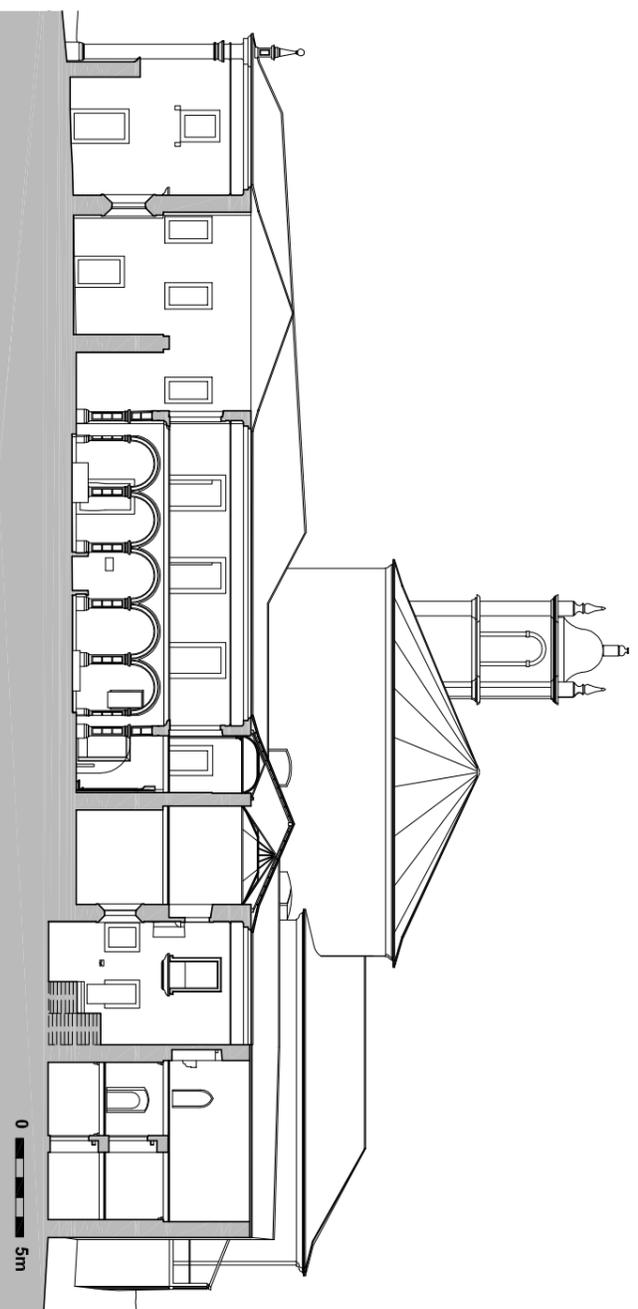
- LEGENDA**
- Igreja
 - Lugares regulares | Espaços de transição
 - Lugares regulares | Exterior da Portaria
 - Lugares regulares | Envolvente do claustro
 - Torre

NOTAS:
 - Estes desenhos têm como base o levantamento realizado por Ana Paula Nabais dos Santos e Victor Manuel Corraia Leite da Silva, em 1994, recitificado por nós em 2000 e por Silva Oliveira, em 2009.

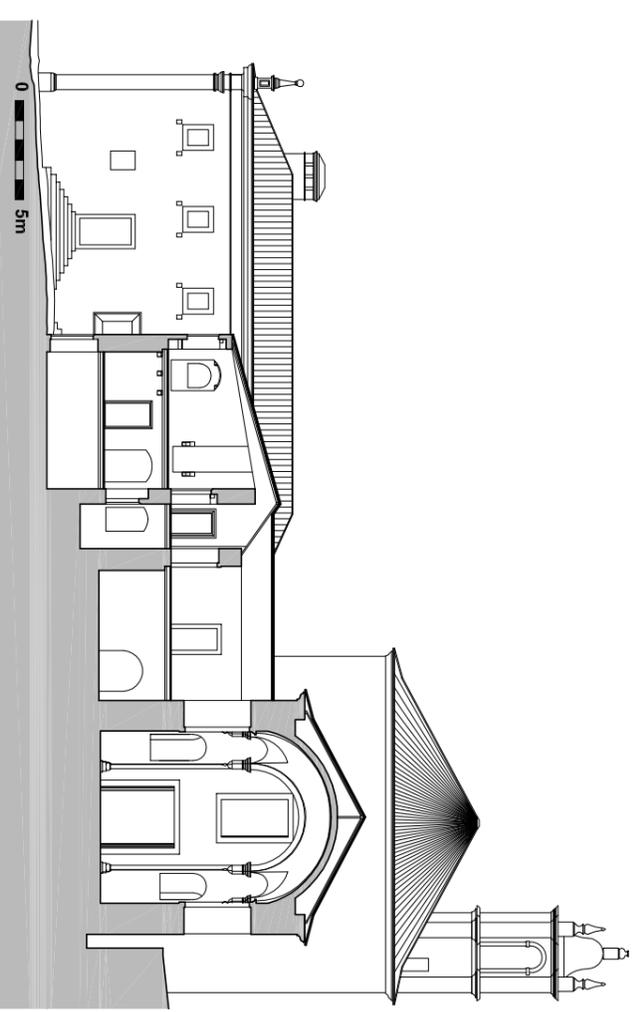
MOSTEIRO CISTERCIENSE DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO

LEVANTAMENTO | PLANTAS

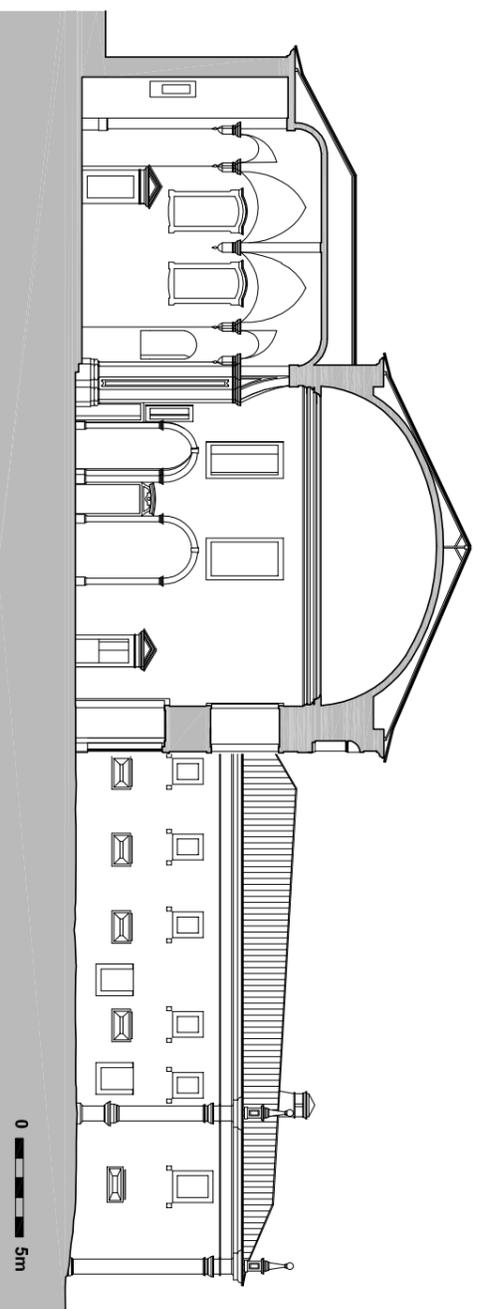
PLANTA DO SEGUNDO PISO E PLANTA DE COBERTURAS



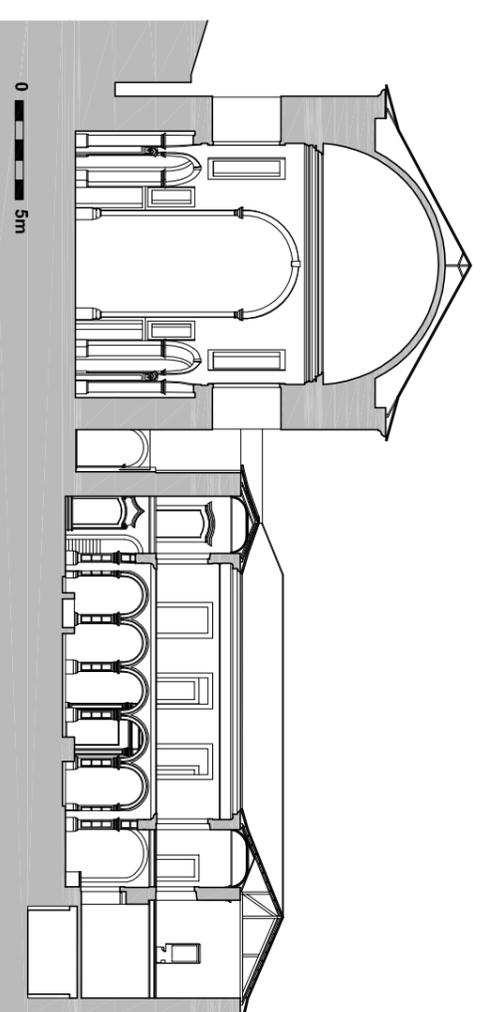
CORTE AA'



CORTE CC'



CORTE BB'



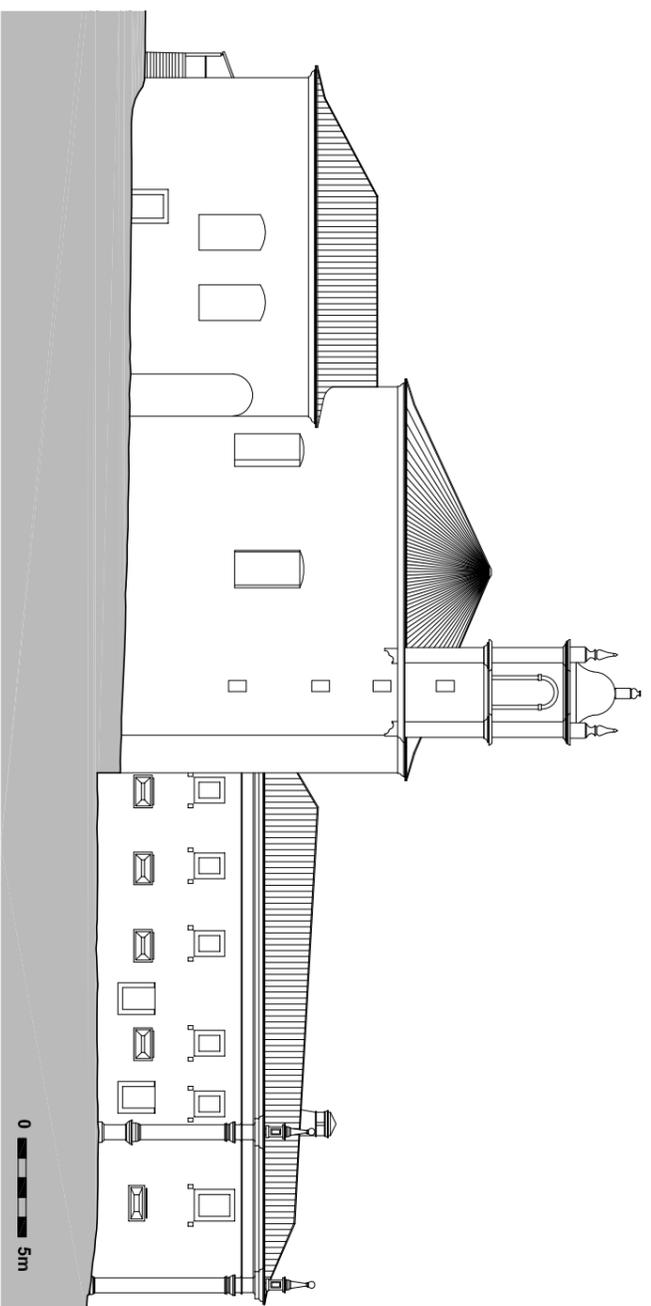
CORTE BB'

MOSTEIRO CISTERCIENSE DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO

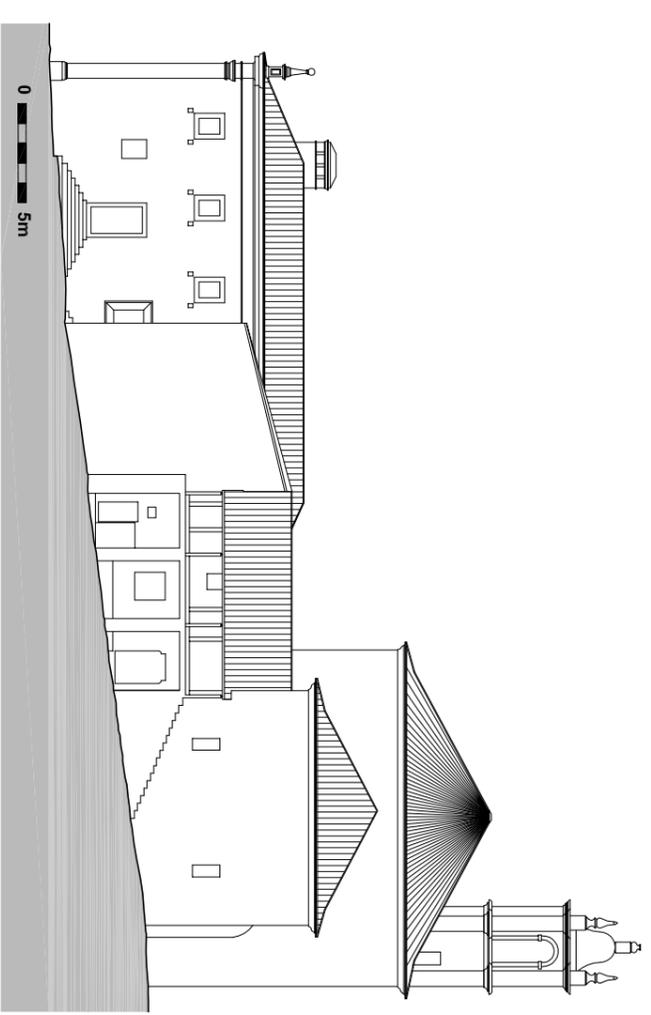
LEVANTAMENTO | CORTES

CORTE AA', CORTE BB', CORTE CC' E CORTE DD'

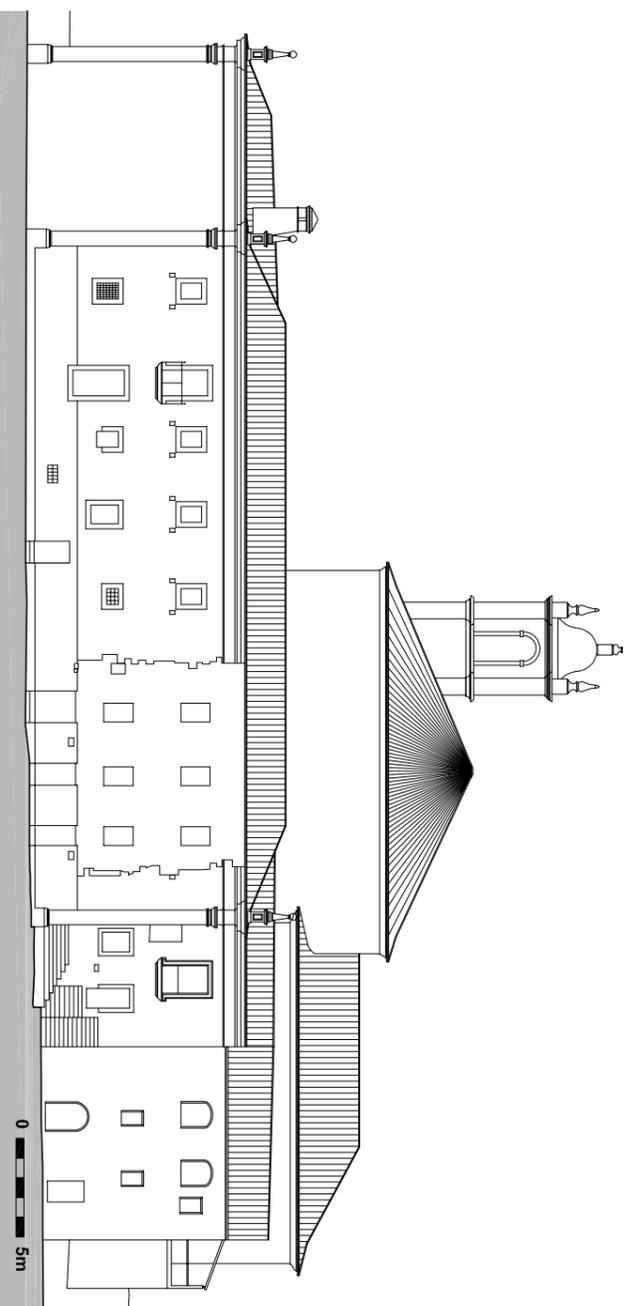
NOTAS:
 - Estes desenhos têm como base o levantamento realizado por Ana Paula Nabais dos Santos e Victor Manuel Corrala Leite da Silva, em 1994, recificado por nós em 2000 e por Silva Oliveira, em 2009.



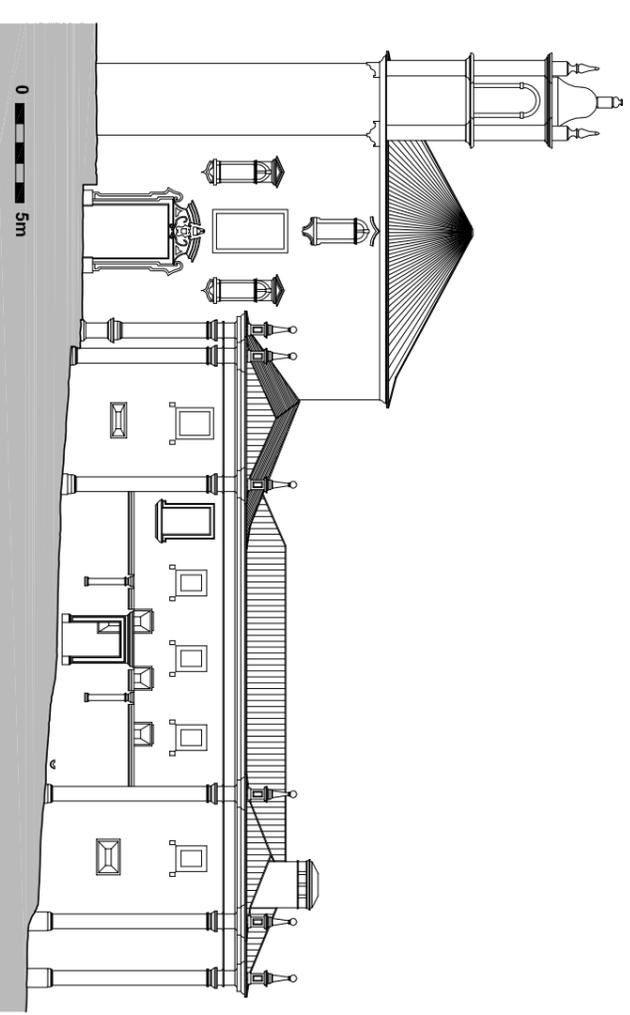
ALÇADO NORTE



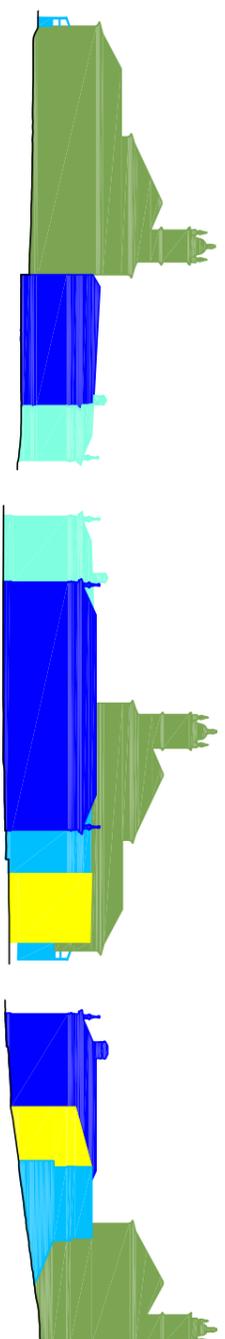
ALÇADO NASCENTE



ALÇADO SUL



ALÇADO POENTE



ZONAMENTO DAS PARTES FUNDAMENTAIS DO EDIFÍCIO
ALÇADOS NORTE, SUL, NASCENTE E POENTE

LEGENDA

- Igreja
- Lugares regulares | Espaços de transição
- Lugares regulares | Exterior da Portaria
- Lugares regulares | Envolvente do claustro
- Torre

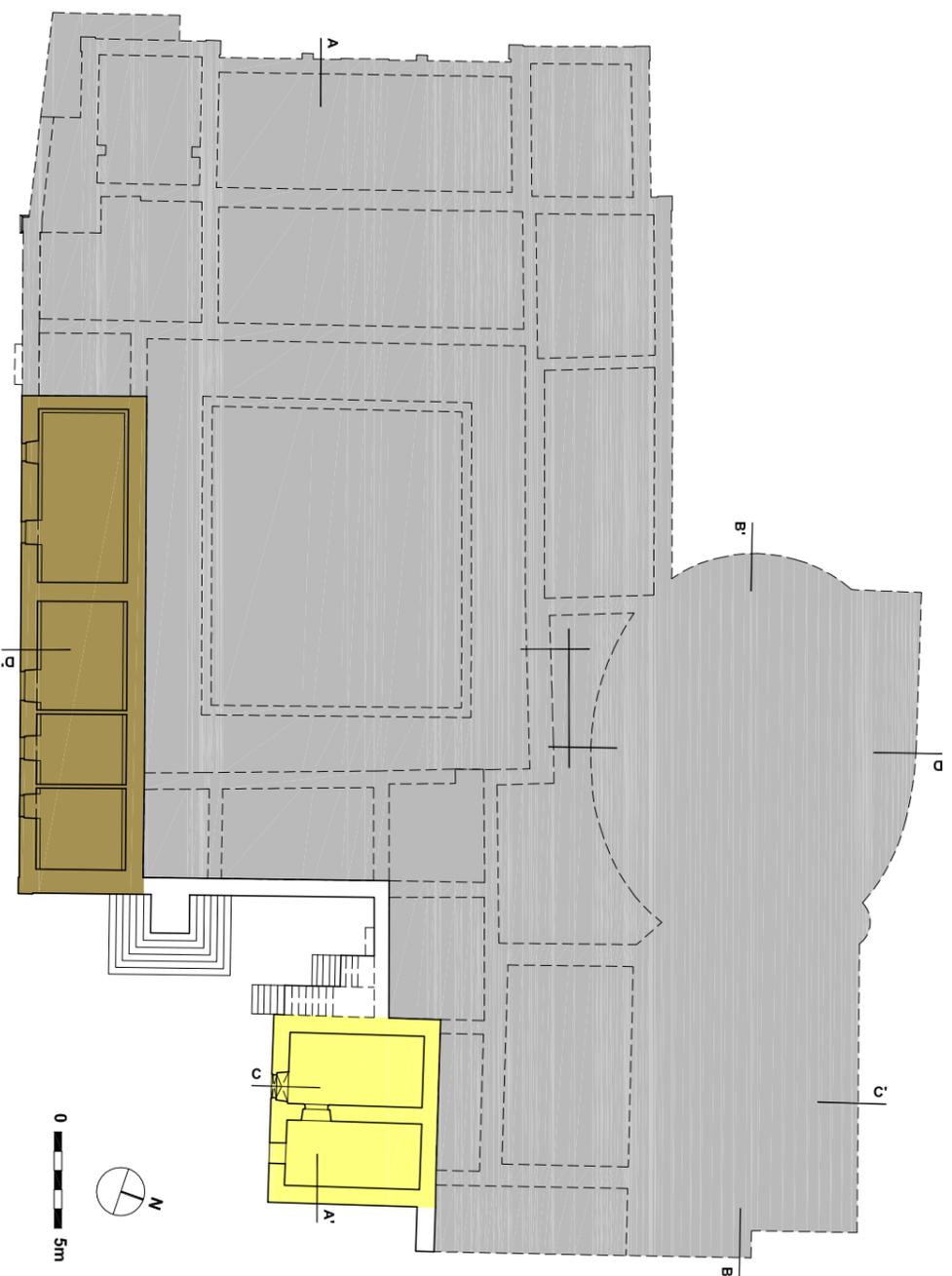
NOTAS:

- Estes desenhos têm como base o levantamento realizado por Ana Paula Nabais dos Santos e Victor Manuel Corrala Leite da Silva, em 1994, rectificado por nós em 2000 e por Silva Oliveira, em 2009.

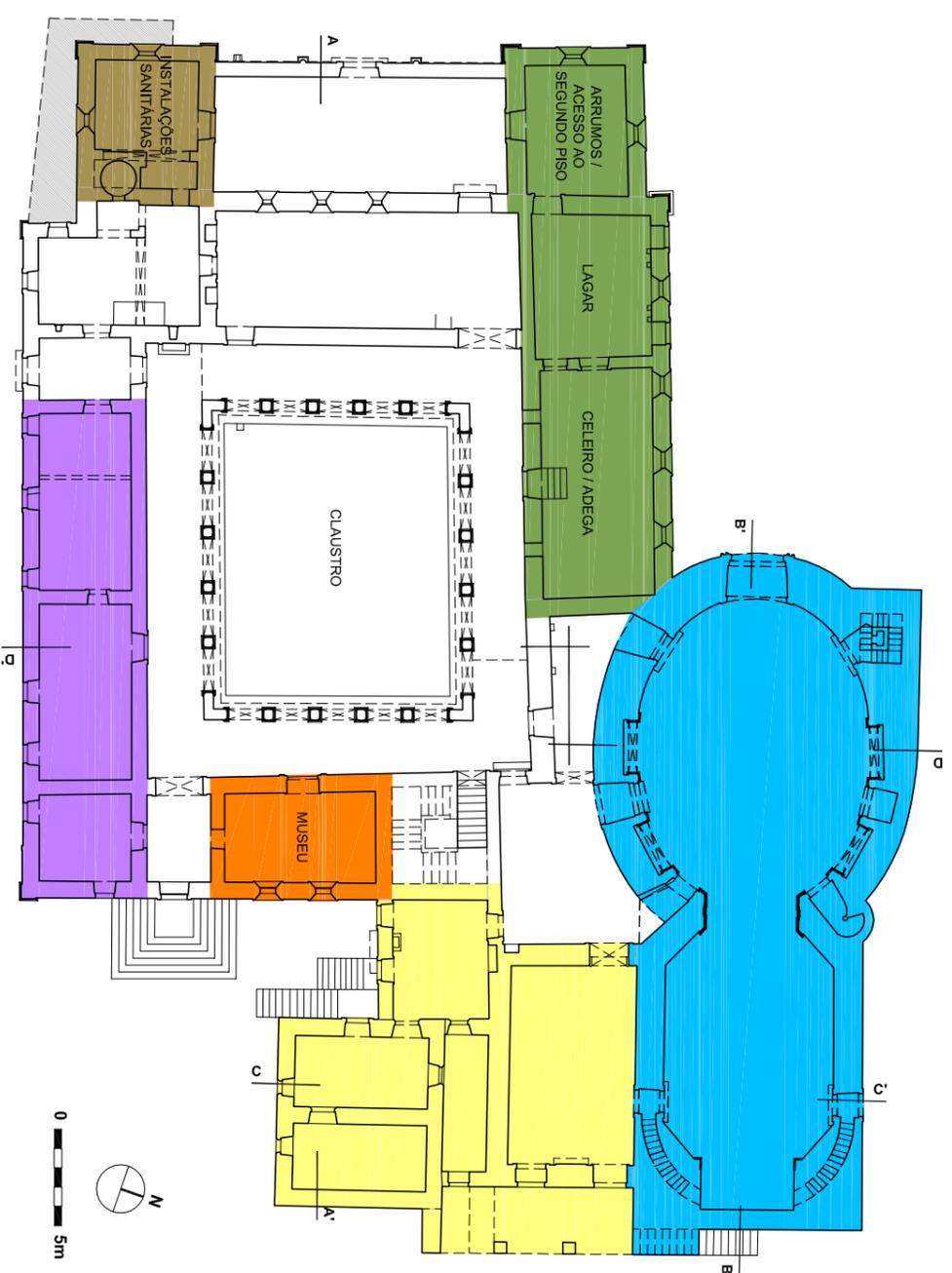
LEVANTAMENTO | ALÇADOS

ALÇADO NORTE, ALÇADO SUL, ALÇADO NASCENTE E ALÇADO POENTE

MOSTEIRO CISTERCIENSE DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO



PLANTA DO PISO TÉRREO



PLANTA DO PRIMEIRO PISO

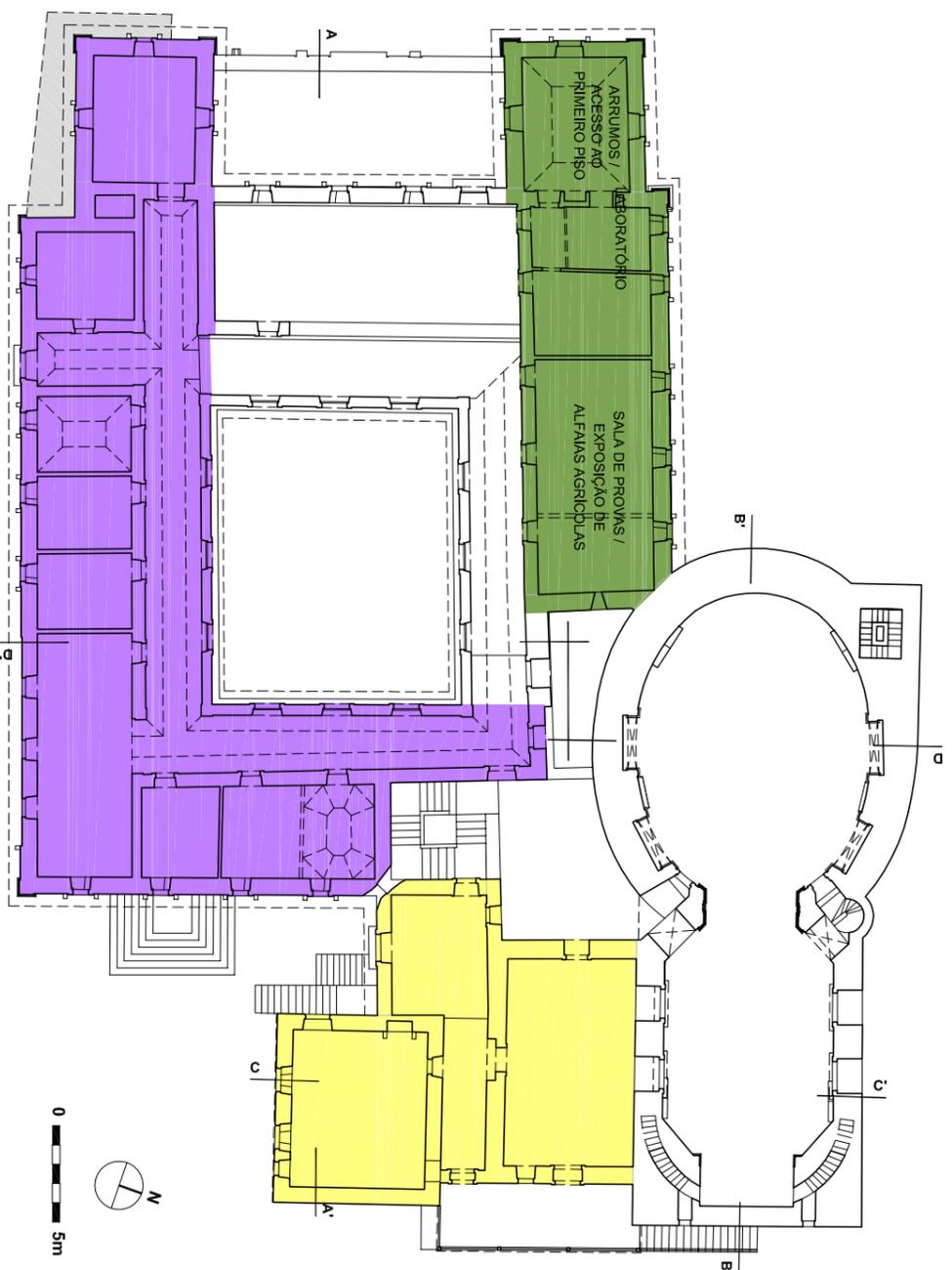
- LEGENDA**
- Áreas de apoio técnico
 - Áreas de apoio às actividades culturais
 - Área de actividades culturais de carácter erudito
 - Áreas de actividades culturais de carácter menos erudito
 - Áreas de apoio à actividade agrícola
 - Pequeno museu de Maceira Dão

NOTAS:
 - Estes desenhos têm como base o levantamento realizado por Ana Paula Nabais dos Santos e Victor Manuel Corraia Leite da Silva, em 1994, rectificado por nós em 2000 e por Silva Oliveira, em 2009.

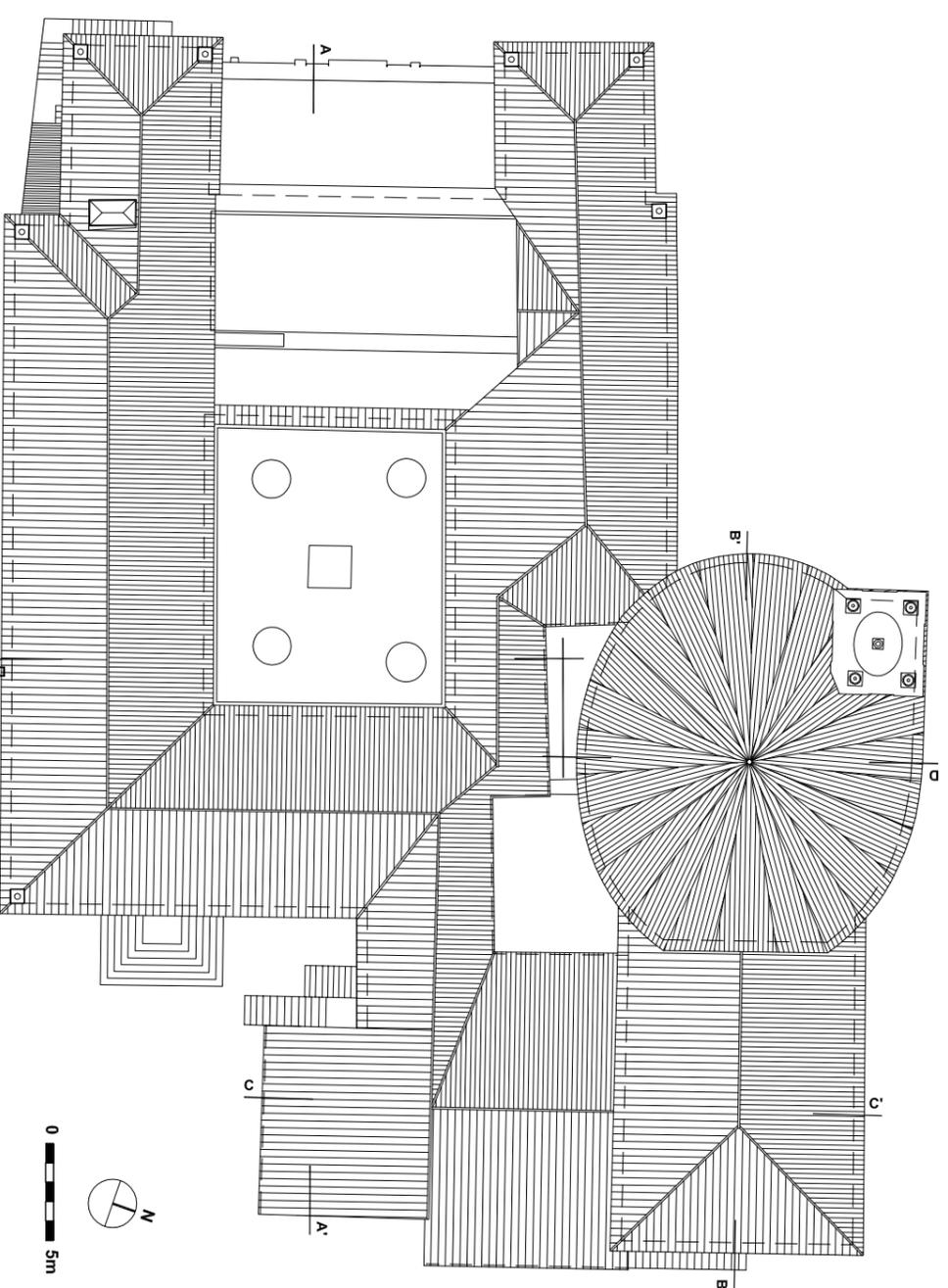
MOSTEIRO CISTERCIENSE DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO

ZONAMENTO DA SUGESTÃO DE VALORIZAÇÃO | PLANTAS

PLANTA DO PISO TÉRREO E PLANTA DO PRIMEIRO PISO



PLANTA DO SEGUNDO PISO



PLANTA DE COBERTURAS

LEGENDA

- Áreas de apoio técnico
- Áreas de apoio às actividades culturais
- Área de actividades culturais de carácter erudito
- Áreas de actividades culturais de carácter menos erudito
- Áreas de apoio à actividade agrícola
- Pequeno museu de Maceira Dão

NOTAS:

- Estes desenhos têm como base o levantamento realizado por Ana Paula Nabais dos Santos e Victor Manuel Corraia Leite da Silva, em 1994, rectificado por nós em 2000 e por Silva Oliveira, em 2009.

MOSTEIRO CISTERCIENSE DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO

ZONAMENTO DA SUGESTÃO DE VALORIZAÇÃO | PLANTAS

PLANTA DO SEGUNDO PISO E PLANTA DE COBERTURAS